

## ATA DA 251ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS

Aos vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima quinquagésima primeira Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela Presidente Janaína, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Antônio Hugo Bento - CMAS de Juiz de Fora, Ariadna de Almeida Silva - Federação de Associações sem fins lucrativos de MG – FASEMIG, Cristiano de Andrade - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Gabriela de Almeida Loiola - Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS/Salinas, Haiandra Pereira de Oliveira - CMAS/Novo Oriente de Minas, Hermellis Messias Tirado Campos - CMAS/Campo Belo, Isaura dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, Ivone Pereira Castro Silva - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Janaína Reis do Nascimento - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, João Alves Crisóstomo - União das Associações de Pirapora – UNAPIR, Lucas Estevão Riberio da Silva - Conselho Central de Curvelo – SSVP, Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/MG, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo - CMAS de Montes Claros, Silvia Gracia Oliveira de Souza - Secretaria de Estado de Educação – SEE; conselheiros suplentes: Cláudia Hermínia de Lima e Silva - Sec. Est. Saúde, Cláudia Maria Bortot Falabella - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Rosália Aparecida Martins Diniz - Secretaria de Estado de Educação – SEE, Jaime Alvino Starke - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Geraldo Amarildo da Silva - Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, Domingos Sávio de Araújo - CMAS/BH, Márcio Alves Evangelista - CMAS/Itabira, Daniel Santos da Cruz - Movimento Nacional de População de Rua, Elerson da Silva - Cáritas Brasileira - Regional MG, Denise Vilela Silva - Conselho Regional de Psicologia – CRP, Luanda do Carmo Queiroga - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Janaína: Bom dia Conselheiras e Conselheiros. Estamos já com quórum qualificado e no tempo regimental, então eu com muita felicidade, entusiasmo e motivação, dou início a nossa primeira plenária de 2020. Eu queria num primeiro momento dar as boas-vindas a todos, a todas as Conselheiras e Conselheiros que vieram de seus municípios num contexto, estamos num período também bastante simbólico. Minas Gerais é uma referência no carnaval brasileiro, então os municípios eles, vocês estão nesse período. Então é um exercício também de deslocamento até de trânsito. A gente vai até falar sobre isso hoje. Então muito obrigada por estarem aqui e dar as boas-vindas formalmente aos novos Conselheiros. A gente vai ter aqui na nossa pauta o momento de apresentação, mas também eu já queria deixar o meu agradecimento e as minhas mais sinceras boas-vindas. A gente está num momento bastante simbólico. Acho que é um ano bastante simbólico do Sistema Único de Assistência Social em que a gente precisa estar fortalecido. A gente precisa estar unido como Conselho Estadual de Assistência Social. Na força que o Conselho Estadual de Assistência Social precisa ter para manter o Estado de Minas Gerais na vanguarda do Sistema Único de Assistência Social. Eu fico muito feliz. Eu sei que nada acontece à toa de num ano tão desafiador, a gente ter duas mulheres na presidência. E eu fico muito feliz de seguir esse ano de 2020 com a Patrícia como nossa Vice-Presidente. Uma mulher que eu admiro, uma trabalhadora que eu admiro, que eu tenho como referência e que eu fico muito feliz de verdade de seguir uma jornada de desenvolvimento, de aprendizagem, de humildade. Eu sou uma pessoa e quero, nós, enquanto Conselheiros, a gente criar um espaço de abertura para o diálogo. Um espaço de abertura para troca. Um espaço de abertura para a humildade de falar: “Puxa, isso eu não sei, me ensina.”, “Eu não sei, vamos trocar?”, “Isso eu não sei, vamos pensar juntos?” Porque o desafio do SUAS no Estado de Minas Gerais e no Brasil ele é grande demais para a gente se limitar às nossas certezas num espaço tão, num contexto tão incerto, numa

política tão incerta. Ter certezas individuais só vai fazer com que a gente se fragilize e que o SUAS também se fragilize. Então eu queria fazer esse exercício ao longo desse ano, da gente dialogar, da gente trocar, da gente ter essa confiança um no outro de aprender um com o outro e aprendendo um com o outro, a gente vai conseguir fazer com que a gente deixe um legado pro Sistema Único de Assistência Social aqui no Estado. Então são essas as minhas palavras iniciais, eu também não poderia deixar de agradecer também os inícios, os inícios que determinam onde a gente chega, não é? Essa trajetória a gente só faz se a gente faz junto ao Rodrigo também que foi o nosso Presidente na gestão 2019. O Rodrigo é uma pessoa em que eu aprendi muito também. Que a gente trocou muito e que ele deixou um legado para a gente. Então a gente seguir esse legado. Então eram, são essas as minhas palavras iniciais. A gente tem um dia muitíssimo desafiador hoje. Daqui a pouco a gente está aqui com o José Cruz como representante do COGEMAS, da CIT, do FONSEAS. Ele é uma referência junto com a Ivone em relação aos avanços e à luta que a gente precisa ter em relação ao Sistema Único de Assistência Social. Eu estou muito honrada de a gente poder ele aqui nessa manhã para a gente poder dialogar francamente, abertamente e pensar junto sobre as soluções do SUAS. Então é um dia muito especial, é uma manhã muito especial de muito trabalho, muita assertividade e muita alegria da gente poder construir essa história juntos. Então o meu muito obrigada e eu passo a palavra agora para a nossa Vice-Presidente Patrícia. Patrícia Gomes: Bom dia a todas e a todos. Como vocês sabem, eu sou muito tímida para falar em público, mas eu vou me soltando ao longo da plenária e espero aí no decorrer do ano ir aprendendo melhor a falar em público assim que é uma habilidade que eu preciso treinar, confesso. O lado positivo é que gente já pode ir passando a palavra para a Presidente para dar início de fato a reunião, mesmo porque hoje é importante que a gente seja bem objetivo e conseguir cumprir o horário, porque o trânsito está muito complicado até para os Conselheiros retornarem para as suas cidades, uma vez que algumas ruas aqui do centro da cidade vão estar interditadas em função dos blocos de Carnaval. Então desejo a todos nós uma manhã muito produtiva e que consigamos cumprir a pauta e fazer as melhores deliberações possíveis. Bom dia. Janaína: Obrigada Patrícia. Vamos seguir então, seguimento à pauta. Está todo mundo com a pauta aí? Perfeito. Então o primeiro ponto é a apreciação das atas da 234ª e 235ª plenárias ordinárias e pronto para deliberação. Quem está de acordo com a aprovação? Patrícia? Patrícia Gomes: Nós temos a sugestão de inclusão de ponto de pauta. Janaína: É sim, agora é só deliberação. Então a gente está aqui a título de informação no primeiro ponto que é a apreciação da ata está ponto? Então agora é só ponto de deliberação para que a gente consiga manifestar concordância. Então todos de acordo Conselheiros? Quem está de acordo por favor, votação. Aprovado. Abstenções? Votos contrários? Abstenção, Gabriela. Abstenção Gabriela. Votos contrários? Aprovado. Próximo ponto de pauta, justificativa de ausência. Nós temos hoje quatro ausências, Laureci Alves de Paula, Movimento Graal. Está nesse momento acolhendo as famílias desabrigadas pela questão das chuvas. Aloísio Soares de Lima Júnior, COGEMAS, está em férias. Wilson Sales Lana, Secretaria do Estado de Fazenda por motivos de trabalho, mas a gente está aqui com o suplente Geraldo. Damião Braz, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, motivo de viagem. Próximo ponto de pauta. Então agora próximo ponto de pauta, apresentação dos novos Conselheiros que não puderam comparecer em dezembro para a posse. Eu vou falar nome a nome e aí eu queria que por favor o Conselheiro se apresentasse para a gente dar as boas-vindas, tudo bem? Gabriela de Almeida Loiola, titular do Fórum Regional de Trabalhadores do SUAS de Salinas. Gabriela? Gabriela Loiola: Bom dia gente. Como já foi falado, sou a Gabriela, atuo como Assistente Social no Município de Salinas, hoje estou na diretoria executiva do Fórum Regional de Trabalhadores do SUAS lá e da nossa região de Salinas e estou à disposição dos CEAS também. Janaína: Bem vinda Gabriela. Tomás da Carvalho Pereira, não chegou ainda, Secretaria Estadual de Saúde. Então para constar em ata. Cláudia Hermínia de Lima e Silva, suplente da Secretaria Estadual de Saúde, também não chegou, constar em ata. Rosália. Rosália Aparecida Martins Diniz, suplente da Secretaria de Educação, bem vinda

Rosália. Rosália Diniz: Bom dia a todos. No ano de 2019 eu estava como titular e agora eu passo a bola com o maior prazer para a Sílvia Gracia, a minha amiga. Hoje ela está com o Bolsa Família. Então eu acho mais que correto a participação dela como titular nesse Conselho e continuo como suplente e dando todo o apoio que precisar, obrigada. Janaína: Muito obrigada Rosália. Mariana Marcatto do Carmo, suplente de SEPLAG. Não chegou também, constar em ata. Cynthia de Oliveira Gomes, titular da SEAPA, bem vinda Cynthia. Cynthia: Bom dia para todos e todas. Meu nome é Cynthia, trabalho na SEAPA, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Hoje estou na Diretoria de Agricultura Familiar, desenvolvo um trabalho de gestão e apoio à segurança alimentar, que é o Garantia Safra e o BSM. Depois eu explico melhor um pouquinho. Estou muito feliz de participar e eu vou aprender muito. Espero contribuir um pouquinho com vocês, obrigada. Janaína: Obrigada e bem vinda. Jaime Alvino Starke, suplente SEDESE. Jaime. Jaime: Também da mesma forma, um bom dia a todos e com bastante satisfação, bastante orgulho de poder estar representando a Assessoria de Gabinete da Secretária Elizabeth Jucá. Então represento a SEDESE, suplente com muito orgulho da nossa Presidente e colocando à disposição em todos os nossos, as experiências, não é? Como alguém já percebeu, o meu sotaque me entrega. Eu não sou, eu sou do Rio Grande do Sul, mas fui muito acolhido e abraçado pelo povo mineiro. Então me coloco à disposição. Já tenho alguma caminhada, alguns anos de caminhada junto a política de assistência social, mas eu fico muito contente de fazer parte e coloco à disposição, tanto a assessoria quanto a suplência aqui, junto, quanto bem a construção da política de assistência social aqui em Minas. Janaína: Obrigada Jaime. Eu queria propor uma salva de palmas para os novos Conselheiros. Bem vindos. Então próximo ponto. Pontos de apreciação da pauta. Então inscrições, Patrícia? Luanda e Antônio. Então Luanda. Luanda: Bom dia a todos e todas. Eu gostaria de incluir como ponto de deliberação na pauta algumas demandas do FETSUAS-MG, do Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS. Janaína: Obrigada Luanda. Próxima inscrição, Lucas. Lucas: A inclusão de pauta que eu quero trazer é da sociedade civil a respeito do convite para Juanita auxiliar na Comissão de Orçamento que está sob coordenação da sociedade civil. Ivone: Bom dia a todos. Atualmente sou gestora de Cordisburgo. Quero aqui aproveitar para agradecer o empenho que tanto a Mesa como todos os Conselheiros tiveram para estar incluindo esse ponto de pauta da Portaria. Acho que foi um momento importante para nós, o whatsapp funciona mesmo. Então acho que eu quero parabenizar aqui todas as companheiras de mesa, da Mesa Diretora que também viram a importância desse ponto. Então obrigada. Janaína: Obrigada Ivone pelas considerações. Próximo ponto de pauta, Comissão de Orçamento. Um ponto para a gente deliberar. Quem aprova a pauta com essas duas inclusões. Conselheiros de acordo? Abstenções? Votos contrários? Aprovados os pontos na apreciação de pauta. Próximo ponto de pauta, agora então Comissão de Orçamento. Reprogramação de saldo e plano de aplicação dos recursos de FEAS. A Comissão de Orçamento vai fazer a apresentação pela coordenadora Natália. Então antes de darmos seguimento da pauta, eu queria somente apresentar a Cláudia Hermínia de Lima e Silva, suplente da Secretaria de Saúde. Cláudia, bem vinda. Eu vou passar o microfone para você para algumas palavras, tudo bem? Cláudia Hermínia: Bom dia a todos. É um prazer estar aqui com vocês. Eu sou assessora chefe de parcerias em saúde da Secretaria de Estado de Saúde. A gente está ligado diretamente ao Secretário de Estado e estou aqui para colaborar com vocês e para ajudar no que foi possível, representando a saúde. Nós temos o nosso presidente também que é o Tomás que deve estar chegando. Me parece que estava tudo confirmado para ele vir. Eu fiquei perdida aqui um tempão, eu subi para lá, desci para cá, primeira vez que venho, não é? E aí como é recuado, mas graças a Deus estamos aqui e vai ser um prazer colaborar com vocês. Obrigada viu? Janaína: Obrigada Cláudia. Comissão de Orçamento. Natália: Olá, bom dia. Então vou apresentar aqui a Súmula da reunião da Comissão de Orçamento. O primeiro ponto foi a reprogramação do saldo. E aí eu vou pedir a adjunta para apresentar por favor o quadro, referente a reprogramação de saldo. Por favor Cláudia. Cláudia Falabella: Bom dia gente. Para quem me conhece, não é? Eu sou Cláudia. Eu trabalho na

assessoria de gestão do Fundo. Eu estou no Conselho, eu fico brincando que eu já fiz 48 prestações de contas para o Conselho. Eu tenho 14 anos que eu estou no Fundo. Então eu conheço grande parte dos Conselheiros que estão na luta aqui com a gente há muitos anos. Dar boas-vindas aos que chegaram. Vocês vão gostar muito do trabalho que é feito aqui, não vão Márcio? Tanto que a gente vai e volta um tanto de vez, eu nunca saí. Depois que eu entrei, eu nunca mais saí da assistência. Bom, eu trouxe para vocês aqui, a gente fez lá na secretaria a reprogramação do saldo. Conforme a Portaria 113 do MDS todos os recursos que a gente recebe do Governo Federal não executados até 31 de dezembro, eles são passíveis de reprogramação e é isso que a gente está trazendo agora para vocês. Você vai pôr o quadro, Consola? Nós temos na primeira coluna aí, o eixo que é o programa que a gente tem o CapacitaSUAS, o PETI, o BPC-Escola e o ACESSUAS Trabalho. Todos esses recursos aí são recursos de exercícios anteriores, porque a gente trouxe para reprogramação. Eles podem ter sido depósitos. São depósitos de anos anteriores não especificamente tudo em 2019. Essa primeira conta aí é a conta do Capacita e a gente apresenta o saldo de 176.955,71 e a gente diz aqui aonde que a gente, com o que que a gente vai executar o recurso. Aí a gente colocou, ações de educação permanente, apoio técnico, capacitação, formação e núcleo de educação permanente. Essas quatro primeiras descrições aqui dos recursos, a gente usa todos eles na Ação de Capacitação 4129 porque são mesmo ações de apoio técnico, de capacitação específico em cada descrição da ação aqui, por exemplo, o PETI a gente executa com ações do PETI, o Capacita ele é mais geral. Então todos esses quatro programas aqui, todos eles são executados na Ação de Capacitação 4129. A gente colocou ações orçamentárias na frente para na hora que a gente apresentar o plano de aplicação, vocês verem em qual ação que a gente está colocando o recurso que a gente agora está reprogramando. Eu vou ler, eu tenho que ler tudo, não é Consola? Para poder registrar? Não é? Está bom. Aí igual eu falei, a primeira ação, CapacitaSUAS, a gente tem R\$ 176.955,71. Execução de ações de educação permanente, apoio técnico, capacitação, formação e núcleo de educação permanente. O segundo programa é Ações Estratégicas de Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. A gente ainda tem o saldo de R\$ 224.736,43. A gente vai executar ações, execução das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e apoio aos municípios com saldo em conta desse recurso para a realização das ações. Só lembrando que na hora que a gente for apresentar o plano de aplicação, a gente vai dizer como que a gente está pretendendo executar esse saldo, mais descritivo. Que tipo de capacitação a gente está planejando em fazer. O recurso do BPC-Escola ele é um saldinho ainda antigo, a gente não tem mais, é só para execução mesmo. Então como ele é destinado a recursos de proteção básica, a gente colocou ele para ações de proteção básica e que pode ser o custeio de uma viagem. O ACESSUAS Trabalho, a gente tem um saldo de R\$ 255.550,56 e a gente vai executar ações de ACESSUAS Trabalho e apoio aos municípios elegíveis ao programa para execução deste. O próximo eixo nosso é proteção social especial. Aí tem o bloco de proteção social especial de média e alta. A gente tem um saldo de R\$ 875.989,28. Esse recurso é para implantação e manutenção de CREAS regionalizados, CREAS municipais cofinanciados e residência inclusiva na execução direta do Estado. Ele é todo, ele vai ser todo executado na Ação 4130 que é Proteção Especial de Média Complexidade. Essas ações aqui que a gente também vai explicar, elas são as ações previstas no QDD, na LOA nossa de 2020. O próximo bloco é o de gestão, onde que a gente tem o IGD do Bolsa que a gente tem R\$ 918.324,45. Capacitação, treinamentos e eventos técnicos do Programa Bolsa Família e CAD-Único, ações intersetoriais do PBF, com saúde, educação. Aquisição de equipamentos para o tratamento das bases do CAD-Único e apoio técnico regionalizado. Esse recurso, GD, o Conselho tem 3% dele para apoio às ações do Conselho. A gente sabe que 3% do recurso que arrecada não é suficiente, então ao longo dos anos, a manutenção do Conselho tem sido, tanto do Conselho quanto da SUAS tem tudo sido feito com recursos do IGD porque o nosso recurso é do FEM, ele está sendo todo alocado em serviço, para o cofinanciamento do serviço. Então a gente colocou aí, R\$ 300.000,00, a gente colocou apoio aos estandes de controle social do PBF-CEAS com

diárias de viagens, passagens, deslocamentos, contratos de degravação e atas. A gente escreveu ata CIB e CEAS aí, mas esses R\$ 300.000,00 estão no orçamento que é destinado tanto à CIB quanto ao CEAS. Então esse recurso aí a gente destinou R\$ 300.000,00 para os dois. No caso do IGD-SUAS, a gente colocou R\$ 471.220,61. Diárias, despesas com viagens para apoio técnico aos municípios, contrato de degravação das atas da CIB e CEAS, manutenção da CIB, NEP-SUAS, contratação temporária estagiários, manutenção e adequação de sistemas. Aí na frente, essa Ação 4132 é a capacitação e apoio técnico de gestão do SUAS. E embaixo, a gente também tem o recurso de 3% destinados ao IGD do CEAS. Como grande parte do recurso que a gente está destinando ao CEAS vem do recurso do IGD do Bolsa, então, mas a gente ainda assim, a gente também está considerando os 3% destinado ao CEAS do recurso do IGD SUAS. Então a gente tem despesa com viagem, diárias, passagens, deslocamento e reunião de plenária. Esse recurso vai ser executado na Ação 4133 que é Apoio ao Controle Social e à Gestão Descentralizada. Perguntas? Natália: Então eu vou falar aqui sobre o segundo ponto de pauta, que foi o Plano de Aplicação dos Recursos do FEAS. Ah, desculpa, desculpa. Desculpa. Sim. Sim. Então o encaminhamento para a plenária foi pela aprovação a partir da apresentação lá na comissão. O parecer foi pela aprovação então. Janaína: Conselheiros, em discussão a planilha de reprogramação de saldos. Luanda, primeira inscrição. Luanda: Eu gostaria de fazer duas considerações a respeito da reprogramação. A primeira é em relação ao porquê que ela não passou pela Comissão de Política? Normalmente, a gente faz essa reunião com as duas comissões juntas para a gente poder, porque ela tem muito a ver com a política, com os planejamentos da política de assistência e aí tem uma outra consideração que é em relação ao PEAS, não é? Para a gente fazer uma análise bem feita dessa reprogramação, a gente precisa estar em mãos com o Plano Estadual de Assistência para a gente ver o quê que está previsto, o quê que não está e aí eu gostaria de saber isso, da Comissão de Política que não foi ponto de pauta e nem pauta conjunta, que normalmente a gente faz. E uma segunda questão é que já entrando um pouco até no que a gente vai colocar como ponto de pauta do FET é a questão de financiamento dos fóruns. Essa questão é uma deliberação de conferência. Então a gente teve ela como uma deliberação da conferência de 2017. Também da conferência de 2019. O CEAS já tem aí uma história de fomento e apoio aos fóruns e aí a gente, eu senti falta disso também aqui, que normalmente a gente prevê um encontro, algo desse tipo e já adiantando um pouco o ponto de pauta do FET, na reunião de ontem, nós fizemos uma reunião ontem do fórum estadual, da coordenação estadual do Fórum e a gente solicita aos CEAS a continuidade deste apoio para o fomento do FET. Lembrando que os fóruns eles são entidades representativas dos trabalhadores ou dos usuários ou das entidades da política de assistência social. Nós não temos nenhum tipo de recurso e nós somos de âmbito estadual. Então fica bem complicado sempre a gente fazer reuniões plenárias. Existir sem um financiamento e esta é uma deliberação de conferência então para eu fomentar. A gente entende a importância dos fóruns e aí essa é uma sugestão de que a gente inclua e aí, eu também não me lembro ao certo e não sei ao certo onde poderia estar incluído, mas se eu não me engano no IGD SUAS CEAS, não é? Essa previsão financeira para o encontro de fóruns no ano de 2020 tá? E é isso e lembrando também que isso é deliberação de conferência, não é? E aí eu queria fazer uma outra pergunta também porque eu estou meio perdida. Se todas essas estratégias que foram colocadas aqui no plano, elas estão em consonância com as deliberações. Janaína: Obrigada Luanda, próxima inscrição Cláudia. Cláudia Falabella: Bom, a questão do encaminhamento prévio desses dois instrumentos, a gente alinhou mesmo na reunião de comissão ontem, porque até então a gente já tinha data definida para encaminhamento da prestação de contas. Esse instrumento a gente sempre vem com ele na comissão à mesa porque ele, o próprio conteúdo dele é uma coisa que dá para a gente discutir. Ele não tem uma leitura prévia assim muito grande igual tem a prestação de contas, mas a gente já acertou isso na reunião de comissão que isso foi colocado à mesa também. Então a gente já alinhou que a gente vai fazer a entrega deste documento quando tiver pauta relativa a isso. Até que é

Consolação, na sexta-feira que antecede, na última sexta-feira que antecede a plenária, tá? Então isso aqui vai passar a vir com antecedência. Quanto à reunião de fazer junto as duas comissões, acho que também pode alinhar, não é Consola? Então aí o Conselho já se organiza de estar comunicando aos outros Conselheiros para a gente estar sentando junto no dia da comissão, reunir as duas comissões. Quanto à questão da colocação do recurso, a gente destina parte do recurso dos IDG's ao Conselho. Essa, daí quanto destina ao Conselho, é se organizar mesmo para dizer que parte do recurso ou porque quando a gente faz a LOA a gente prevê tudo, inclusive os fóruns. A gente tem, na hora que mostrar o plano de aplicação, o Conselho pediu uma emenda para poder, para dar de Fórum de R\$ 100.000,00 na hora que a gente fizer o plano de aplicação. Ele não está descrito aqui para vir isso como fonte 56, mas ele está dentro do recurso que a gente destina ao Conselho. Então aí é uma questão de organizar se tiver. Ah, nós vamos fazer uma coisa maior, isso é o planejamento. Isso inclusive a gente pode discutir junto quando a gente fizer proposta de LOA mesmo e reforçar sempre essa questão da importância de os fóruns aparecerem, dar uma visibilidade. Isso tudo a gente pode discutir quando estava fazendo proposta de LOA. No plano de aplicação de recurso tem sim apoio aos fóruns, tá? Está com recurso de emenda mas isso é uma coisa que a gente pode também estar olhando, porque a gente disse ontem lá na comissão que a gente agora vai ter que aprender a fazer o mais com o menos, porque a gente não tem previsão de repasse nenhum de recursos de IGD SUAS, não é? A gente só tem até então do Bolsa. Então a gente vai ter que se organizar para otimizar o recurso. Ah, vamos fazer um evento assim, mas dá para a gente custear isso ou fazer aquilo. Então dá para a gente fazer, mas a gente tem que fazer um planejamento bem, bem tranquilo para a gente não, é fazer mais com menos mesmo. Então no plano de aplicação você vai ver recurso destinado aos fóruns. Lembrando que a emenda requer renegociação de recursos e tal, mas é igual eu falo, a gente tem que planejar, falar, nós pretendemos fazer isso e ver como é que a gente dá conta de estar executando, tá? Janaína: Obrigado Cláudia. A título de informação, só passar a palavra rapidamente para a Patrícia. Patrícia: Não estou furando fila não, tá gente? É porque dentro da fala da Claudinha, eu acho que é interessante pontuar também que a falta de previsão de receber recursos do IGD SUAS é muito em função da Portaria 2362. Eu até fiz essa pergunta ontem na reunião da comissão de financiamento, de orçamento porque a gente fica na dúvida assim, mas por quê que não vai receber o IGD SUAS, porque é uma coisa habitual. Mas foi cortada por essa portaria. É um assunto que na próxima pauta a gente vai detalhar mais com o José Cruz. Janaína: Obrigada Patrícia. Próxima inscrição Ivone. Ivone: Eu também compreendo a dificuldade de discutir o saldo reprogramado uma vez que a gente não tem repasse regular e automático garantido. Então nós entendemos que para a garantia dos serviços, o saldo reprogramado é a única válvula que a gente tem para garantir o serviço. Então isso para mim está muito claro. Mas eu acredito por exemplo que na hora da gente pensar aqui, eu fiz isso também ontem na Comissão de Orçamento ao qual eu participo, com relação a ação aí do controle social do IGD Bolsa que 300.000 ficou a cargo do apoio do controle social. Aí também aqui entra a CIB e o CEAS. Eu tinha pedido para que a gente pudesse incluir também no saldo de reprogramação, uma vez que se não tem como garantir se vai vir recurso do Governo Federal para as outras ações para garantir as últimas como complemento a fala aí do FET também, que foi a questão dos Fóruns. Talvez não encontros, porque o recurso também ele é um recurso que talvez não dê condições de fazer encontros, encontros grandes, mas pelo menos manter diária para Conselheiros que vão fazer essa articulação lá na ponta com as regionais. Eu acho que pelo menos deixar aqui no saldo reprogramado alguma coisa que possa ser feito com as URCMAS, com os fóruns. Reforçando que o Fórum colocou aí por saber que é uma deliberação de conferência. É uma ação que nós assumimos e se a gente não deixar a ação aqui e não vir recurso para como foi feito, vai ser colocado no plano de aplicação, a previsão é com a emenda e se não vir a emenda? Então nós não vamos fazer nada em 2020 com as URCMAS e com os fóruns? Então eu queria pelo menos no saldo de reprogramação, não estou falando de encontros. Não é nessa linha que eu estou falando,

mas no apoio e a gente colocar aqui, URCMAS, fóruns nessa perspectiva de liberar uma diária, de alguém poder dar esse suporte na estruturação dessas instâncias. Janaína: Obrigada Ivone. Consolação, Secretária Executiva: Bom dia gente. Como esse valor ele compõe, ele está ligado, ele está lá na LOA, que é o valor destinado aos CEAS's que ele tem, então esse valor que está aqui reprogramado é o mesmo valor que está no orçamento e é o mesmo valor que está no plano que a gente vai ver depois. Então na discussão ontem, a gente colocou inclusive no plano de aplicação, as URCMAS e fóruns nessa ação porque como recurso, aí só está mostrando que foi reprogramado para o controle. Agora a execução está no plano de aplicação que inclusive a gente olhou de acordo com a LOA, que foi aprovado, que está em consonância com o PEAS, não é? Então a gente olhou isso e aí ele está lá no plano. Não impede Ivone, porque na hora, na anotação, eu que estou também dando apoio técnico à comissão, eu incluí lá e não fiz a inclusão aí. Não impede de eu colocar da mesma forma que eu fiz lá, URCMAS e fóruns logicamente nessa plenária, lógico, então assim, eu coloco, a gente coloca ali, agora URCMAS e fóruns, entendeu? Mas só quero esclarecer que eu não entendi como ausência, uma vez que estava lá, mas a gente reforça no plano também aqui, tá? Gabriele, SEDESE: Eu acho que todo mundo já, a fala da Claudinha e da Consolação já foi um pouco contemplada, mas é só esclarecer mesmo que a discussão, por isso é tão importante, às vezes, o relato da comissão. Essa discussão a gente fez lá ontem e aí é isso que a Consolação falou, os recursos, a reprogramação de saldos aqui, no caso só se refere aos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social. Então a gente para utilizá-los tem que respeitar as normativas de utilização daquele recurso. Então ACSUS é para ACSUS, o PET é pro PET, os de educação permanente e os que são só para apoio técnico, a gente só pode usar com isso e tem os IGD's que tem essa maior liberdade que a gente destina para os CEAS's e para as outras ações também de apoio e de manutenção da gestão. Então é isso que a Consolação falou, o que vem para o CEAS é o CEAS que decide como vai usar e aí a Ivone ontem pediu que a gente destacasse porque aqui ficou muito genérico. Despesa com viagem, diárias, passagens e reuniões. Pode ser reunião de fórum, de URCMAS, pode ser reunião do CEAS, então destacar isso. A Ivone já tinha pedido. Não, eu falo na última linha, no IGD SUAS, está genérico, não fala do que que é. Então a gente poderia destacar, isso foi discutido ontem. Eu acho que o documento que está projetado aí não está atualizado mesmo. Até o número da ação ali a gente tinha feito uma correção e aí é isso. Só destacar esses pontos mesmo. Luanda: É só em relação à Comissão de Política que acho que foi o único ponto que a gente não foi esclarecido ou discutido. Consolação: Você está falando da questão de...? Foi um erro de encaminhamento da própria Secretaria Executiva. A gente fez a pauta. Eu que apresentei a pauta, quem faz esse consolidado como eu falei, eu que estou dando essa assessoria. Na Mesa Diretora eu apresentei também a pauta e aí a gente como tem muito ponto na Comissão de Política, talvez isso também tenha sabe? Que a gente estava conversando, nossa, não vai dar conta. Eu não me atentei a isso e eu peço desculpas que realmente foi um erro, erro material mesmo da Secretaria Executiva. É o que eu tenho a te dizer, está bom? Ahn? Não, obrigada. Mas tá? É isso que eu posso te dizer, tá bom? E aí eu já anotei assim, eu vou de novo, porque por mais que a gente lida com regimento toda hora, eu estou até agora, eu vou fazer um novo estudo, pegar de novo as competências, colocar tudo certinho, porque isso também é um planejamento interno da secretaria executiva, porque a gente às vezes acredita na memória mas tá? Me desculpe gente, obrigada. Janaína: Obrigada Consolação. Novas inscrições? Podemos então seguir para votação Conselheiros? Então votação para reprogramação. Inscrição, última inscrição, Patrícia. Patrícia: Considerando essa sinalização da Conselheira Luanda em relação a necessidade de passar pela Comissão de Política, que de fato é necessário, a gente, não só a Consolação como todos nós comemos mosca na reunião da Mesa Diretora, eu acredito que realmente é importante passar pela Comissão de Política porque isso também tem que ser analisado à luz do Plano Estadual de Assistência Social. A gente até tratou disso na reunião da Mesa Diretora, é um indicativo também que está na Súmula da comissão em relação ao CEAS cobrar novamente o envio do plano, visto que ele já foi

aprovado pelo Conselho e a sinalização de que ele já foi finalizado, não é? Então considerando essa questão levantada pela Conselheira Luanda, eu vou fazer uma justificativa de voto pela... Eu vou abster, porque a comissão ontem analisou, deu parecer favorável à aprovação, mas não tinha esse fato, é um fato novo. E também considerando que a reprogramação assim como o plano de aplicação, o próximo ponto, não foram tratados antecipadamente. A documentação a gente sempre pede para ser enviada antes para a gente conseguir analisar. Eu já havia sinalizado isso na Mesa Diretora e também na Comissão de Orçamento que às vezes a gente não se sente confortável para analisar sem conseguir comparar com as peças orçamentárias, não é? Analisar a reprogramação, apesar de que a Claudinha apresentou super bem, explicou para caramba para a gente, foi muito bom, mas aí surgem essas dúvidas, ainda mais que era para ter sido feito em conjunto com a Comissão de Política, à luz do PEAS. Então eu faço uma justificativa de voto, eu vou abster em função disso assim. Janaína: Isso. Obrigada Patrícia pela consideração. Vamos seguir então para a votação? Antes eu queria só fazer uma justificativa em relação ao envio. A gente teve ao longo de janeiro um contexto que foi bastante atípico e que afeta e afetou a vida de cada um de nós que foi a questão das chuvas. A gente teve aqui 196 municípios afetados pelas chuvas e a gente dentro desse contexto a equipe do Fundo Estadual de Assistência Social coordenado pela Cláudia aqui, nossa Conselheira também, foi responsável pelo pagamento e o adiantamento integral do piso mineiro. Então para além de a gente conseguir a vitória de ter pagamento integral do piso mineiro, a gente teve o adiantamento das três parcelas. Então foi justamente essa equipe da Cláudia que faz a prestação de programação de saldo que esteve dia e noite, aniversário, sábado e domingo na SEDESE para garantir esses pagamentos tá? Então foi justamente por isso que, foi essa prioridade da equipe do FEAS, então eu queria também, inclusive, publicizar o meu agradecimento e a minha gratidão ao compromisso que essa equipe tem e aí foi justamente por isso que a gente teve essa questão de envio da reprogramação de saldo nessa semana, tá? Então foi justamente uma exceção porque a equipe também faz os envios, a contento e a tempo. E a gente teve essa questão e aí como a Cláudia também justamente justificou aqui, essa reprogramação, essa página que a gente fez a análise conjuntamente com bastante cuidado. Tanto ontem com os Conselheiros debruçados na Comissão de Orçamento, quanto hoje a título de transparência e esclarecimento aqui com todos os Conselheiros, tá bom? Então eu queria só deixar essa questão, Cláudia, você tem alguma consideração? Cláudia Falabella: Eu queria só reforçar que para além disso, além do fundo ter ficado com essa missão de, libera plano, comunica município e tal, a equipe da proteção especial e da base, eles ficaram assim praticamente o tempo inteiro em município viajando e tudo, esse material todo que a gente produz é sempre junto com as equipes, porque tem recurso que é da base, tem recurso que é da especial, até a própria prestação de contas tem informação de todas as áreas. Então assim, todo mundo, as equipes todas foram mobilizadas. O Cris mesmo ficou muito em município, ele é Superintendente da Proteção Especial, então quando vai fazer um instrumento ele também olha, então isso foi um conjunto de coisas, face mesmo ao que a gente viveu no mês de janeiro e ainda está correndo dentro para fevereiro. Janaína: Obrigada Cláudia. Então em votação, reprogramação de saldos, Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, exercício de 2020. Conselheiros a favor? Conselheiros contrários? Abstenções? Vamos novamente Conselheiros? Conselheiros a favor? Podem abaixar. Conselheiros contrários? Pode abaixar. Só para ata. Lucas, Gabriela, Ariadna e Natália. Abstenções? Patrícia, Isaura, Antônio, Ivone. Então aprovado a reprogramação de saldo do Fundo Estadual de Assistência, exercício de 2020. Natália: Seguindo então com a pauta. Então vamos para o segundo ponto que foi o plano de aplicação de recursos do FEAS. Já está projetado aí, não é? Eu vou apresentar então algumas deliberações que ocorreram na reunião. Quanto à Ação 1059, aproximação SUAS, a proposta foi convidar o gestor do programa para apresentá-lo na plenária de março. A SUBAS apresentará a parte da assistência social do programa. A Ação 4129 em relação a emenda parlamentar aprovada, proposta, fazer a gestão junto à Comissão de Fiscalização,

Deputado André Quintão para viabilizar a liberação da emenda. Também é necessário negociar junto a SEF para a liberação de recursos. A Ação 4130 referente a técnica no 4º semestre se houver financeiro. Ação 4131, necessidade de suplementação. Em virtude da falta do financeiro para todas as ações do CEAS, houve a priorização dos recursos estaduais nas seguintes ações: piso fixo Casa-Lar, CREAS Regional. A Ação 4132, em relação a emenda parlamentar para o piso mineiro, a proposta é fazer gestão junto à Comissão de Participação Popular, Deputado André Quintão para viabilizar a liberação da emenda. Também é necessário negociar junto à SEF para a liberação de recursos. Caso essa emenda seja liberada, o indicativo de utilização é o pagamento do passivo de 2020. Não há definição da porcentagem do FEM para o FEAS. Pleito do CEAS na revisão do PPAG era de 70%. Está garantido o pagamento integral do piso mineiro. A Ação 4533, abertura apenas de janela, emenda parlamentar. Já há previsão nas Ações 4130 e 4131. A Ação 4534, abertura de janela, emenda parlamentar, unificação do piso. Na revisão abriu-se essa janela específica para o variável. O questionário que é respondido no sistema de piso variável, perde a sua necessidade de preenchimento por parte do município que não tenha saldo em conta. A SUBAS está avaliando os instrumentos utilizados, se está obsoleto para a melhoria deles. A Ação 4535, janela da Rede Cuidar. Possibilidade de conseguir recurso, pleitear mais uma rodada. Se houver mais recurso, inclusive, da Fonte 71, há a possibilidade de suplementar outras ações. As emendas parlamentares são todas na Fonte 10. Prazo mínimo para entregar ao CEAS o plano de aplicação e reprogramação será a última sexta-feira que antecede a plenária que tiver o instrumental, matéria em pauta. Está aberto para discussão. Consolação: É só, teve o erro de digitação na Ação 4132 que é passivo de 2019 não é? A ação da Ivone, lembrar aqui, tá? E a Claudinha vai. Cláudia Falabella: Tem um outro aí também que é em virtude da falta de financeiro para todas as ações do FEAS e não CEAS. Eu acho que também aí na 4533 é importante que já há previsão orçamentária nas ações, que previsão de quê? Previsão de recursos, não é? Na 4533. Abertura apenas de janela, emenda parlamentar. Já há previsão orçamentária na Ação 4131, 4130 e 4131, deixa eu ver se é nas duas mesmo. Porque senão fala, previsão de quê? Não é? É importante. Eu não sei se é importante ressaltar também. Janaína: Só a título de esclarecimento, ontem na comissão foi levantado o nome do Deputado André Quintão como um potencial deputado que estava liderando esse processo internamente. Depois a gente identificou que podem ser outros deputados também em conjunto. Então a sugestão para a gente corrigir também agora aqui a Súmula para a retirada. Isso. Está bom? Cláudia Falabella: Oh Consola, eu não sei é importante também dizer que essas duas ações, a 4533 e a 34 foi a Assembleia. Foi revisão já na Assembleia, não é? As duas ações que abriram janela? As três, não é? Porque foram três. Consolação: Então eu proponho a redação aqui, as mesas parlamentares são todas na Fonte 10 e foram incluídas na revisão do PPAG. Ok? Só para registrar isso. Márcio Caldeira: Bom dia Conselheiros. Presidente, eu queria só ver se tem alguma orientação, atualização referente a proposição do CEAS com relação ao FEM. Como é que tem alguma atualização dessa negociação, porque eu acho que o FEM é uma das nossas estratégias de recomposição do orçamento aqui para o Fundo Estadual. Janaína: Obrigada pelas considerações Márcio. A título de ordem eu vou pedir, eu vou solicitar então para a Natália só finalizar a relatoria para então a gente dar seguimento para a apresentação da Cláudia também em relação ao segundo instrumento orçamentário. Mas os pontos estão também aqui considerados, tá bom? Natália: Cláudia, então por favor, você pode iniciar a apresentação. Cláudia Falabella: Bom gente, nós fizemos o plano de aplicação. Esse plano de aplicação é com base no que foi apresentado ao CEAS na época de elaboração do PPAG e LOA. É o que reflete a LOA aprovada em janeiro. A gente descreve as ações, as fontes, coloca valor e faz o quê que a gente se propõe a fazer com aquele recurso e traz para apreciação e aprovação de vocês. A primeira ação que a gente tem no orçamento é a ação da aproximação SUAS. E no recurso dele foi todo alocado com recurso do Fundo Nacional. A gente ainda não, a gente não tem recurso para ele de Tesouro Estadual ainda e o que eu sempre digo, que o orçamento, a gente está usando todo o nosso recurso de FEM para cofinanciar serviço.

Aquelas ações que a gente acha importante, que trouxe para o Conselho que aprovou na LOA, a gente pôs um cofinanciamento dele com recurso de Fonte 56 e vai começar a trabalhar essas atividades e no decorrer do ano, é igual eu falo, isso não é estático, a gente tem recurso, vai suplementando, vai se planejando e a princípio a execução do orçamento ele vai ser feito dessa maneira que está aí, tá? Foi pedido para março uma apresentação dessa aproximação SUAS, então a gente vai trabalhar mesmo. Ontem a Ana deu na comissão uma, uma geral sobre isso, mas isso vai vir na próxima plenária. A gente tem R\$ 72.000,00 de valor orçado e qual vai ser a atividade que a gente pretende executar na ação? Capacitações e apoio técnico aos municípios atendido pelo Programa Percursos Gerais. Aí a gente previu despesas com diárias e passagens. No primeiro trimestre a gente está pensando em realizar uma oficina com os 16 municípios da Regional Teófilo Otoni atendidos pelo Programa Percursos Gerais para elaboração dos planos de trabalho. Lembrando que os valores que a gente coloca é um valor previsto, tá? Porque aí recálculo de diária, quantas pessoas vão, quantos dias vão ficar. Então a gente tem que distribuir no Plano de Aplicação todo o recurso destinado, mas isso aí pode variar de um trimestre para o outro em função desse número de pessoas que vai estar saindo para realizar as oficinas. No segundo trimestre a gente colocou como atividade realização da Oficina de Diagnóstico Qualitativo com aplicação do mapa falado dos novos municípios, Regional Salinas. Iniciar as ações de capacitação e apoio técnico aos municípios da Regional Teófilo Otoni. Então está aí o valor de R\$ 16.000,00. Para o terceiro trimestre a gente colocou, executar as ações de capacitação, apoio técnico e monitoramento do plano aos municípios atendidos pelo Programa Percursos Gerais. Realização de oficinas com nove municípios da Regional Salinas atendidos pelo Programa Percursos Gerais para elaboração dos planos de trabalho. E no quarto, executar as ações de capacitação, apoio técnico e monitoramento do plano aos municípios atendidos pelo Programa Percursos Gerais, Regionais Teófilo Otoni e Salinas. Perguntas? A gente acha bom ir uma a uma, não é? Porque vai sanando as dúvidas. Você acha melhor? Então está. A outra ação é uma ação nossa grande, não é? E como eu disse, tudo que é nosso de capacitação está aí dentro. Então aqueles recursos que a gente disse lá, PET Bolsa, ACESSUAS trabalho que a gente disse no plano de aplicação, no reprogramação de saldo, ele está todo aí. Essa ação ela é basicamente custeada com o recurso federal pelo mesmo motivo que eu disse, recurso do FEM está cofinanciando serviço. Então a gente não usa recursos do FEM para poder cofinanciar esse tipo de ação. A gente faz ele todo com recurso de gestão e os recursos que vem dos programas de capacitação. A Ação 4129, capacitação e apoio técnico e gestão do SUAS. A gente tem uma provisão orçamentária aí de R\$ 1.749.707,00. Lembrando que quando a gente faz uma previsão de recurso de Fonte 56, Fonte 56 a previsão que a gente faz de estimativa de arrecadação do exercício. Então quando a gente colocou que R\$ 1.749.707,00 é a previsão que a gente tinha de arrecadar recursos nesse exercício. Quando a gente vai usar o recurso, como a gente vai usar recurso de exercício anterior, a gente vai ter que fazer uma suplementação orçamentária, porque a gente ainda não tem arrecadação de 2020, tá? Então muitas vezes a gente coloca um recurso que a gente tem uma previsão de arrecadar. Se não arrecadar, não tem jeito de executar. Então, tá bom? O quê que a gente faz, o quê que a gente executa com esse recurso? Na questão de gestão, a gente coloca, despesas com viagem, estagiário, manutenção de sistema, aquisição de material, equipamento e demais atividades inerentes à manutenção das SUBAS. Todas as viagens que a gente faz, qualquer coisa que a gente faz, SUBAS, o recurso de capacitação, diárias de viagem, tudo sai dessa ação, tá? Nesta ação também a gente faz as ações de capacitação. Então a gente executa o plano, a execução do plano de educação permanente, apoio técnico, capacitação, formação e núcleo de educação permanente, sobre a gestão e oferta do serviço do SUAS, com destaque para, aí é o que a gente pretende fazer, tá? Seminário do ACESSUAS Trabalho, capacitações do Programa Bolsa Família e Cad-Único, Seminário Ações Estratégicas do PETI, Seminário Calamidade e Emergências. Seminários Técnicos Regionais sobre a integralidade e intersectorialidade de proteção social. No primeiro trimestre o que se planejou? Despesas com viagens,

FONSEAS, estagiários, degravação e adequação do SIGCON. Custeio de reuniões do NEP, realização das ações de capacitação e apoio técnico com destaque para presenciais, capacitações sobre a gestão e formulário do Programa Bolsa Família para os novos instrutores, Diretorias Regionais para multiplicação. A gente estimou um recurso de R\$ 108.329,00. Para o segundo, a gente planejou, as questões de despesas de viagem, ela vai para todos os quadrimestres, as ações de gestão que isso é parte da gestão e a gente faz viagem para capacitação, então em todos os trimestres essa ação vai ser... Essa atividade vai estar lá dentro: Aperfeiçoamento do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, custeio de reuniões do NEP. Realização de ações de capacitação e apoio técnico com destaque para as presenciais. Realização de capacitação do formulário do PBF, Cad-Único aos municípios pelas regionais. Oficina de aperfeiçoamento do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Treinamento de sistemas de condicionalidades do PBF, SICOM. Seminário das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Seminário Estadual do Programa ACESSUAS Trabalho. Seminários técnicos realizados sobre a integralidade, intersectorialidade da proteção social. No terceiro trimestre, aí novamente as despesas com diárias, com as ações de gestão e acompanhamento das condicionalidades do PBF. Custeios de reunião do NEP, realização das ações de capacitação e apoio técnico, com destaque para as presenciais. Realização de capacitação do formulário do PBF e Cad-Único aos municípios pelas regionais. Oficina de aperfeiçoamento e acompanhamento das condicionalidades do PBF. Treinamento de sistema de condicionalidades do PBF. Seminário sobre atuação socioassistencial, situações de emergências e calamidade pública. Treinamento dos sistemas de informação do SUAS para as diretorias regionais. Seminários técnicos regionalizados sobre a integralidade, intersectorialidade da proteção social. E para o último trimestre, ações de gestão, não é? E aquisição de computadores para tratamento das bases do Cad-Único, hospedagem de sistemas, custeio de reunião do NEP. Realização das ações de capacitação e apoio técnico com destaque para as presenciais. Realização de capacitação de formulário e gestão do PBF e Cad-Único aos municípios pelas regionais. Seminários técnicos e regionalizados sobre a integralidade e intersectorialidade da proteção social. Essa acabou. Nesta ação também foi previsto um recurso de emenda parlamentar no valor de R\$ 499.000,00. Ela foi solicitada para realização de qualificação de aprimoramento da Rede de Proteção para atendimento à criança e adolescente, vítima de violência sexual. Capacitação dos técnicos do sistema de garantia de direitos em todos os municípios da Regional Teófilo Otoni durante 01 ano. No primeiro trimestre, o que vai ser feito. Reunião de alinhamento sobre o projeto e definição do plano de ação nos municípios. Contato com especialista para capacitar a equipe da SEDESE. No segundo trimestre, contratação de especialistas para capacitar a equipe da SEDESE na temática para que esses sejam multiplicadores nos eventos propostos, confecção e produção de material gráfico para subsidiar os eventos e para serem distribuídos a população sobre violência sexual quando criança e adolescente. No terceiro trimestre, despesas com viagens, locação de espaço, degravação e alimentação para os eventos de qualificação, apoio técnico, presencial nos municípios. E no quarto trimestre, despesas com viagens e logística, locação de espaço, degravação e alimentação para os eventos de qualificação, apoio técnico presenciais nos municípios. Próxima ação. 4130. Proteção social especial de média complexidade. Nesta ação a gente alocou recursos de Fonte 56 e Fonte 71. Esse recurso é para a manutenção de 04 CREAS regionais e repasse do cofinanciamento federal aos cinco CREAS. Esse recurso é onde que a gente paga os CREAS municipais e os CREAS regionais. Ele tem as duas fontes. A manutenção dos CREAS é feita com recurso de Fonte 56 e o pagamento de pessoal do CREAS é todo feito com Fonte 71. A gente tem um custeio que é igual a gente vem dizendo que o recurso nosso todo de Fonte 71 é para cofinanciar serviço. Então a gente tem um dispêndio de R\$ 3.000.000,00 aí para a manutenção dos servidores que, dos 04 CREAS. A gente tem em torno de gasto de R\$ 30.000,00 de Fonte 56 e R\$ 300.000,00 de Fonte 71 nessa ação. Então o quê que a gente faz todos os trimestres? É a manutenção, aluguel, água, luz,

telefone. Ele é de manutenção de CREAS mesmo e de repasse. Ele é específico para isso, tá? Então se olhar, o 1º, 2º e 3º e 4º trimestres, todos eles têm aluguel, água, luz, telefone, serviço de informática, locação de veículos, imóveis. Nessa ação, a gente contempla também as nossas referências técnicas dos 20 municípios abrangidos pelas áreas dos CREAS já implantados. A gente, se vocês observarem na distribuição do recurso, a gente tem 135, 135, 135 e depois a gente para R\$ 1.395.000,00. Essa diferença de recursos é o quê? É os R\$ 624.000,00 que a gente tem de referência técnica, que está em negociação, que a gente está em constante negociação junto a Fazenda para recurso financeiro, porque até agora a gente tem financeiro para piso fixo Casa-Lar e essa manutenção dos CREAS que é o pagamento dos servidores que trabalham nos CREAS. Então e também, e somado a diferença porque como eu disse, a gente faz uma estimativa de arrecadação por exercício, mas para essa ação, a gente só tem R\$ 800.000,00 de financeiro conforme mostrou lá na reprogramação de saldo. Então toda essa diferença do que a gente ainda tem para fazer com a sobra de recurso, de receita colocada no orçamento, vem aqui para essa última ação, tá? Na Fonte 71, aí, é aí aonde que a gente tem os R\$ 3.284.000,00 que é a nossa maior despesa, que a gente tem um gasto, um dispêndio muito grande com manutenção, com pagamento das pessoas que trabalham lá nos CREAS. Então nos 04 trimestres, eu acho que a gente não tem que ler todos porque é tudo a mesma coisa. Por isso que nessa ação aqui, ah gente, eu fiz só uma confusãozinha, tá? A referência técnica está na Fonte 71 e não na 56, tá bom? Tanto que ontem lá na nossa reunião de comissão, a gente identificou isso que não estava claro aonde que estariam os recursos das referências técnicas. Aí aqui no último quadrimestre, a gente colocou os pagamentos de CREAS, manutenção e incluiu as referências técnicas. A gente só colocou ela no último porque a gente não distribuiu ela no orçamento como um todo, porque a gente ainda não tem a confirmação de financeiro para a manutenção, para repasse das referências técnicas, por isso que ela foi para o último, mas não quer dizer que ela está no último, mas se a gente já negociar para agora um recurso, tiver um aumento de arrecadação de receita, a gente já traz para o Conselho que a gente conseguiu, está começando a fazer o cofinanciamento nas nossas reuniões mensais, tá? A próxima ação é a 4131, é a proteção especial de alta complexidade. Essa ação onde a gente faz o cofinanciamento para as nossas Casas-Lares. A gente começou com o orçamento de R\$ 8.450.998,00. A proposta nossa de LOA, o valor era maior porque a gente quando fez a renovação das parcerias com as Casas-Lares teve um acréscimo. Então a gente fez um pleito para que essa ação viesse com o valor orçamentário na integralidade, mas a gente não conseguiu o pleito como um todo e a gente está refazendo esse pleito. Por isso que na ação a gente tem um orçamento e lá no final a gente tem um recurso um pouco maior que é o dispêndio que a gente vai ter com o pagamento de Casa-Lar. Por isso que lá naquele resuminho que leu, a gente coloca a Ação 4131, vai ter uma suplementação orçamentária. Naquele que a coordenadora leu para a gente. Ação 4132. Piso Mineiro de Assistência Social. Aqui a gente colocou todo o recurso do piso fixo e do piso variável. A gente distribuiu o recurso do piso variável, que a gente já tem a sinalização que o piso variável este ano vai ser pago no valor integral. Então a gente já distribuiu o recurso todo aí que é o piso fixo, desculpa. A gente já distribuiu o recurso todo do piso fixo aí no montante de R\$ 54.045.693,00, tá? Quanto ao valor do piso variável e da emenda de R\$ 20.000.000,00 que foi colocado no orçamento, a gente deixou recurso para o final também de dezembro, porque todo esse recurso depende de negociação. Então a gente não, de novo não distribuiu mensalmente porque a gente ainda não sabe como vai ser a negociação e o cronograma de desembolso desses recursos, tá? Ação 4133, apoio ao controle social e à gestão descentralizada. Nesta ação a gente executa toda a manutenção dos CEAS e a manutenção da CIB, não é? Nessa ação aí que a gente deu o recurso para o CEAS quando vem essa questão de capacitação de fórum, de URCMAS e esses encontros, elas também estão aqui dentro. Conforme a gente disse, a gente previu um recurso para o CEAS e o CEAS pode trabalhar esse recurso da forma que eles acharem melhor. Ah, a gente precisa fazer uma reunião de URCMAS e tudo. Não tem problema fazer. O difícil está se pensar em eventos grandes

face ao recurso, que a gente sabe que não está, não está vindo com regularidade. O recurso da Fonte 56. Por isso que foi feita uma previsão também de emenda de R\$ 100.000,00. Esse recurso caso a gente consiga a liberação da emenda, dá para fazer um trabalho maior, não é? Um evento maior e tudo. Mas não que a gente não possa atender nada de fórum e URCMAS com recurso aqui e como eu disse, tudo que foi apresentado é discutido e a gente avalia se dá para fazer, não é? Ah é. O Cris lembrou bem aqui, porque tem muita gente aí nova que ainda não trabalhou com orçamento público, a Fonte 71 ela é do FEM. A Fonte 56 é recurso federal e a Fonte 10 é Tesouro Estadual, tá? A Fonte 71 e a Fonte 10 elas são financeiros que transitam pelo caixa único do Tesouro. O Fundo Estadual de Assistência Social como nenhum fundo, a gente não tem conta específica. O Governo não faz assim. Eu tiro da minha conta única, coloco na conta do FEAS e o FEAS trabalha, desenvolve suas ações. Não. A gente empena, liquida e paga com recursos do FEM e a conta sai única do Tesouro e executa a despesa. Fundo não tem conta específica, tá? As contas específicas que o fundo tem são as que o Governo Federal abre e manda para a gente na forma da Fonte 56, tá? Então aí esses R\$ 100.000,00 que a gente deixou, que o pleito da emenda foi mesmo para encontro de URCMAS, não é? E eventos do dia D. Esse recurso, a Consolação que, o CEAS que distribuiu para a gente e mandou para lá para a gente colocar no plano de aplicação. A próxima ação é a 4533, implantação, e manutenção de serviços regionais de média e alta complexidade. Essa ação é na revisão do PPAG lá na Assembleia. A gente, esse era o formato nosso da ação do ano passado. A gente transformou ela em outra ação. Então não quer dizer que isso, que essa ação que foi criada, ela está sendo executada em outra ação. Ela já tem recursos garantidos não nessa ação que foi criada pela Assembleia, que a Assembleia abriu ela como janela. Nem a Assembleia eu falo assim, mas eu nem sei se é o termo esse é o correto. Pela revisão do PPAG na Assembleia, mas não tem recurso orçamentário previsto para ela, abriram janela de R\$ 1.000,00. A mesma coisa para a Ação 4534. A gente criou a ação Piso Mineiro de Assistência Social na 4132. Aí lá na revisão do PPAG, achou melhor que o piso fixo tivesse separado do piso variável. Então todo o recurso dessa ação, previsto nessa ação, a gente quando fez a LOA e discutiu aqui no Conselho, a gente colocou na Ação 4132. Então essa ação também não tem previsão orçamentária e financeira que ela foi aberta só como janela. A próxima ação é o Rede Cuidar, a 4535. A Rede Cuidar, aprimoramento da rede socioassistencial do SUAS. A gente tinha, quando a gente foi fazer a proposta de LOA, a gente pelo executivo, a gente não tinha indicativo de, não tinha permissão de abrir ação com janela. Porque essa ação nossa, grande parte do cofinanciamento dela é com recursos da loteria. Então a gente não pôde criar a ação com janela e a gente está com a previsão da terceira rodada da loteria. Então ela vai ser suplementada aqui. Porque que não apareceu recurso da loteria aqui? Que teve essa pergunta ontem na comissão. Esse recurso ele é com Fonte 60. Fonte 60 é recurso próprio arrecadado. Esse recurso é do órgão. Então o recurso é da loteria. A gente não suplementa, não coloca em proposta de LOA fonte de recursos arrecadados de outro órgão. Então quando, aí vai e negocia com a loteria, a loteria tem na previsão da legislação dela, a Joana pode até ajudar a gente nisso, recurso para a assistência social. Então a secretaria vai, a Janaína com a Secretária Beth, negocia recurso tal. Veio? Aprovou? A gente faz uma suplementação orçamentária com a Fonte 60 no orçamento. É por isso que ela não aparece aqui, tá? Então é isso gente.

Natália: O encaminhamento para a plenária foi pela aprovação. Janaína: Obrigada Cláudia, obrigada Natália. Em discussão. Ivone: Eu acho assim da gente como Conselheiros, controle social, compreender a importância que é o orçamento e o financeiro, não é? Para a gente estar acompanhando nessa discussão aqui hoje. Reprogramado como no Plano de Aplicação, a importância que nós tínhamos de fazer essa discussão lá com a CIB que é a instância de pactuação entre municípios, gestores municipais e o gestor do Estado, mas aí conforme foi colocado pela secretária executiva, a NOB-SUAS, ela não tem essa exigência que seja feita desta forma. Passar primeiro pela CIB e depois vir para o Conselho. Só está lá determinado que é o Conselho, a obrigação da SEDESE é apresentar ao Conselho. Eu queria só ressaltar a importância que tem a CIB nessa discussão que eu acho que é

importante a discussão orçamentária, a discussão financeira junto aos gestores, tanto estadual como municipal. Acho que é um espaço a mais de discussão, de elaboração da pasta tanto dos saldos reprogramados como também do Plano de Aplicação e que já vem para o Conselho algo que foi previamente discutido não só com o órgão gestor estadual, mas também com o órgão gestor que representa aí a instituição, o COGEMAS. O COGEMAS representa os gestores municipais. Queria só fazer essa minha pontuação. Me absteve também por esta finalidade, que eu acho da grande importância de ter feito esta, esta discussão. Não é uma prática, não é? O ano passado também não fez, veio primeiro para o Conselho. Eu estou trazendo como se fosse a possibilidade para gente pensar nessa estratégia também de parceria. Os gestores, tanto estadual como municipal. Sobre o Plano de Aplicação, eu também fiz uma colocação sobre a importância do Plano de Formação Permanente que está ligado ao Núcleo de Educação Permanente do Estado. Que eu entendi que era dentro das primeiras ações aqui, apareceu foi uma ação voltado lá para a Regional Teófilo Otoni, uma ação do percurso e que de fato assim, foi esclarecido que essa ação está contemplada no Plano de Educação Permanente do qual eu também faço pelo COGEMAS parte como o Núcleo de Educação Permanente. Então assim, eu só queria ressaltar que a gente atentasse para isso porque se tem um Plano de Educação Permanente. Se estamos discutindo esse Plano de Educação Permanente para o Estado, essas ações não podem ficar soltas. Mais uma ação na Regional Teófilo Otoni. Mais uma ação na Regional Salinas, mas que fosse integrada ao Plano de Educação Permanente do Estado. Sobre a questão das outras, das discussões, das emendas que foram discutidas lá na Comissão de Participação Popular, que eu também representei o CEAS junto com a Juanita e o João, então de fato quando a gente aprovou a LOA aqui, juntou essa discussão do piso fixo e o variável e lá a gente fez essa discussão da importância de separar. De vir no orçamento separado. Aí veio as janelas separadas por alguns motivos. Motivo, a questão da referência técnica da proteção especial dos 113 municípios que seria dos 13 CREAS implantados, estamos só com 04 e 05 municipal, mas foi nessa perspectiva de garantia com recurso do piso mineiro, esse aporte de recurso para essas referências técnicas que vai compor as equipes dos CREAS regionais e que ainda ano foi garantido até hoje pelas ações aqui da proteção de média complexidade com relação aos CREAS regionais. E com relação ao piso variável também, porque tem uma série histórica e também não tinha essa garantia, inclusive desde 2015 não tem o repasse. Então foi nessa perspectiva, essas duas janelas para tentar recuperar. Com relação, a reivindicação lá na Comissão de Participação Popular da vinculação da assistência lá no Fundo de Erradicação da Miséria, que foi um Projeto de Lei do André Quintão, a gente pediu que 70% desse fundo viesse para o FEAS. Então eu também perguntei isso ontem na comissão: "São 70% que foram repassados do FEAS para... do Fundo de Erradicação de Miséria para o FEAS?" Então assim, pelo que eu entendi, não é? Foram repassados só os R\$ 54.000.000,00 que é fazer com que o piso fixo seja passado 100% para todos os municípios, que a única pactuação que tem é essa. Então eu gostaria de saber se tem alguma pactuação de 70% do Fundo de Erradicação da Miséria para o FEAS. Ou se não, quanto que foi realmente garantido do FEAS, do Fundo de Erradicação da Miséria para o FEAS. Patrícia: Eu queria chamar a atenção para alguns pontos que já foram lidos pela coordenadora da comissão, e algumas outras questões também. Primeiro que a comissão também não recebeu o Plano de Aplicação com antecedência para análise, assim como os demais Conselheiros e aí com isso, alguns Conselheiros solicitaram a retirada de pauta, mas aí depois foi consensuado que isso seria discutido até em função de que a Claudinha fez uma apresentação, explicou muito, aprendi muito com ela novamente, mas a gente ainda não foi capacitado. Então isso nos torna um pouco inseguros ainda. Apesar que eu já estou há um ano do Conselho, não era dessa comissão, então quando a gente vai para a comissão que a gente se debruça de fato, não é? Aí a responsabilidade fica ainda maior porque os outros Conselheiros, eles tomam muito por base as nossas considerações, mas essa capacitação já está Janaína no radar da SUBAS para o mês de março provavelmente. Aí uma das coisas que a Claudinha explicou que é interessante chamar a atenção também,

é que essa Fonte 10 ela não é garantida, que ela é de emenda parlamentar. Que poderia ser suplementado por recursos de outras fontes por exemplo, vamos supor que o fundo estadual de... o fundo de erradicação da miséria recebesse um valor maior, aí poderia ser suplementado em uma outra classificação orçamentária, alguma coisa assim, mas não é um recurso garantido, isso daí é interessante chamar atenção. Luanda: Eu estou observando e mais uma vez eu entendi Consolação que o erro aí no percurso, é, mas a necessidade de a gente ter discutido isso também em conjunto com a Comissão de Política. Porque aí, e aí é uma dúvida também, da questão da mesa de diálogo com o sistema de garantia de direitos que foi uma deliberação do Conselho para que a SEDESE instituísse e aí a gente não tem ela prevista aí. Pois é, e aí essa é a minha dúvida também. Eu até pedi ontem a Adelmira para resgatar nas atas, porque se eu me lembro, a gente tinha colocado isso como uma responsabilidade da gestão, da SEDESE e não do Conselho. É. E aí para a gente poder ver essa previsão, porque é uma mesa que vai precisar ser instituída, que vai ter que ter um recurso para manutenção, não é? Das reuniões e aí a gente não previu ela aí no Plano de Aplicação. E aí para a gente poder pensar e isso, isso, tá? Cláudia Falabella: Bom gente, importante é ressaltar que eu acho, o Plano de Aplicação ele reflete aquilo que a gente, ele é muito importante porque é ele que vai nortear nossas ações. Ele reflete aquilo que a gente reviu em conjunto aqui no PPAG e na LOA e como eu disse, isso aí não é estático. Isso é todo o nosso planejamento. Tudo que a gente vai executar ou planejou, não vai ser daquele... Tudo vem para decisão junto ao Conselho. Nada de recurso de execução do plano, a gente executa sem o Conselho. Obviamente que tem algumas decisões que são ações de gestão que cabe a Subsecretária Janaína. Uma decisão, eu vou mudar isso, eu vou mudar aquilo e isso está na ação de gestão porque senão engessa a gestão, não é? Mas nada disso aí foi, é do PPAG tudo que está aí está previsto no PPAG, está previsto na LOA. Conselheiro a Patrícia falou, PEAS, então esse instrumento para a gente é de extrema importância. É importante que a gente alinhe e que tudo esteja definido igual as colocações que são, ah, eu não previ isso, eu não previ aquilo. Tudo é levado em consideração. Esse é o instrumento de execução, do Fundo Estadual de Assistência Social, que cabe a gestão à gente e à fiscalização e acompanhamento do Conselho. A aprovação dele é muito importante para a gente porque a gente vai nortear por ele as nossas ações. Então é importante que tenha tudo bem definido, bem alinhado para a gente sair daqui com aprovação e começar a trabalhar. A gente precisa disso para começar a trabalhar, porque a gente vai começar a executar um tanto de ação sem o conhecimento do Conselho. Então a gente, esse aí é o nosso instrumento assim, nosso norte. Janaína: Obrigada Cláudia. Só a título de esclarecimento, em relação aos pontos que a Conselheira Luanda trouxe, a gente vai fazer a inclusão, tá bom? Está acatado. Então próxima inscrição, Gabriele. Gabriele: Só para esclarecer, esse documento para o ano de aplicação é o modelo que veio do Conselho Estadual de Assistência Social, a gente utiliza o modelo que o próprio, acho que até a Conselheira Juanita contribuiu muito com ele. Ele é um documento muito resumido. Então só esclarecer, a gente fez isso ontem também na comissão, tudo que está no PEAS está ali? Não. Nem cabe, o documento nem comporta isso. Ali a gente destaca as principais ações, principalmente as que impactam na utilização dos recursos. Então, por exemplo, a instituição da mesa, instituir a mesa impacta em recurso? Em tese a instituição não, mas as reuniões, as ações de manutenção, mobilização, isso tem que aparecer de alguma forma e aí aqui pode aparecer da gente ver como colocar, mas os itens de despesa por exemplo, vão aparecer lá na prestação de contas, o quê que a gente executou. Então a gente só teve essa fala também que todos os instrumentais são muitos, eles têm que estar integrados, justamente para a gente conseguir fazer esse acompanhamento. Então talvez até nessas capacitações a gente tratar um pouco dos instrumentos, o quê que está em um por quê que não está no outro e onde que eles se conversam, sabe? Eu acho que é muito importante para permitir esse acompanhamento pelo Conselho. Janaína: Gabriele, próxima inscrição Geraldo. Geraldo: Bom dia. No meu caso é apenas uma dúvida se com relação a essa questão dessa emenda de 499 e do repasse não integral do FEM, se teria alguma

interface pelo fato de eu estar dentro da Secretaria? Uma interface prévia lá com o Subsecretário da Receita ou se ela dependeria de primeiro se provocar o Deputado no caso da emenda ou um outro procedimento? E estou à disposição se precisar e se tiver essa possibilidade de sentar com o Felipe ou com o Doutor Fábio, tá? Janaína: Excelente Geraldo, então respondendo à pergunta do Geraldo, sim. É muito importante a sua, o seu apoio. Como você já vem fazendo de maneira exemplar. Então grande parte também das negociações bem sucedidas que a gente tem em relação aos pagamentos e a priorização tem a ver tanto com a participação do Geraldo, quanto da participação também do Conselheiro Wilson, tá? Então a gente fazer pelo lado do Conselho, esse alinhamento com os deputados que estão na verdade liberando as emendas e aí a gente também fazer essa construção interna na Secretaria da Fazenda no âmbito dos subsecretários, no âmbito dos secretários e no âmbito da equipe técnica para a gente conseguir a liberação de recursos. Então é muito bem-vindo a continuidade do seu apoio Geraldo, tá bom? Obrigada. Mais algum ponto, inscrição? Sávio? Sávio pode ir. Domingos Sávio: Bom dia a todos. No começo aqui da, depois da apresentação da proposta, do Plano de Aplicação, é importante o parecer. Eu não vi o, eu não vi insinuação ou pontes aí que refletissem um parecer da comissão. Me parece que foi dito que há um parecer no sentido de que aprovação não é isso? Mas aí precisaria as justificativas. Isso porque o Conselho é composto por representações, muitas das pessoas não participam da Comissão de Orçamento e fica muito sem noção de como vai estar votando. Ela precisa de estar sabendo o que realmente aconteceu na comissão de Financiamento e o parecer justificado por quais motivos ou situações. Isso aí é importante para nortear o entendimento da matéria pelos demais Conselheiros. Então seria importante que a comissão, pelo menos daqui para a frente Janaína, desse um parecer por escrito, isso é importante. Isso norteia bem. Muitas vezes a gente não vai ter a oportunidade de ter o entendimento que uma comissão teve. Comissão ficou duas, três horas lá debruçado na matéria. Os demais Conselheiros, não. Então a gente que confiar na comissão, mas também quer que as justificativas sejam dadas, ok? Janaína: Obrigada Sávio. Próxima inscrição, Cristiano. Cristiano: Bom, eu queria só reforçar, isso já foi falado aqui da importância desse documento, porque ele realmente ele norteia as ações do Estado durante o ano e aí eu queria lembrar que esse documento também não surgiu do nada, não é? A gente desde o ano passado, muitos Conselheiros estão aqui, é a primeira vez no Conselho esse ano, mas toda essa lógica de atuação e de transparência, ela vem sendo seguida desde o ano passado e aí é uma das diretrizes que a gente tem seguido e aí por parte do governo é de se além de transparente, ser bastante pé no chão com as ações. Então esse planejamento, ele não só espelha essa noção de fazer aquilo com base na realidade daquilo que se tem, mas também dar a possibilidade e tem no planejamento essa possibilidade de ações que não foram executadas, mas que também estão previstas nesse planejamento. Então esse Plano de Aplicação ele reflete isso e reflete também alguns avanços. A gente viu aí na segunda ação, que é na 4129 de apoio técnico, então a gente tem algumas ações que estão refletidas nessa situação que a gente tem vivido, por exemplo, a gente previu um seminário envolvendo situações de emergência e calamidade, porque aí tem que se pensar isso. A gente como Estado a gente tem uma visão de todos os municípios do Estado. Então a gente viveu essa situação no ano passado, em Brumadinho, viveu essa situação de novo esse ano com mais de 200 municípios em situação de emergência. Então assim, o plano reflete essas ações e tem um outro avanço que é que está no plano que é a 4132 que é do piso mineiro fixo que é essa notícia que já foi dada aqui da retomada do pagamento integral, não só a regular que já estava sendo feito desde janeiro do ano passado, mas agora integral. Obrigada. Janaína: Obrigada Cristiano. Por uma questão de horário, e também respeitando a agenda do nosso querido José Cruz que está aqui com a gente, muito obrigada pela participação José, a gente fazer então o encaminhamento já para a votação para então a gente dar início a conversa com o José, respeitando até porque ele tem agenda de viagem, tá bom? Antônio Hugo: Bom dia. Quando for começar os debates então, a gente deve limitar o número de inscrição porque ao longo das falas que eu fui vendo que as pessoas estão fazendo a

inscrição. Aí depois ele aqui eu fui e levantei para poder a minha inscrição que eu pensei que eu poderia estar falando aqui agora. Janaína: Perfeito, é uma excelente sugestão Hugo. A gente vai então dar seguimento para as próximas, inclusive já aderindo ao seu ponto nas votações seguintes, tá bom? Só mais uma por uma questão de respeito a agenda, a gente então dá seguimento, tá bom? Então em relação ao Plano de Aplicação, dando destaque ao ponto que a Conselheira Luanda trouxe encaminhar para a votação, tá bom? Então Conselheiros, está aberta a votação. Conselheiros a favor da aprovação do Plano de Aplicação, votos a favor? Pedir para manter as. Abstenções? Então eu vou pedir para levantarem novamente abstenções. Patrícia, Ivone, Cláudia, Gabriela, Isaura, Ariadna, Natália, Antônio. Votos contrários? Lucas. Então Plano de Aplicação 2020 aprovado. Não. Um ponto de esclarecimento, abstenção não conta voto, tá? Dando seguimento então aos pontos de pauta. A gente abre então o diálogo, o próximo ponto, o diálogo sobre as portarias do Ministério da Cidadania, 2362/2019 e 109/2020 com a participação do nosso querido José Cruz, representante COGEMAS, CIT, FONSEAS. José, muito obrigada pela sua participação. Temos dúvidas se ele é uma referência para nós? Não, não é? José, a palavra está com você e muito obrigada por esse espaço e por estar aqui novamente para nos apoiar nesse diálogo e nesse fortalecimento dos nossos papéis, enquanto Conselheiros, nesse momento tão delicado da assistência social, tá? Então a palavra está com você meu querido. José Cruz: Um bom dia. Bom dia a todos e a todas. Quero externar minha alegria. Dizer da honra do convite deste Conselho. Parabenizá-lo, em plena sexta-feira de carnaval este Conselho aqui reunido. Estou bastante emocionado mesmo pelo compromisso, pela honra e que cada um aqui de vocês, enquanto função pública, aqui dando esse exemplo. Então quero muito parabenizá-los. Eu quero cumprimentar a nossa Presidente Janaína, nossa Vice-Presidente Patrícia. Em nome das duas, todos os Conselheiros, Conselheiras. Parabenizá-los, a primeira reunião do ano com a nova composição. Parabenizar e dizer, acompanhei a votação na Conferência Estadual, naquela importante conferência estadual conduzida por este Conselho e junto com a SEDESE. Então quero dizer que me sinto muito honrado com este convite de estar aqui para fazer um diálogo importante e necessário neste momento, não é? Senhores e senhoras sabem e os novos Conselheiros também acredito que sabem disto, mas a gestão do Sistema Único de Assistência Social no Brasil é de gestão compartilhada entre os três níveis de governo, entre as três esferas. E nós estamos falando de um sistema público de proteção social, aliás o maior sistema de proteção social implantado neste país, referência para vários outros países inclusive e que tem responsabilidades compartilhadas a União com o Governo do Estado e com os municípios. É um sistema que foi construído na esfera pública. Não foi um sistema construído de cima para a baixo. Aí este sistema de proteção social ele foi constituído neste país na esfera pública. Materializa a operacionalização deste sistema a sua tradução no pacto federativo. Então tem um pacto social onde nós construímos esse sistema com a participação de todos atores e de todos os entes federados. 15 anos, não é? 15 de julho de 2005, nós viramos a página da assistência social brasileira de um modelo assistencialista para implantar neste país o modelo socioassistencial. Pouco tempo, mas ao longo dessa construção, dessa formulação e da implementação do SUAS no Brasil, toda a sua operacionalidade foi matéria de uma discussão no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite, onde se traduz, onde se materializa o pacto social, o pacto federativo com representação com representação de todas as três esferas de Governo. Então todos os critérios de recurso, os critérios de partilha de recursos, ancorados de forma transparente, republicana foram pactuados nesta esfera e claro, aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Pelo guardião do direito assistencial, o Conselho, os Conselhos eles têm essa prerrogativa. Eles são guardiões do direito socioassistencial. Então isso é muito importante que a gente tem esse nivelamento. E o quê que aconteceu? Nós fomos surpreendidos no apagar das luzes de 2019, no dia 23 de dezembro de 2019, com uma Portaria do Ministério da Cidadania que se propõe repactuar o SUAS no Brasil. Repactuar o SUAS em que sentido? Eles estão chamando de equalizar o SUAS ao orçamento hoje disponível na LDO e na LOA. O quê

que significa isso? Reduzir o SUAS a um terço, porque o orçamento hoje previsto na LDO e na LOA é de 1.1 bi de um sistema que hoje tem um orçamento de quase 3 bi para a sua manutenção. Então nós estamos dizendo, não estamos nem falando do princípio da universalização ainda necessária ou dos vazios de proteção social que ainda há presente no nosso país, em especial em Minas Gerais, aqui na nossa cidade, Belo Horizonte, para a gente universalizar o direito assistencial. Não estou nem falando disso, nós estamos falando da manutenção do SUAS no Brasil. Então nós estamos vivenciando um dos maiores ataques à polícia pública de assistência social nesse país, a reunião última da CIT aconteceu há duas semanas atrás, no dia 12, duas semanas não, é porque as coisas já estão assim. Semana passada na quarta-feira e foi uma reunião muito tensa e intensa, porque o Governo se propõe então a constituição de uma comissão, não é? A uma constituição não, a convocar a uma comissão, que eles estão chamando de câmara técnica, sobre orçamento, gestão financeira e orçamentária para repactuar o SUAS no Brasil. Fazer com que o sistema chegue ao orçamento hoje previsto em lei, tanto na LDO, quanto na LOA que é de 1.1 bilhão de um orçamento que para a manutenção da rede de proteção social nas cidades brasileiras é de 3 bi, é de 2,7 bilhões, quase 3 bilhões. E aí essa reunião foi muito tensa, muito intensa, a secretária de Cordisburgo, minha Vice-Presidente esteve lá comigo na reunião da CIT nos acompanhando porque a gente teve outras agendas do Colegiado Nacional dos gestores municipais, mas a proposição do Governo Federal era da constituição de uma câmara técnica para discutir, repactuar o SUAS no Brasil. E o posicionamento do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais foi um posicionamento muito importante. E nós dissemos com todas as letras, vírgulas, conceito de que o COGEMAS não integraria esta comissão que se propõe reduzir ou aniquilar o Sistema Único de Assistência Social nesse país. A partir desse momento então não sei se os senhores e senhoras já acessaram, então tem uma nota, um posicionamento do próprio COGEMAS, acessem. Tem um posicionamento do próprio FONSEAS que é o Fórum Nacional de Secretários Estaduais, a Secretária Beth, inclusive, integra, participa do FONSEAS e da CIT também. Dizendo não ao desmonte do Sistema Único de Assistência Social e se propondo imediatamente a revogação dessa Portaria 2632 de 23 de dezembro de 2019 que se propõe a equalizar o Sistema Único de Assistência Social ao orçamento hoje proposto. Então trazer esse debate é convocá-los, convocá-las junto com as suas instituições, organizações, fóruns, etc., e etc., e tal a unir esforços conosco, porque agora o nosso caminho não é via mais o Ministério, o nosso caminho tem sido via o legislativo. Então estamos no congresso, estamos nas câmaras municipais, estamos nas Assembleias Legislativas porque nós temos que fazer aí, potencializar e fomentar uma incidência política para a defesa do Sistema Único de Assistência Social neste país, a defesa dos serviços que são serviços essenciais à vida das famílias das pessoas. Eu disse lá no Governo Federal que eu iria fazer com a minha rede, se eu ia colocar os idosos, população de rua, crianças e adolescentes acolhidas e protegidas, famílias protegidas que nós temos, nós, as cidades, se eu ia colocar na porta deles. Para reduzir a um terço. Enfim. Então são prerrogativas, são dispositivos que o Governo Federal vem lançando mão e que isso vem gerando inseguranças para os gestores municipais, é onde a coisa acontece, é onde a proteção social se materializa no campo de assistência social. Então essa oportunidade aqui é de convocá-los junto conosco a construir caminhos, estratégias ou fortalecer, porque a gente já vem desde 2016, vocês, não sei se vocês acompanham, mas desde maio de 2016 que a gente vem construindo as agendas de luta, de defesa do Sistema Único de Assistência Social nesse país e cada dia com a tinta mais carregadas em dispositivos, em portarias, decreto, enfim. Estão agora fazendo um trampolim, nem passa pela CIT, vão direto no Conselho, mas aí chega no Conselho também não tem eco, então também eles estão buscando também para dentro do legislativo algumas mudanças. Querem rever a tipificação, querem rever as normas operacionais, enfim. E nós dissemos que nós não vamos discutir nenhum destes documentos. Não vamos abrir nenhuma discussão sobre esses documentos, por mais que a gente sabe que tem mesmo que aprimorar, qualificar, mas não é o momento, porque o momento é abriu, pode saber que nós não vamos, nós

vamos perder, não é? No diálogo, no debate e nas votações. Então não é convocá-los, reafirmar o pacto federativo. Reafirmar que o corte no orçamento é de quase 60% que está lá previsto na LOAS e agora essa equalização a disponibilidade orçamentária e financeira que está se propondo esta Portaria 26, 23, aliás, 62, publicada aí no dia 23 de novembro. E aí lógico não é gente, tem vários riscos. O risco de... nós temos hoje mais de 17.000 serviços socioassistenciais cofinanciados, é reduzir a um terço. Imagina os senhores e senhoras, mais de 80% dos municípios são municípios de Porte 1. Municípios que mantém a sua rede com recursos vinculados do Governo Federal e dólar Governo Estadual. O recurso do Bolsa Família e do EPC gera uma economia nesses municípios maior do que o Fundo de Participação dos Municípios, maior que a arrecadação desses municípios pequenos. Então gente, a proposta é acabar com o Sistema Único de Assistência Social. Essa é uma questão que eu queria chamar a atenção dos senhores e senhoras Conselheiros e Conselheiras. Então é a redução do serviço, é o encerramento de vários serviços que estão hoje financiados aí pelo próprio Governo Federal. E também não é gente, vocês sabem que em 2019 foi fruto de uma luta nossa, em especial dos gestores municipais, das gestoras municipais com a incidência política que nós fizemos dentro do Congresso que nós conseguimos a recomposição do orçamento do Governo Federal. Recebemos, inclusive no final do ano, também no apagar das luzes, no dia 30, 31 de dezembro todo mundo recebeu os recursos referentes a 2019. O quê que acontece com isso também? Em dezembro a gente disse isso na CIT. Não olhem para os saldos em janeiro. Por quê? Vocês repassaram tudo de uma vez em dezembro, agora vocês vão olhar o saldo? Então também a prerrogativa que traz essa portaria é de olhar o saldo. Então olhar o saldo de uma dívida que eu recebi em dezembro. Que também não coerência. Não dá para pagar. Então esta é uma questão que eu também queria chamar a atenção dos senhores. E aí a gente tinha acertado e pactuado isso, só que a portaria logo após ela já aponta para o saldo como também como critério para a chamada aí da equalização aí dos benditos, 1.1 bilhão do Governo Federal de 2020. Então essa é uma questão que eu queria chamar a atenção. A portaria também ela dispõe sobre a alteração de critérios, ela vai propor que a cada trimestre com base em critérios técnicos, com uma nota técnica do Governo Federal, que esse recurso vai sendo repassado. Então muda totalmente a lógica de repasses de recursos no Governo Federal para os municípios. Aí é claro, acarreta aí uma insegurança para os gestores municipais e a inviabilidade aí à execução dos seus planos de trabalho. Ora, ninguém faz de conta na gestão pública de fazer política de assistência social. Então tem planejamento, nós temos monitoramento, tem avaliação. Nós temos um planejamento estruturado, tem serviços garantidos. Nós temos uma rede parceira nessa execução do serviço, porque não é uma execução pública estatal apenas, mas também tem uma rede de parcerias importantes que são financiadas com recurso público para essa finalidade. Então nós dissemos com todas as letras de que não será com esta geração de secretários e secretárias municipais que nós vamos sentar na mesa com o Governo, para repactuar o SUAS nessa perspectiva, na perspectiva de aniquilar esse sistema de proteção social nos municípios brasileiros. Então é um pouco trazer esse debate, essa discussão com os senhores e senhoras. Todas as, a gente, que o Conselho ainda não recebeu essas, esses posicionamentos dos fóruns, não é? Tanto do FONSEAS, já passou? Já passou para todo mundo? Mas tem um posicionamento também importante da Confederação Nacional dos Municípios, da CNM que é importante também que todos leiam. Então nós estamos construindo estratégias. Então nós estamos discutindo com a Confederação Nacional dos Municípios, dizendo de mais um golpe, de mais um calote na assistência social que o Governo Federal quer dar. Estamos discutindo com a Frente Nacional dos Prefeitos. Estamos fazendo incidências para dentro do Congresso, em especial com a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, o Deputado Danilo Cabral do PSB de Pernambuco, quem preside a Frente Nacional em Defesa do SUAS, junto com vários outros deputados e deputadas e a gente tem feito essa incidência para dentro, junto, o Deputado Eduardo Barbosa que é de Minas Gerais, do PSDB de Minas Gerais que é o presidente da Subcomissão de Assistência Social. Fizemos o diálogo com ele também.

Aproveitamos a oportunidade que estávamos na CIT e na reunião do Colegiado Nacional, fizemos essa conversa com o deputado para que seja também um defensor desse orçamento no Congresso. E vários outros deputados e deputadas onde a gente teve condição e pernas, mas importante que todos nós todos os senhores e senhoras façam incidência política com os seus. Isso é muito importante, com os seus eleitos e que estão lá. É claro, aqui também no Estado de Minas Gerais que a gente vai precisar e muito de que todas as forças políticas estejam conosco para que a gente possa continuar aí na luta em defesa da assistência social, em defesa aí dos Sistema Único de Assistência Social no nosso país, mas enfim, esse é um ponto que eu acho que vale destaque. Dizer que tanto no âmbito federal quanto em Minas Gerais, fruto da nossa luta, da nossa participação nas conferências, vocês sabem que uma das principais deliberações da Conferência Estadual de Minas Gerais foi para vinculação do recurso do FEM para o piso mineiro. Foi uma vitória nossa, importante materializada, traduzida em lei, a Assembleia Legislativa. A recomposição do orçamento do Governo Federal. Então foi um esforço muito importante, muito coletivo, com todos os atores, organizações, não é? As organizações dos trabalhadores, dos usuários, das entidades, enfim, dos gestores, tanto estadual quanto gestores municipais, foi fruto de uma luta muito importante e que a gente venceu em 2019 e que nós vamos vencer também em 2020. Eles não vão acabar com o maior sistema de proteção social que nós implantamos nesse país. Eu acho que é o SUAS é uma conquista civilizatória do povo brasileiro. Ele não sai de um único partido, da mente de uma mente brilhante. Ele é fruto de uma construção na esfera pública. Isso é muito importante que a gente reafirme sempre. Então, vários atores estiveram na mesa. Todos os partidos estiveram na mesa discutindo conosco os critérios, enfim, para a gente implantar o SUAS no Brasil ao longo desses anos. O Colegiado Nacional dos Gestores Municipais está também com uma agenda de encontros regionais e o encontro nacional de 2020. Quero só informá-los que a região sudeste, Minas Gerais vai sediar o encontro da região sudeste na cidade de Diamantina. Vai ser no início de junho, onde esse Conselho está convidado a estar conosco nos encontros dos gestores municipais de assistência social. O encontro nacional vai ser em Foz do Iguaçu em agosto. A gente depois vai socializar aqui com a secretaria executiva, as datas do encontro, do encontro nacional para que os senhores e senhoras possam estar acompanhando e ciente aí dos nossos encontros. É 10 e 11 de junho em Diamantina, a gente acabou de fechar a data hoje com a Secretária Cacá que vai sediar o encontro. Era para ser no Espírito Santo, mas as chuvas foram mais fortes naquele Estado, em especial no município que ia sediar e aí como Minas Gerais já tinha sediado em 2017, 2018 foi em São Paulo, 2019 foi no Rio, era a vez do Espírito Santo, aí então volta na fila, então Minas Gerais vai sediar o encontro da Regional Sudeste, vai ser na cidade de Diamantina. Quero muito agradecer aqui a oportunidade à Presidente, à Vice-Presidente, a todos os Conselheiros e que a gente possa aproveitar esse diálogo aqui para construir estratégias aqui em Minas Gerais. Minas Gerais é um divisor de águas. Mesmo porque esse Conselho aqui ele é um Conselho de vanguarda. Este Conselho aqui é um Conselho forte, é um Conselho que nos dá muita honra e muito orgulho ao longo da trajetória de implantação dos SUAS. Aqui foram travados vários debates importantes. Então que esse Conselho continue com a sua envergadura, com a sua fortaleza para que a gente possa cada vez mais avançar e não retroceder na consolidação do direito socioassistencial aqui no nosso Estado. Então eu quero mais uma vez parabenizá-los e, enfim, só estamos começando o ano não é minha gente? E mais hein, imagina, nós estamos em um período eleitoral, todo mundo sabe. Imagina esses municípios tendo que reduzir neste ano um terço do Sistema Único de Assistência Social, fechar serviços, fechar CRA, fechar CREAS, enfim, fechar unidade de acolhimento, fechar parcerias tão importantes e relevantes para a proteção social de famílias, de pessoas nos nossos municípios, no nosso Estado. É esse convite, essa convocação, nem um convite a todos os atores, organizações deste Conselho para que a gente possa juntos construir as melhores estratégias para claro a manutenção do SUAS no Brasil. Imagina não é minha gente, era para a gente estar discutindo aqui a universalização, os vazios de proteção que ainda estão presentes nos nossos municípios,

mas a nossa luta aqui é pela manutenção. É para manter o que hoje já temos estruturado, organizado e em execução no campo da assistência social. Obrigado Presidente. Janaína: José muito obrigada pelas suas palavras lúcidas, orientadoras e inspiradoras. Acho que você trouxe um ponto, qual é o papel dos Conselho e quais lutas históricas foram travadas neste Conselho e estar novamente, estamos novamente nesse lugar em que em um contexto em pacto federativo está bastante fragilizado, novamente Minas Gerais se coloca a frente e consegue reunir os diferentes atores em uma discussão, em um diálogo, que ele é suprapartidário e ele é focado no Sistema Único de Assistência Social e no cidadão, no usuário. Então eu fico muito feliz e muito honrada de poder fazer parte dessa história também de construir isso junto com vocês e construirmos juntos isso. Então meu muito obrigada novamente e conte, conte com o nosso apoio, enquanto Conselheiros, com o nosso apoio enquanto servidores públicos e, principalmente, com o nosso apoio, enquanto cidadãos, tá? Então eu queria, a gente falou que o intuito, o espírito de hoje era de fato a gente poder conversar, abrir esse diálogo. Então eu queria fazer esse exercício da gente abrir para o diálogo e também Vice-Presidente Patrícia quer trazer algum ponto? Não? Então vamos abrir para esse diálogo, para esse momento bastante importante, simbólico e vivo como o Sistema Único de Assistência precisa ser. Então está aberta a palavra para todos os Conselheiros. Vamos fazer esse exercício de tentar manter um diálogo aberto, mas só mais a título de organização, levantar a mão, eu vou só anotando quem são as pessoas, mas de maneira mais livre, tudo bem? Então Jaime, Márcio. Jaime: Bom, parabéns José, Ivone que estiverem presentes neste momento de discussão. A gente que acompanha o desenvolvimento, o crescimento ou a abrangência da política de assistência social realmente foi um... é um momento de bastante preocupação, mas como tudo a gente tem a expectativa desse espaço de diálogo e como Minas é um exemplo, já é histórico a sua, o seu pioneirismo na construção das políticas de assistência social, não poderia deixar esse espaço tão importante de fazer essa construção. As duas reuniões que pude participar do FONSEAS e da CIT, não é? Da CIT, obviamente a mais tensa, onde que o FONSEAS em conjunto através da manifestação do COGEMAS que decidiu não participar e corretamente naquele momento, em uma câmara técnica que visaria fazer uma discussão desses recursos e o FONSEAS através da Presidente Elisa também entende que não poderia o Estado se responsabilizar ou de uma certa forma, entrar nessa discussão de um tema tão importante se não tivesse o apoio, o entendimento do COGEMAS. Então reunião do FONSEAS foi uma reunião que tratou também com bastante preocupação tanto a nota que foi emitida pela Presidente, tratou do pedido, inclusive, da revogação da portaria que eu acredito que seja um dos caminhos que pode ser levado, porque nós estamos em um momento entende-se a necessidade da recuperação de orçamento e não em um momento de discussão de passivos, não é? Também, discussão dos passivos fazem parte. Então a nossa preocupação e a preocupação de todos os entes foi nesse sentido e eu acho que poderia sim, ser construído por esse Conselho tão atuante, tão importante na discussão da política a questão do apoio junto com a mesma nota do FONSEAS, da revogação da portaria e construir um espaço de diálogo, porque entendemos ainda que passamos por um outro momento de substituição de Ministro nesse período e quando há substituição, nós ficamos todos naquela mesma expectativa, mas eu acho que a construção da política de assistência social sempre foi de muito diálogo, de muita mobilização e eu acho que esse é o momento que a gente deveria partir para essa mesma forma. Janaína: Obrigada pelas suas considerações Jaime. Márcio Caldeira: Parabéns José pela explanação aqui e pela fala que nos dá direção e objetividade das ações de um Conselho. Eu acho que nós já discutimos aqui e até na gestão passada várias ações de ataques ao sistema e que a gente sempre se colocava como um expoente na defesa e da garantia de todos os direitos já conquistados, de todo o sistema já efetivado. E essa é uma tônica desse Conselho que nos últimos anos vem trabalhando sempre nessa perspectiva da batalha, da luta contra o corte de tudo que a gente já construiu. O que o José traz para a gente aqui é um cenário mais tenebroso ainda. Extremamente complexo e profundo, porque se a gente não atuar trâmites na defesa do SUAS, a atribuição desse Conselho ela deixa de existir. Não só

desse como dos demais Conselhos porque como há uma previsão legal do SUAS, nós estamos trabalhando na garantia dessa previsão legal. Então a gente não pode permitir que ações como essa, uma portaria venha desmontar um sistema que é constituído em lei. É uma inversão muito drástica de caminhos para isso. E eu acho que a gente, enquanto ação efetiva, e eu trago aqui para esse Conselho da minha base de representação, que ao longo de 2016 para a cá a gente tem sofrido muitos ataques em legislações que operam aprendizagem. Então nós conseguimos fazer mobilização a nível nacional de pressionar e retirar projetos de lei no Congresso que realmente iriam solapar o processo de aprendizagem. A mobilização ela é o ponto central neste momento. A mobilização principalmente das nossas bases parlamentares, das nossas frentes de enfrentamento dentro do Congresso, seja no município, no Estado e lá na União. A gente precisa se organizar nesse aspecto. O CEAS precisa sair de dentro de Minas e pactuar junto com outros CEAS's, mobilizar ações nesse sentido. E a gente tem que capilarizar os 853 municípios também nessa perspectiva. A nossa ação é uma ação de resistência nesse momento. A Portaria gente, se a gente não fizer algo concreto, ela simplesmente fecha o SUAS. E aí? Qual que é a nossa atribuição, enquanto agente público, que defende o Sistema Único de Assistência Social? Eu acho que a gente está aqui, a gente está em um momento extremamente complexo. Cheio de variáveis políticas, mas a gente em cima dessas questões, a gente tem que sobressair na defesa desse SUAS. Essa unidade que a gente precisa construir nesse momento em defesa dessa política, senão a gente vai ser simplesmente... Um trator vai passar em cima da gente. Então eu acho que é importante a gente assumir o papel, enquanto Conselho, e, principalmente, o nosso papel de defesa dessa garantia de um direito que já está constituído em lei. Obrigado. Janaína: Obrigada Márcio pelos inspiradores pontos. Ivone: Também assim, eu acho que quando a gente estava em Brasília, eu senti muito incomodada, incomodei muitos Conselheiros aqui no Estado de Minas também. Porque vendo a pauta a gente está acompanhando o que está acontecendo a nível nacional e que Minas também pudesse compartilhar com a gente nesse momento da primeira reunião e que foi muito importante a introdução desse ponto de pauta. Quero dizer que para nós hoje aqui nesse ponto de pauta, é muito mais traçar estratégias de como esse Conselho ele pode estar engrossando essa luta, tirando algumas estratégias. Então eu pensei assim, eu acho que a gente poderia discutir aqui hoje se a gente tira uma carta de repúdio de estar manifestando a essa ação do governo. E segundo, eu acho que nós temos um representante do CEAS no Conselho Nacional. Eu acho que esse representante junto com o Conselho Nacional deveria também trabalhar uma mobilização nacional do controle social em apoio nessa proposta de revogação desta Portaria. Então eu acho para mim, eu vejo assim um grande momento para a gente estar tomando algumas deliberações aqui também no Conselho para estar fazendo a nossa posição, enquanto controle social, enquanto participação junto a esses organismos igual o COGEMAS, o FONSEAS, que já se posicionaram. Então eu acho que também agora a CNM também que já se posicionou. Então eu acho que a gente poderia também aqui tirar algumas deliberações. Eu tracei essas duas, mas podemos pensar em outras. E queria dizer assim, para nós municípios de porte 1 como José falou, que vivemos, se a gente for olhar o serviço que está sendo executado nos CRAS's e CREAS e tal é tudo com aporte financeiro dos entes estaduais e federais. Então se tiver realmente em frente essa redução, é fechamento, porque os municípios, a portaria joga essa responsabilidade para os municípios e vão caracterizar que é o município que fechou. Foi o município que fechou o serviço, principalmente, nesse momento tão importante que é um da recondução dos novos gestores em cada município. Então eu achei muito assim importante a gente envolver os nossos prefeitos nessa discussão. A mala usada do meu prefeito não para mais de receber manifestação do FONSEAS, manifestação do COGEMAS, manifestação da CNM para que ele tenha entendimento que que está por trás de toda essa Portaria, porque, às vezes, só a Portaria lê e não, ele também recebeu a Portaria, acho que é importante isso, todos os Prefeitos estarem entendendo o quê que está acontecendo. E queria falar também sobre a questão do passivo do Governo Federal. A Portaria também limita o compromisso do

Governo Federal, principalmente, com o IGD-SUAS que é o atraso maior que nós temos até de ir para restos a pagar e tornar uma dívida que não precisa mais ser paga. Então eu acho que isso aí também foi muito colocado aí e tal. Então praticamente para mim seria isso. Quero agradecer o José Cruz também que ele, eu fiquei lá em Brasília, guarda a agenda, guarda a agenda. Então eu quero agradecer muito a ele por essa oportunidade de estar aqui e pela contribuição que o José Cruz dá não só em Minas, mas no Brasil inteiro com a construção do SUAS que nós construímos e estamos aí querendo ele mais rapazinho, que ele ainda está muito criancinha, a gente quer ele maiorzinho, mais adolescente. Então obrigada. Élerson: Parabenizar todo esse movimento que o Conselho de Gestores está fazendo, também o José Cruz pela luta, o empenho em relação a defesa do SUAS e ao mesmo tempo pensar no seguinte sentido, de que eu acho que como vai ter que ser um movimento que vai abranger toda a sociedade, eu acho que, atacar e destruir a assistência social, não vai simplesmente atingir quem trabalha ou quem é usuário da assistência social, mas eu acho que toda a sociedade como um todo. Então há muitos movimentos e ações políticas que a gente empreende dentro da sociedade que ela só ganha o corpo se a gente tem parceria também de outros seguimentos. Então nessas agendas que vão ser colocadas, que eu estou entendendo que vão ser agendas de lutas, de resistências e tal e muitas vezes de conscientização, que a gente possa pensar em outras entidades também que podem fortalecer a luta, ou a OAB, por exemplo, é alguém que sempre apoia essas causas. Vocês falaram com vão conversar também com os gestores municipais que basicamente estão implicados. Então, porque a gente também possa, assim como foi feito na executiva mineira ano passado, construir como se fosse secretarias para pensar coisas, que a gente possa publicar, fazer panfletos, fazer informes nesse sentido para mobilizar e aí eu acho que as entidades podem ajudar bastante nesse sentido, a gente tem entidades que trabalham com parque gráfico, com outros tipos de coisa e aí nós no seguimento de entidades podemos fazer isso também, só para colocar. Haiandra: Bom dia a todos e todas. Primeiramente eu gostaria de agradecer e parabenizar pela explanação e parabenizar também pelas redes sociais, pelas páginas no Facebook, no Instagram. Eu acho muito importante e tem um alcance assim grandioso para a gente colocar o conhecimento dos gestores e trabalhadores da política de assistência. A minha colocação é com relação a uma sugestão, eu acho que já foi até pautado um pouco na fala da colega Ivone com relação a mobilização dos Conselhos em âmbito nacional. A todos os Conselhos estaduais, para que a gente talvez antecipe o dia D do mês de dezembro, mas que a gente faça uma movimentação grandiosa em âmbito estadual para que fortaleça cada vez mais essa luta e uma outra questão é se haveria a possibilidade de uma carta, uma orientação, recomendações mais técnicas para os gestores municipais, porque eu percebo, é um recado que eu trago da gestora de Novo Oriente, ela está bem preocupada, bem aflita porque nós somos um dos municípios que já não temos mais recursos em conta. Todo o recurso basicamente é para a folha de pagamento e a manutenção como comum que é papel, material que é necessário para um trabalho mais burocrático. Então nós não temos um posicionamento, uma orientação de como ela deve proceder nesse momento. Ainda estamos passando por contratação de pessoal, que tem algumas equipes que precisam ser completadas. Temos as questões dos planejamentos que a gente precisa fazer para o longo do ano, então é a incerteza. Planejaremos? Colocaremos essas ações no planejamento, então eu acho que esses gestores eles precisam receber essas orientações técnicas de como algo a curto, que é o momento que estamos vivendo agora e também a médio prazo. Uma outra questão também é que a nossa comissão de apoio aos Conselhos, nós iremos explanar na parte da tarde, mas a gente irá fortalecer, a proposta do fortalecimento das URCMAS e também do Dia D. Talvez algumas ações podem ser atreladas com essas interfaces desses movimentos para que essa luta fique cada vez mais grandiosa. É isso, muito obrigada. Janaína: Obrigada Haiandra. Algum Conselheiro quer trazer também considerações? Patrícia? Patrícia: Em cima da fala do Conselheiro Márcio, eu acho pertinente mesmo esse encaminhamento do CEAS dialogar com outros CEAS, não é? E agora me recordei que a gente tem a reunião trimestral do Conselho Nacional de

Assistência Social. Se não me engano em 02 e 03 de março. É dia 03 de março e aí interessante mesmo a participação deste Conselho por meio da representação da Presidente, ou de algum outro Conselheiro. Janaína: Obrigada Patrícia. Considerações? Comentários? Não? Luanda: Gostaria de agradecer a presença do José Cruz e gostaria de reforçar, eu acho que tudo que já foi dito pelos demais Conselheiros e Conselheiras, e talvez da gente fazer a sugestão de caminhar no sentido de uma deliberação desse Conselho a partir do que foi apresentado pelo José Cruz. E aí é nesse sentido e concordo com a Ivone da gente fazer uma nota de repúdio, se posicionar de alguma maneira, enquanto Conselho, e aí deixo a proposta aí então agora para a gente poder sair daqui com um posicionamento, enquanto CEAS, mesmo. Daniel: Bom dia a todos. Primeiro eu gostaria de explanar meu contentamento de ter o José Cruz aqui conosco hoje e é importante essas colocações, enquanto níveis de assistência social, níveis de informações, enquanto gestor, porque além de ser gestor, também é um usuário. Precisa da assistência, precisa dela implantada nos municípios. Quando a gente fala de desmonte, a gente fala em um desmonte que já vem acontecendo ano após ano, meses após meses, quando a assistência social sempre é prejudicada em diversos âmbitos. A gente não pode esquecer da luta, não podemos esquecer dos desafios, mas no final com muitas idas e vindas, muitos bate, bater de frente no modo popular que eu conheço, a gente consegue resolver algumas coisas com ética e qualidade. E eu acho, assim, quando a gente fala de fazer um ofício, existe um impacto sim, aos Conselheiros, mas eu acredito mais fielmente no teti-a-teti, no pessoalmente que causa mais impacto porque quando a entidade, o serviço entende a gravidade, quando ela vê nos seus olhos a gravidade das ações ela, acredito que sendo assim, existe uma possibilidade de mudança de postura. Eu defendo muito essa pauta, muito obrigado. Sandra: É agradecer ao José Cruz pela presença, pelas palavras, por nos alertar, fazer essa discussão conosco. E aí eu estava aqui lembrando e quando a Ivone discutia comigo no zap a questão da Portaria, e estava falando da reunião tensa da CIT, e eu fiquei lembrando de uma questão. A primeira vez que eu tive acesso a clareza da redução dos recursos da assistência foi no encontro nacional do COGEMAS aqui em Belo Horizonte, se eu não me engano, foi em 2018 que um rapaz, um técnico da Fundação Getúlio Vargas ou Fundação João Pinheiro, João Pinheiro. Então ele apresentou um gráfico que nós utilizamos muito esse gráfico nas conferências municipais e regionais do ano passado. E aí então ele já trazia esse gráfico que seria o impacto da emenda que hoje já não é mais, da Emenda Constitucional 95. Ele trazia isso para a gente. E nós trabalhamos tanto isso nas conferências municipais, nas conferências regionais. E na conferência nacional, estadual, nacional, nós também trabalhamos, discutimos e aí o quê que eu fico pensando? Eu penso que nós temos que trabalhar para revogar essa Portaria. A Portaria 2362. Mas a Emenda Constitucional 95 ela é o nosso maior desafio. Por quê? Nós vamos, podemos agora trabalhar para revogar a Portaria. Revogamos a Portaria. Mais na frente nós vamos deparar com outra situação. Tudo consequência da Emenda Constitucional 95. Isso que nós estamos passando agora, discutindo essa questão da Portaria, é reflexo da Emenda Constitucional. E nós fizemos essa discussão. As discussões elas assim, os Conselhos, a militância dos municípios da assistência social. Eles têm muito essa clareza, porque nós trabalhamos muito isso nas conferências. Pelo menos as que eu estive, que outros colegas tiveram, falaram isso comigo. A gente trabalhou muito e foi assim, em todas as conferências que eu estive, tanto municipal quanto regional é a proposta de fazer mobilização nacional para revogar Emenda Constitucional ela foi unânime e isso nós levamos para a conferência estadual e nacional. Então eu penso que a estratégia ela tem, viu José Cruz? Eu acho que a estratégia ela tem que ser uma estratégia mais ampla para que a gente não fique a cada momento, deparando com uma situação como essa da Portaria. Dessa Portaria aí. Então o quê que eu sugiro? Eu sugiro que a gente repense mesmo aquelas propostas que saíram das conferências em relação a Emenda Constitucional 95 para a gente poder tentar fazer a revogação dela. É uma questão grande isso daí e é uma mobilização imensa, mas eu penso que é por aí. Eu fico pensando assim, aquela, a Lei nove mil... Que foi aquela da corrupção eleitoral, teve uma mobilização de

Brasil, Ficha Limpa, obrigada. A Lei da Ficha Limpa foi uma mobilização nacional. As pessoas se sensibilizaram, assinaram. Então assim, a gente consegue fazer isso. Porque nós temos, não só a militância da assistência, mas temos outros atores que acreditam nesse trabalho nosso, acreditam nessa luta. Então assim, eu penso que a gente tem que pensar em uma questão mais ampla. Claro que a gente tem que pensar nesse momento agora, sim, mas junto com ele, a gente tem que ampliar essa discussão para a Emenda Constitucional 95. Obrigada. Janaína: Muito obrigada Sandra. Algum ponto adicional? Não? Então eu vou passar a palavra para o José Cruz para considerações finais. José Cruz: Bom. Primeiro eu quero agradecer as intervenções, as deferências. Muito importantes. E que fui lembrando de várias questões aqui que eu acho importante que vocês a partir do momento então da nossa discussão em Brasília com referente a essa Portaria, a gente já tirou alguns encaminhamentos para socializar com vocês. Antes de dizer assim, mesmo estando em férias oficiais, eu fiz questão de estar aqui porque estaria, estou de férias, então não consegui mensagem durante a semana, uma semana de férias, mas não consegui tirar e de fato gozá-las, mas que bom que de estar aqui com esse debate tão importante. A Portaria, eu esqueci de falar uma coisa, que a Portaria 2362 para além de tudo que eu já disse, ela também tem um dispositivo nela, um artigo nela que não reconhece a dívida do Governo Federal com os municípios minha gente, tá? Então tudo vinculado a disponibilidade orçamentária. Então também não reconhece a dívida, nem para trás e nem para a frente. O para a frente reduz a um terço, mas também não reconhece a dívida com os municípios. E aí a nossa briga é muito maior mesmo, a Sandra tem muita, super razão porque a nossa luta é muito maior minha gente. Claro que a Emenda Constitucional 95 já é um reflexo da Emenda Constitucional, todos esses dispositivos, que nós estamos, nós já sabemos disso. Foi uma das principais deliberações da Conferência Nacional de 2017 que é para revogação dessa Emenda Constitucional, mas essa luta tem que ser muito maior. Então o COGEMAS que é operação Colegiado Nacional de Gestores Municipais já está com agendas conjuntas e integradas com o CONASEMS e com a UNDIME, com o Conselho Nacional de Saúde, Colegiado Nacional de Saúde, com o Colegiado Nacional da Educação porque a luta é maior, então envolve todas as políticas públicas e sociais. Então nós estamos construindo estratégia maior para além da assistência social porque implica todos os demais, as demais políticas públicas sociais, mas minha gente, está tramitando no Congresso Nacional dois PL's. O PL 187/2019 que é o Projeto de Lei que acaba com todos os fundos, dentre eles, os fundos de assistência social. Olhem lá na página 11 do bendito Projeto de Lei e agora imaginem isso no município. Chegando recurso, o único recurso, montante de recurso no município e a disputa fica no município. Imagina a disputa do recurso para a assistência social no âmbito dos municípios não é minha gente? Vai ser muito difícil. Então o PL 187 também é um Projeto de Lei que aí gente, acabou. Acabou a assistência social neste país, tá? O recurso chegando em um único fundão lá no município, imagina. Tem o PL 200, PL 200 ele intervém no SUAS, na sua organização, operacionalização, no Bolsa Família, altera o Bolsa Família e também tem um subprojeto nesse PL que trata de inclusão produtiva, etc., e tal. Então esses dois PL's nós temos que estar acompanhando, discutindo porque ele também ataca as políticas públicas em especial, a política pública de assistência social. O COGEMAS está construindo uma mobilização para o início de março. Alguém aqui falou de mobilização. Então nós vamos ter uma grande mobilização no início de março. Estamos discutindo isso com Frente Parlamentar de Defesa do SUAS no Congresso Nacional. A partir de fecharmos a data, a agenda deste encontro, dessa mobilização nacional em Brasília, nós vamos estar disseminando em todos, todas as mídias sociais para que todos estejam em Brasília dentro do Congresso Nacional no início de março. Concomitante também o COGEMAS vai chamar um ato no Brasil inteiro, então todos municípios, igual a gente fez no ano passado. Enquanto vai estar acontecendo um ato em Brasília, vai estar acontecendo atos também em todos os municípios brasileiros para a gente dar visibilidade aos ataques que estão sendo traduzidos aí nesses dispositivos. Então vai ter atos em todos os municípios. Vocês estão acompanhando o debate do Bolsa Família não é minha gente?

O retorno da fila de espera, enfim. Da mão de ferro do Governo Federal nos pobres, nos mais vulneráveis, tanto nos beneficiários do Bolsa Família quanto nos beneficiários do BPC fortíssima, de forma excludente, pessoas, famílias que tem o direito estão sendo excluídas destes dois benefícios. Então nós estamos aqui em Belo Horizonte, por exemplo, nós temos, fizemos, construímos uma parceria assim, um termo de colaboração com a Defensoria Pública da União. Então identificamos que essa família tem direito e foi excluída. Nós entramos imediatamente com ação junto com a Defensoria Pública da União. Então são estratégias que nós estamos utilizando, cada um no seu município para garantir proteção a essas famílias, pessoas que mais requerem do Estado proteção social. E aí o COGEMAS também decidiu por entrar com uma Ação Civil Pública. Então o COGEMAS também, o Colegiado Nacional articulado com a OAB, alguém falou da OAB aqui, a OAB, Defensoria Pública da União, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, enfim, nós também vamos judicializar. Porque não temos outra saída. Por mais que tentamos todas as vias do diálogo, da construção, da construção de consensos coletivos, enfim, mas não foi possível, o que nós estamos vivenciando esses ataques, então nós vamos também judicializar. Eu acho que muito importante, alguém disse aqui, da importância dos Conselhos, da mobilização de todos os Conselhos, todos os Conselhos municipais, enfim, os Conselhos Estaduais junto com o Conselho Nacional. O Conselho Nacional está convocando todos os Conselhos para essa mobilização. Isso é muito importante. A Conselheira de Novo Oriente, a Secretária Elaine é associada ao COGEMAS, enfim, tem todo o diálogo construído conosco, então acho que é importante ter sim esse nivelamento com os gestores municipais, de ter sim uma orientação mais técnica, organizada, mas agora é luta. É luta política. Então que todos estejamos muito alinhados e Novo Oriente é associada ao COGEMAS, Secretária Elaine está sempre conosco e sempre muito atualizada das informações e de tudo que está acontecendo no país, a gente tem colocado no grupo aí dos associados. Dizer que os encontros do COGEMAS também vão discutir o SUAS em números. Nós vamos mostrar o SUAS que temos, mas também vamos mostrar os vazios de proteção social neste país. Então os encontros regionais e encontro nacional eles vão ser muito importantes, porque não tem jeito mais minha gente. Não tem jeito mais porque é um grande desafio, tradução desse direito constitucional é um desafio de todos nós. Cotidiano, não é? De dizer que a assistência social é essencial à vida das pessoas, assim como é o serviço de saúde. Assim como é o serviço de educação. Então nós vamos mostrar o SUAS em números. Então já contratamos uma assessoria do Colegiado Nacional que já está estruturando e organizando os dados e informações, que vão mostrar o que temos, que mantemos hoje, que nós temos que cada vez mais reafirmar, mas também de mostrar os vazios. Onde ainda requer mais proteção, mais recurso público para a gente garantir a universalidade deste direito socioassistencial no país. Então também nós vamos ter que fazer, nós estamos construindo a melhor estratégia de demarcar de fato as conquistas que foram com o Sistema Único de Assistência Social, o impacto das nossas unidades, dos nossos serviços na vida das pessoas, na vida das famílias que são atendidas. Enfim, acho que é isso e acho que esse Conselho ele tem que demarcar politicamente, tem que ter um posicionamento mesmo, por escrito, divulgar para o mundo, para o Brasil, para os deputados de Minas Gerais, todos tem que receber, o posicionamento deste Conselho Estadual e aí demarcar a sua preocupação com o desmonte do Sistema Único de Assistência Social que está em curso neste país. Então eu quero muito mais uma vez agradecer. Me colocar à disposição, Secretária Ivone nos representa aqui, mas sempre que for necessário, estou à disposição para estar aqui, eu tenho muita honra, muito orgulho deste Conselho Estadual, muito orgulho de ser mineiro, pela vanguarda que eu já disse, este Conselho ele é extremamente importante, então sempre muito à disposição deste Conselho, sempre que for necessário, podem me convocar que eu estarei aqui para a gente, mesmo que seja de férias, estarei aqui também viu, de férias ou em qualquer outro lugar ou outra função, mas por acreditar no Conselho. Por achar que o Conselho é o espaço do diálogo, da construção, dos consensos importantes. É a instância máximo de deliberação da política pública de assistência social.

Enfim, sempre à disposição desta Casa, deste Conselho que nos dá muita honra e muito orgulho, enquanto mineiro, e, enquanto representante, em outras instâncias, em outros espaços. Eu quero muito agradecer a Presidente, a nossa Vice-Presidente com o honroso convite e sempre que for necessário, às ordens, à disposição dessa Casa. Janaína: Obrigada José novamente. Foi bastante inspirador, mas principalmente ativo. Acho que são orientações que clamam e chamam esse Conselho à ação. Então muito obrigada e aí como de fato o Sistema Único de Assistência Social se faz a várias mãos e nós como Conselheiros temos essa responsabilidade, eu fiz esse exercício de reunindo os pontos que a gente trouxe durante a nossa conversa, para a gente dar encaminhamento, enquanto Conselho. Tudo bem? Enquanto Conselho Estadual de Assistência Social. Então eu quero compartilhar com vocês os sete pontos principais de ação que a gente consolidou aqui ao longo da conversa. Então o primeiro ponto é o Conselho Estadual fazer, oficializar todos os deputados da bancada de Minas Gerais, seguindo os pontos de orientação, trazidos tanto pelo José Cruz, tanto pelo Conselheiro Márcio. Então conte com a gente para a isso. O segundo ponto de encaminhamento é compor a prática de incidência política junto aos principais atores do controle social e do legislativo. Quando eu falo isso, eu falo dar seguimento então às orientações de FONSEAS, de COGEMAS, a ALMG. Esse Conselho também dar encaminhamento nas reuniões com os deputados e com o Presidente da ALMG para a gente pautar essa discussão tão necessária e tão urgente. O terceiro ponto de ação, de encaminhamento é acionar via ofício tanto os Conselhos Municipais de Assistência quanto os Conselhos estaduais, seguindo a sugestão do nosso Conselheiro Márcio. O quarto ponto é a reunião do CNAS no dia 03 de março, o representante da reunião então levar esse ponto de agenda, para pautar a agenda e também retornar com encaminhamentos. O quinto ponto de atenção é criar um plano de comunicação estratégica bastante ativo, seguindo a orientação do nosso Conselheiro Élerson, foi isso? Então panfletos, redes sociais, informes, então a gente fazer com que essa comunicação seja ativa e chegue de fato em quem precisa. Tanto os formadores de opinião, as entidades, usuário, o cidadão para que seja um movimento nacional e suprapartidário como a nossa Conselheira Sandra trouxe. O sexto ponto é a redação de uma carta de recomendação técnica seguindo os pontos que a Conselheira Haiandra trouxe para que a gente possa orientar tanto os Conselhos municipais, quanto os gestores de assistência nos 853 municípios mineiros. Seguindo também o ponto da Conselheira Haiandra e do Conselheiro Daniel, antecipação do Dia D e participação olho no olho. A gente não tem que fazer essa comunicação, essa incidência política pelos instrumentos, mas também olhando no olho. Conversando e convencendo cada um que a gente encontrar e participar junto nessa luta. E são esses os pontos, os sete pontos de encaminhamento que nós, enquanto Conselho Estadual de Assistência, foram os que eu consolidei. Caso vocês tenham algum ponto adicional a gente também está aberto para a consolidação disso e aí seguindo também para registro em ata também de votação, tá bom? Então Conselheira Luanda? Luanda: É só lembrar que a gente mencionou a nota de repúdio, eu e a Ivone. Janaína: Oitavo ponto de encaminhamento, a nota de repúdio. Algum ponto adicional Conselheiros? Podemos então seguir para a votação para registro em ata? Então os Conselheiros que estão a favor desses oito pontos de encaminhamento mencionados a pouco, por favor, votação aberta. Votos a favor. Esses são os votos a favor, por favor levantem. Obrigada. Votos contrários. Abstenções. Cláudia. Aprovado então os oito encaminhamentos para o Conselho Estadual de Assistência Social em relação a Portaria 2362 e a Portaria 109. Então o meu muito obrigada a todos nós e seguimos agora então para almoço. Janaína: A pauta do período da tarde. Só antes da gente começar, eu queria aproveitar para dar os parabéns para a Adelmira, hoje é o aniversário dela, cadê ela? Cadê você Adelmira? Faz parte da tradição a aniversariante falar algumas palavras aqui de discurso Adelmira, dois minutos. Adelmira, Secretaria Executiva: Obrigada viu? Fazer aniversário é renovar um ciclo, não é? Mas aqui no CEAS a gente tem mais dois aniversariantes esse mês que é a Rosa e o Ângelo também, não é? Semana que vem. Obrigada viu gente. Janaína: Agora dando então início formal aos trabalhos do período da tarde. Retomada do ponto de pauta. Então para que a

gente dê seguimento, a proposta é a finalização, a conclusão da relatoria da Comissão de Orçamento e aí com a relatoria de Natália e Cláudia. Então Natália por favor. Natália: Bom, eu só queria retomar um ponto aqui em relação a votação. Tanto da reprogramação quanto da aplicação, meu voto ele foi relacionado a alguns pontos. Então na comissão a gente votou, deu um parecer favorável devido as explicações bastante detalhadas da adjunta Cláudia. Então ela subsidiou bastante a nossa decisão ali no momento da comissão. Porém a gente teve um prazo reduzido de análise mesmo. Então a gente não teve condição de analisar a fundo toda a documentação. E aí quando a gente esteve aqui na plenária, surgiram alguns elementos novos trazidos pela própria colega Luanda que também nos fizeram repensar e nos deixaram inseguros mesmo, enquanto posicionamento de aprovação. Então eu só queria esclarecer, justamente pela coerência mesmo da votação e também colocar um ponto que nós somos, eu, enquanto Conselheira novata. Então até uma proposta é uma capacitação em relação à condição de análise de orçamento e tudo isso. Então é só para que fique bastante claro aqui a coerência em relação aos votos e porquê que foi todo esse posicionamento, só para que fique bem claro e a gente se posiciona, eu acho que quando temos segurança em relação também a aprovação ou não. E no momento da comissão como foi bastante esclarecido todos os pontos, naquele momento a gente estava seguro, mas como eu falei anteriormente, não foi uma análise profunda que nós mesmos fizemos. E quando trouxeram outros elementos aqui gerou toda aquela insegurança em relação à aprovação. Então só para que isso fique claro nesse momento enquanto voto. Então em relação ao planejamento da comissão, esse vai ser apresentado aqui na nossa pauta, no planejamento do CEAS. Ele vai estar incluído lá, tá? Ponto três, prestação de contas do 4º trimestre de 2019. Necessidade de rever o instrumental de prestação de contas. Proposta SUBAS será entregue em março para a contribuição dos Conselheiros. Em abril passará pela comissão, já com o consolidado das contribuições para fechamento, encaminhamento a plenária para deliberação. Em maio a prestação de contas do 1º trimestre de 2020 utilizará um novo instrumental. A prestação de contas do 4º trimestre continua da forma que foi encaminhada. Ela passará pela reunião da comissão em março para o Parecer. Haverá capacitação sobre orçamento, prestação de contas na quarta-feira que antecede o dia de reunião das comissões temáticas. Convidar a CEF, a Juanita e Conselheiro Hermenis. O prazo, Oi desculpe. Como chama? Hermellis, desculpe. Oi, é verdade. O prazo para apresentação da prestação de contas conforme Resolução do CEAS número 640/2018 que dispõe sobre os prazos para encaminhamento dos relatórios trimestrais de atividade de execução orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, FEAS-MG pela SEDESE ao CEAS. É a última semana do mês subsequente a cada fim do trimestre. Tem alguma consideração? Algo? Janaína: Em discussão. Cristiano: só, teve um ponto aí que citou o Hermellis, da fazenda, eu não entendi. Você podia só repetir, por favor? Natália: Claro. Convidar a CEF, a Juanita e Conselheiro Hermellis. Cristiano: Para? Natália: Para capacitação em relação ao orçamento. Cristiano: Tá. Janaína: Então aberto para votação os encaminhamentos da comissão apresentados pela Conselheira e coordenadora da comissão, Natália. Em votação. Conselheiros a favor? Mantenham. Por favor. Podem abaixar. Abstenções? Votos contrários? Votos contrários? Aprovado por unanimidade. Próximo ponto de pauta. Natália: Então, eu vou fazer a leitura então da Resolução número 690/2020 que dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos Alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, em consonância com a Lei Orçamentária Anual de Minas Gerais de 2020. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS-MG no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 da Lei Estadual número 12262 de 23 de julho de 1996, pela norma operacional básica do Secretaria de Assistência Social de 2012, NOB-SUAS 2012, considerando a deliberação da 251ª Plenária Ordinária realizada no dia 21 de fevereiro de 2020 resolve: fica aprovado o Plano de Aplicação dos Recursos Alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS em consonância com a Lei Orçamentária Anual de Minas Gerais. Artigo 2º, fica estabelecido como prazo para encaminhamento ao CEAS do Plano

de Aplicação de recursos na penúltima sexta-feira que antecede a reunião ordinária das comissões do Conselho, em que essa matéria seja pauta. Artigo 3º, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020.

Antônio Hugo: É que eu estou só querendo entender ali, tem prazo até sexta-feira? Recurso que antecede. E eu também pediria só um minutinho, para poder eu reportar a uma fala que aconteceu na parte da manhã e que eu não tive tempo para poder estar falando. É uma coisa rapidinha. Eu só quero só colocar que aí fica até para o pessoal de Comissão de Normas, porque eles falam, todo dia bate na nossa mente que o Brasil é um país democrático e todos nós sabemos, pelo menos a grande maioria sabe que o Brasil nunca foi. Ele deu abertura política em 1988, mas está longe de ser uma democracia. Por que eu estou colocando isso? Porque em relação àquela votação que teve onde eu coloco, eu que já fui sindicalista, participei de movimento popular, aquela coisa toda, a gente sempre quando você tem abstenção, ela é maior, a gente chama as pessoas para poder a gente estar debatendo para poder dirimir as dúvidas e aí sim a gente vai para a votação. E eu gostaria até que fosse colocado isso no Regimento Interno por quê? Porque você tem lá, você vota favorável, você vota contra e você de abstém. Quando o maior número se for abstenção, se for contrário, se for coisa, aí sim a gente tem que chamar, porque todo está colocando para mim “Ah não, que a Constituição brasileira é uma Constituição aí, a democracia porque está falando e tem que ser assim.” Poxa, se existisse democracia, o próprio Fernando Henrique Cardoso para quem acompanha a política, ele não teria sido eleito Presidente no 2º turno, na 2ª eleição dele porque ele só teve 25% dos votos válidos no país. Isso já mostra o erro que está na Constituição e que, infelizmente, nossos legisladores estão lá, eles estão pensando é no umbigo deles, nunca de fato na sociedade, não é? Não se pensa, não se atém a isso aí. E eu, nós, enquanto movimento, eu acho que a gente tem que chamar sim e estar fazendo essas colocações e estar revendo nosso posicionamento, porque dentro de sindicato eu duvido, se tivesse sido, se a abstenção tivesse sido maior conforme foi aqui, que teria sido aprovado, não teria. A gente ia chamar as pessoas para discutir até dirimir para aí sim, a gente marca outra reunião, aquela coisa toda para você colocar em votação. Aprovou, pronto. Ela segue, aí ela foi aprovada porque fica uma frustração na gente de ver acontecer as coisas e, principalmente, pelas falas que foi feito aqui. Peço desculpas a vocês porque não estava nesse momento. Só que não deu tempo de falar de manhã, por isso que eu estou trazendo isso aqui agora está bom?

Janaina: Obrigada Conselheiro, está registrada a sua fala. Próxima inscrição, Lucas: Eu acredito que esse prazo da última sexta-feira que antecede a reunião das comissões do Conselho, eu acho que é um prazo muito curto não? Para que a gente faça uma análise e consiga se debruçar sobre essa apresentação desse plano de aplicação de recursos? Caso, a minha sugestão é que seja duas sextas-feiras antes pelo menos para que a gente tem duas semanas antes, pelo menos para que a gente tenha conhecimento e que a gente consiga analisar ou mesmo que seja, acho que para poder viabilizar prazo mesmo de análise. É um prazo muito curto, na sexta-feira para que depois em uma quarta e na quinta e na sexta a gente tenha a reunião, não é? Janaína: Obrigada Conselheiro. A gente fez uma análise junto a Cláudia a nossa Conselheira e também representante do FEAS na SEDESE, é possível sim tudo bem? Então a gente vai seguir com a sua sugestão. Daniel: Então, tem uma coisa aqui que está me preocupando e são essas, me perdoem que eu sou muito leigo, eu sou muito burro, eu sou muito ignorante. Não, assim, em nível de entendimento. Eu não entendo muito as palavras técnicas e isso foi um dos pontos que eu defendi na conferência estadual de que fosse extinguido de vez, porque a gente está em um Conselho estadual onde a gente precisa que o usuário entenda o que a gente está falando e eu não entendi nada do que foi falado ali. Então assim, eu fico preocupado com isso em nível de usuário do serviço de assistência. Enquanto SUAS. Até quando, eu sei que é necessário palavras técnicas, mas é possível você minimizar e colocar uma fala mais acessível para o entendimento de todos. É só essa observação que eu gostaria de deixar. Janaína: Obrigada Daniel pelas suas considerações. Próxima inscrição. Natália: Essa fala do Daniel eu acho que ela é bastante importante para a gente, enquanto também

sociedade civil, que participa do Conselho, para o entendimento mesmo dessas questões que não é simples. A gente que não está atuando diretamente com essas questões a gente vai ter um impacto inicial de conseguir entender e se apropriar e foi até por isso que a gente colocou tanto a questão da capacitação e da gente ter esses convidados que já foram até colocados aqui para que a gente consiga também atuar de uma forma mais eficiente, não é? Que a gente consiga atuar de uma forma mais eficiente. Então eu acho que é muito importante a gente ir se capacitando para conseguir contribuir melhor para o Conselho. Acho que é fundamental. Janaína: Obrigada pelas considerações Natália. A título de informação, esse é um dos pontos também que a gente... É um ponto de deliberação da conferência estadual, que a gente melhorar as nossas ferramentas de comunicação no geral. Aproveitar a tecnologia para isso, mas principalmente pensar uma comunicação em relação a assistência social e o Conselho estadual a partir da necessidade do cidadão e do usuário, tá? Então como que a gente simplifica e isso também foi inclusive uma fala minha na abertura da conferência. Como que a gente faz com que a gente por um lado tenha ferramentas e instrumentais fortalecidos em relação ao SUAS para que a gente tenha o SUAS fortalecido. Então a técnica do SUAS fortalecida, mas por um outro lado, a gente também consiga se comunicar de maneira simples e acessível. Isso passa por uma nova maneira de comunicar e pelo fortalecimento das capacitações. Então esse é um compromisso tanto da Subsecretaria de Assistência Social, da SEDESE quanto também do CEAS. Então só para a gente trazer isso também como ponto de encaminhamento e acolhimento em relação às falas dos Conselheiros, tá bom? Então muito obrigada pelas falas e contem com a gente para dar seguimento em relação a esses pontos. E até esse exercício mesmo de falar de maneira mais simplificada também entre nós. Eu acho isso um exercício bastante importante. Eu particularmente me polio bastante para que a minha fala seja uma fala acessível, tá? Então a gente também como Conselheiros fazer esse exercício, tá bom? Então vamos dar seguimento em relação a Resolução 690/2020 aberta para votação. Conselheiros a favor da aprovação da Resolução 690/2020. Votos a favor? Em relação ao texto, exato. Ao texto que está projetado aqui. Votos a favor? Ok, podem abaixar. Votos contrários? Abstenções? Isso é voto contrário? Abstenções. Então abstenções. Resolução 690/2020 aprovada. Próximo ponto de pauta então a Resolução 691. Natália, por favor. Natália: Dispõe sobre a aprovação da reprogramação de saldo do exercício de 2019 para execução financeira e orçamentária no ano de 2020 dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, consignados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS de Minas Gerais. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13º da Lei Estadual número 12.262 de 23 de Julho de 1996, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012 – NOB/SUAS/2012 e, considerando, que a reprogramação do saldo apurado após o encerramento do exercício correspondente, demonstra que a execução de recursos de cofinanciamento federal viabilizarão a continuidade das atividades de gestão e operacionalização dos serviços do SUAS no ano de 2020; que o CEAS acompanha a execução dos recursos do FEAS por meio do Relatório Trimestral de Prestação de Contas do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS; a deliberação da 251ª Plenária Ordinária, realizada no dia 21 de fevereiro de 2020; resolve: artigo 1º, fica aprovada a reprogramação de saldo apurado no exercício de 2019, de recursos de cofinanciamento federal consignados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS de Minas Gerais, cuja execução financeira e orçamentária se dará no ano de 2020, conforme detalhamento anexo. Artigo 2º Fica estabelecido como prazo para encaminhamento ao CEAS da reprogramação de saldo a última sexta-feira que antecede a reunião ordinária das comissões do Conselho em que essa matéria seja pautada. Artigo 2º, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020. Janaína: Lucas então. Aberto para discussão. Lucas: Na verdade, novamente a questão do prazo que eu acho que é um prazo muito curto, até mesmo para a gente poder analisar. Então a mesma situação da resolução anterior. Janaína: Obrigada Lucas. Já sugestão acatada e já

alterado. Inscrições? Podemos então abrir para votação? Aberto então para votação, Resolução 691/2020. Conselheiros a favor da aprovação da Resolução? Votos a favor? Votos a favor, votos a favor, mantenham em pé por favor. Podem abaixar, obrigada. Votos contrários? Abstenções? Uma abstenção, Ivone. Então aprovada a Resolução 691/2020. Próximo ponto de pauta. A Natália que vai ler, não é? Então ainda pela Comissão de Orçamento a Natália vai apresentar os pontos para nós. Natália: Agora vai ser apresentada pela Consolação informe referente ao piso mineiro. Consolação: O ano passado, o Conselho estadual até em um dos momentos até junto com o COGEMAS solicitou à secretaria a informação sobre o repasse do passivo sobre o passivo do piso mineiro. E aí nós temos como resposta então a esses encaminhamentos, foram juntados porque foram mais de um ofício, a apresentação da seguinte nota técnica que veio da secretaria. Com cordiais, foi o finalzinho do ano, então vocês vão ver que se referem um pouco do ano passado. Com cordiais cumprimentos e em resposta ao ofício CEAS/COGEMAS n. 1, informamos que o cenário de grave crise fiscal encontrado por este Governo em 1º de janeiro deste ano, com o passivo que hoje chega a 34 bilhões, sem qualquer dinheiro em caixa, colocou essa gestão em situação de extrema dificuldade. Desde o início deste ano o novo Governo tem envidados todos os esforços no sentido de recuperar a saúde financeira de Minas Gerais, o que ainda está longe de acontecer, apesar dos resultados positivos já alcançados. Face a esse cenário de profunda crise, conhecido pelos gestores municipais de Minas Gerais, desde o início e entendendo a necessidade de se retomar o repasse aos municípios, a SEDESE iniciou as negociações junto à Secretaria da Fazenda e viabilizou os pagamentos do exercício de 2019, o que foi em parte contemplada com a retomada do pagamento do piso mineiro fixo em atraso há 23 meses, conforme valores pactuados nas Resoluções 01/2019, 04 e 06 também de 2019, resoluções da CIB. As parcelas do piso mineiro variável, série histórica não estão sendo repassados desde 2015, sendo que no período de 2015-2018 somam 42 parcelas, totalizando R\$ 24.086.519,70 e 06 parcelas do exercício de 2019 somam o valor de R\$ 4.800.000,00. O Estado de Minas Gerais enfrenta um cenário grave de recessão financeira, conforme o Decreto 47101 de 05 de dezembro de 2016 que dispõe em seu artigo 1º, o seguinte: Fica decretada a situação de calamidade financeira no âmbito do Estado, em razão do crescente déficit financeiro decorrente do histórico crescimento de despesas para as quais as receitas originárias derivadas e transferidas tem sido insuficientes, dado o severo momento econômico mundial e nacional que compromete a capacidade de investimento e o custeio para a manutenção dos serviços públicos. É importante, todavia, observar que o pagamento do passivo do piso mineiro fixo e variável provem da manifestação da Fazenda Estadual de acordo com o fluxo de caixa, a viabilidade do acerto. Diante de todo o quadro apontado acima ressaltamos ainda que a SEDESE vem envidando esforços na busca dos recursos necessários para garantir a continuidade do pagamento, sendo uma prerrogativa essencial e de extrema importância para a garantia das seguranças sociais a serem afiançadas pela política estadual de assistência social, tendo como foco principal a manutenção da regularidade dos repasses do piso fixo. Na oportunidade, reiteramos os votos de consideração, assina o Carlos lá da SEDESE, a Claudinha e a Janaína. Janaína: Obrigada Consolação. Então encaminhamentos agora ainda da relatoria da comissão. Natália: Como encaminhamento então o CEAS buscar parceria com o COGEMAS e a AMM para negociar junto ao Governador o pagamento do passivo do piso mineiro. Janaína: Em discussão. Então inscrições, Daniel, Hugo Bento. Daniela: Então, eu fico um pouco assim pensativo por quê? Quando fala que existe na atual gestão do Governo um déficit que existe um valor muito pouco, que o atual Governo vem trabalhando para manter a casa em dia certo? Só que é um pouco incontroverso quando você pega e o mesmo Governador na gestão dele, faz um aumento de 43% para a segurança pública, de aumento de salário. Aí me faz pensar assim, poxa, mas para algumas coisas tipo do piso mineiro, está faltando dinheiro, para o piso estadual está faltando dinheiro. Tudo que envolve assistência social falta dinheiro. Mas para aumento de salário de servidor público da segurança pública aí não falta dinheiro. É um fato controverso. Não dá para eu vir simplesmente ignorar uma informação dessa e

passar, falar assim, não, é porque são políticas diferentes. Não, o Governador é um só. Se ele atribui a competência da segurança pública como um alto nível de aumento, então é porque ele dá mais importância para a segurança pública do que para nossas políticas públicas. E não é isso que resolve a situação do Estado. Deixa meu descontentamento, porque é impossível analisar, sabe? Eu entendo que a gestão vem tentando normalizar as dívidas atrasadas. Beleza, pagar os atrasados, concordo, tem o meu apoio. Agora dar um aumento de 43%, isso é sobre humano. Isso é fora de série, não dá para entender. Deixo aqui o meu comentário. Antônio Hugo: A minha linha que eu vou na mesma linha que o Daniel coloca, que a gente fica indignado com isso. Quando fala que é uma coisa que é para poder fazer a política propriamente dito, não é? Nunca tem dinheiro e me enoja todas às vezes, seja lá na gestão lá no município, seja aqui no Estado, seja lá na União, sempre fala que nunca tem dinheiro. Eu gostaria de saber a que ano que ele fez aquela previsão de arrecadação de impostos e que isso tenha decrescido, porque entra ano e sai ano, essa arrecadação está sempre aumentando e a gente não vê isso vir para a população em forma de políticas públicas. Vindo aqui então eu gostaria até que quando fosse colocar isso, que se falasse, não é? Eu gostaria muito de saber, quando, qual é, qual foi a arrecadação em 2018? Qual foi a arrecadação do Estado em 2019? Qual é a previsão para este ano de 2020. Aí sim a gente vai ter, porque a gente, aquilo que eu falo, nós não conhecemos nada de orçamento. A gente não tem, mas a gente também não é idiota a ponto de não vislumbrar alguma coisa, porque eu fui sindicalista quando lá eu era ferroviário, a gente colocava. Aquelas privatizações só vai ter serviço, a única que vai ter serviço vai ser a polícia, porque o poder está matando e está fazendo todas as atrocidades que só aumentou, que aí veio o desemprego, veio toda essas aberrações que a gente vê no estado brasileiro de a miséria das pessoas só aumentando e para a segurança, para a polícia tem aumento e olha que eles já ganham muito, não é? Porque um policial não ganha 1.000, a que foi o salário mínimo, mil e poucos reais, não é? O policial por mais baixo que seja ele não ganha isso não. E essas pessoas que tem que conviver com isso, nunca tem aumento para elas. Aí você vê aí, dá um aumento de 46% em um Estado que está colocando que está falido, não é? É uma coisa que a gente ouve até o próprio pessoal de Brasília colocando, como que o Estado está refinanciar, reprogramar sua dívida dando um aumento de 46%? Aí depois você vê o Governador ir para a televisão e falar que esse aumento que tem mais de quatro anos que a polícia não ganha aumento, só repondo aquilo que não foi dado a ele, quer dizer, não dá para entender, querer vir para um lugar desse e chamar todo mundo de idiotas, não é? Acreditar nisso que está vindo, coisa que a gente sabe que não é isso, você entendeu? Mas eu gostaria, gostaria que constasse em ata e que fosse apresentado para a gente a arrecadação do Estado em 2018. A arrecadação do Estado em 2019 e qual é a previsão dessa arrecadação para 2020. Janaína: Obrigada Hugo Bento. Próxima inscrição. Cristiano: Eu queria só contribuir com algumas, naquilo que eu penso a respeito disso tudo e isso tem alguns pontos. Primeiro ponto que é o seguinte, quando a gente faz esse tipo de discussão eu concordo demais, assim, entendo demais as falas de todo mundo. Mas é preciso a gente entender que o Estado e isso que a gente chama de Estado, ele não é formado apenas pelo executivo. A gente tem um Estado que é formado por três poderes, que é o executivo, o legislativo e o judiciário. Então é preciso entender isso até para a gente poder fazer as nossas reivindicações e entender todo o cenário. Então esse é o primeiro ponto que é importante, a gente está em um espaço aqui que é além de um espaço, uma instância de controle social, um espaço político também onde a gente tem representações variadas aqui da sociedade civil, de entidades, de governo, de governo municipal, governo estadual. Então é importante pensar nisso para a gente não direcionar também e achar que a fonte de todos os males que a gente tem, das políticas públicas no Estado elas são unicamente e, exclusivamente, responsabilidade do poder executivo. E aí a gente esquece que a gente vive em um Estado Democrático de Direito que é formado por três poderes em âmbito municipal, em âmbito estadual e em âmbito nacional. Então esse é um ponto muito importante. O outro ponto que eu queria destacar é que todas as reivindicações são muito importantes, fazem parte da luta polícia

que é travada em todas as instâncias, mas é importante também e isso eu queria destacar que a gente não pode perder de vista os avanços, porque senão a gente parte do zero. É como se a gente tivesse começando a política pública de assistência social agora no ano de 2020. A gente teve uma fala de manhã do José Cruz que trouxe aqui o cenário nacional e eu conversando com o Sávio ali depois, por causa da minha formação que é em história, eu acabo sempre fazendo essa lembrança de que nada se constrói a partir de agora, é tudo fruto de um processo. E a gente não pode perder de vista nas nossas reivindicações, seja para o executivo, para o legislativo, para o judiciário que é tudo construção histórica e que a gente tem nessa construção avanços e retrocessos. A história é feita disso. Então assim, no caso do governo do Estado e aí eu preciso destacar isso, que foi feito um esforço muito grande, nós estamos falando do piso mineiro. Foi feito um esforço muito grande a partir de 2019 para a retomada do pagamento. Isso tudo foi discutido na CIBE e aqui no CEAS. No ano passado a gente teve o pagamento não integral, mas regular e a gente tem um avanço agora em 2020 que é o pagamento integral. Então assim, eu, como cidadão e como servidor também eu preciso reconhecer. Esse é o meu ponto de vista e isso é importante. É lógico que muita coisa precisa melhorar e a gente está aqui nessa instância para isso também. Mas é só para a gente não perder de vista que essa luta que a gente está travando aqui nesse espaço ela não começou agora em 2020. Ela é uma luta que é contínua e não vai acabar agora em 2020 também. Que essa participação de todos nós aqui é muito importante, mas a gente não pode perder de vista os avanços, porque senão a gente parte do pressuposto que a gente está começando do zero e isso não é verdade. Quer dizer, todas essas conquistas por exemplo, essa conquista do pagamento integral do piso mineiro, agora em 2020, é resultado do trabalho de todo mundo. É um trabalho conjunto, inclusive, dessa ilegalidade aqui. Então acho que isso é importante também. Era isso assim, obrigado. Janaína: Obrigada Cristiano. Então Hugo e aí a última inscrição para a gente dar seguimento, tudo bem? Daniel: Então, eu acho interessante a gente destacar algumas informações, até mesmo para deixar gravado em ata, desculpa, eu estou aprendendo ainda. Então, quando a gente fala três esferas que o Governo tem, que é o executivo, o legislativo e o judiciário, certo? O judiciário se não me engano, ele que manda, o legislativo cria essas possibilidades de lei e o executivo, executa. Só para eu entender, o Governo do Estado de Minas Gerais, quando a gente fala piso mineiro não tem nada a ver com Brasília. Por mais que a análise que o referenciado, o Secretário José Cruz tenha dito com tanta propriedade a respeito do que está acontecendo a nível nacional, a gente está discutindo aqui o piso mineiro, é o Estado. Eu não respondo pelo Brasil, eu respondo pelo Estado de Minas Gerais. Entendeu? Então eu acho que é bom a gente dar, saber dividir um pouco essas informações e responsabilidades, porque senão a gente dispersa. Porque quem está ouvindo a gente, às vezes, quem está... a gente está representando, (trecho incompreensível) [00:37:43] muita gente pensar, o CEAS é estadual ou é nacional? Sabe? Então assim, só para a gente manter esse norte. Então assim quando a gente fala, o Cristiano da SEDESE, ele fala que para a gente ficar atento para que a gente não retroceda aos nossos avanços, se a gente não manter um pouco essa linha cética também de que não é, não dá para entender, porque a atitude de referenciar o pagamento de quatro anos que não houve de aumento, tá. Mas um servidor público professor que está na rede municipal de ensino e que não tem o piso de salário. Isso, para isso é importante. A educação das nossas crianças não é importante para o Estado, mas uma polícia que oprime, que mata, e que quando você denuncia a pessoa desaparece, é incrível, parece que é mágica. É Harry Potter com a varinha mágica. Dá um tum, a pessoa desaparece. É assim que acontece quando a pessoa denuncia a polícia. A própria Corregedoria que em vez de estar, ser uma entidade neutra que apura as denúncias contra a segurança pública é a primeira que vai lá e fala, tal pessoa está te denunciando, vai lá e resolve. Então assim e tem um Governador que prefere pagar quatro anos de salário atrasado, de aumento atrasado a segurança pública, é a mesma coisa que entra em uma situação que aconteceu, eu gostaria de deixar *in loco* essa minha indignação. Um Governador usar para fins próprios, fechar uma rua, ali na rua São Paulo para fazer um exame de sangue com a

Polícia Federal. Cara, isso para mim foi a gota d'água. Ou esse Governador não sabe o que é ser Governador ou ele não tem responsabilidade fiscal ou ele não tem consciência da atitude dele, de estar utilizando a guarda, a segurança pública para benefício próprio. Isso é um outro ponto de indignação meu, enquanto usuário do SUAS. Ter um Governador que prefere pagar 46% de aumento, sendo que a política de assistência social está fragilizada, não existe recurso, está tendo só corte, corte, corte, corte e a gente está correndo risco de perder o fundo nacional, ou seja, extinguir, aí só quem fica é quem for guerreiro mesmo e está certo que para, às vezes o que é importante para mim, não é importante para o outro. Mas e por um coletivo? Porque quando eu estou aqui representando alguém não respondo pelo Daniel, respondo por 21 milhões de mineiros. E se o Governador não responde por 21 milhões, responde só por ele? É isso que eu gostaria, que eu estou pensando. Janaína: Obrigada pelas considerações Daniel. Próxima inscrição, Sandra. Não, está aqui, Hugo, Daniel. Então Hugo. Antônio Hugo: Olha só, eu tinha, eu iria até fazer a colocação na hora da minha fala em relação ao que o Governador falou na televisão, que ele ia estar mandando dinheiro do piso mineiro, que os municípios iam estar recebendo, aquela coisa toda. Como eu sou Presidente do Conselho Municipal lá de Juiz de Fora de Assistência Social e toda segunda-feira a gente tem uma reunião da presidência ampliada. Aí vai o pessoal da finança lá do governo falando, eu até questionei eles, falei poxa, que tudo lá, a gente fica até enojado com isso, aqui não tem dinheiro para nada, nunca tem dinheiro para nada. Aí poxa, mas o Governador falou que está mandando dinheiro, que já mandou dinheiro, aquela coisa toda. Mas colocaram, não, só veio 70 mil reais só que foi depositado aqui para a gente e até mesmo, porque a gente estava questionando por causa da capacitação de Conselheiros e eles estão colocando que não tinha dinheiro, aquela coisa toda. Eu gostaria até que vocês informasses, quando que repasse, se tem essa informação, quando é que vai esse dinheiro para os municípios, porque se não chegou em Juiz de Fora que eu digo que não tenha chegada e nem que só chegou no 190, 196 que teve a calamidade, essa coisa toda. E para poder só responder o colega que falou aqui, a gente entende, a gente sabe que o Estado, que Platão já falava quando fez a definição da divisão do Estado que ela é o judiciário, é o legislativo e o executivo. Só que quem arrecada para poder estar fazendo toda a manutenção é o executivo. Se as mazelas estão acontecendo, a culpa sim é do executivo, porque ele é que tem que estar conversando e estar falando: "Olha aqui, eu tenho um tanto para arrecadação.", tanto é que nenhum deputado, nenhum vereador, ele pode estar elaborando, nenhuma proposta de lei e aprovando lei falando de orçamento se ele não tem a fonte de onde que vai ser tirado para o poder executivo estar gastando esse dinheiro. A gente entende que infelizmente as mazelas do Estado elas sempre caminham em progressões geométricas e a resolução do mesmo que sempre caminham em progressões aritméticas, aqui é o palco para a gente poder estar colocando, porque entra Governo e sai Governo, a gente nunca consegue ver essa coisa avançar. Claro que encaminhou. Mas a gente não pode também ficar calado diante do retrocesso que está vindo aí, que está aí. O desemprego aí em 12 milhões, eu não sei quanto que está o desemprego em Minas Gerais. a vulnerabilidade das pessoas ao aumentando. Você vê que está uma fila grande para poder estar entrando em um Bolsa Família e o Estado ele é feito por partido político. Aí depois você vê aqueles conchavos com todos esses partidos que estão aí, que amanhã vai estar todo mundo batendo na nossa porta pedindo voto. Aí chega lá, eu falo mal da Ariadna que ela é de um partido diferente do meu, e ela não está coligada comigo. Aí eu falo mal do Daniel, mas depois a gente se junta tudo. Aí faz aquela pá de coisas, aí fica nesse culê, culê, tudo é pouco. Isso que nós falamos na periferia. Por quê? Eu falo mal dela hoje, mas depois estou lá e essa mesma arrecadação do Estado e que nunca chega para essa população continua a mesma e fica todo mundo só fazendo discurso. Eu acho que aqui que é o palco da gente estar colocando. Peço desculpa a vocês do Governo pela maneira que a gente coloca, mas esse é o sentimento que a gente sente lá fora. Nós estamos em contato com a população, porque nós estamos lá na periferia, nós participamos dos movimentos nos nossos bairros e a gente todo dia está ouvindo isso.

Peço desculpa a vocês. Sandra: Então. Eu penso o seguinte, que em relação a essa questão e aqui o que está em pauta aqui foi a resposta que a SEDESE encaminhou para o CEAS em relação à questão do passivo do piso mineiro. E aí então assim, eu penso, o que eu penso e vou muito um pouco na linha da reflexão do que o Cristiano fez. Nós temos que pontuar e estar lembrando sempre que em Minas, nós estamos tendo algumas conquistas extremamente significativas para o SUAS. Eu estou aqui no Conselho desde 2017. Isso, 2017. Nós temos de 2016 para cá nós temos aí em torno de 23 parcelas. Ontem eu fiz uma confusão com as parcelas, falei que era 32, mas é 23 parcelas não pagas do piso mineiro. Que são de gestões anteriores e a gente não pode deixar de passar e reconhecer o papel da SEDESE hoje e não só somente a SEDESE, mas o CEAS. Nós fizemos no ano passado duras críticas por causa do repasse do piso mineiro com as parcelas naquele formato de 2000, depois 10 mil, 38 mil, aquilo ali assim não repassar e repassar do formato que foi feito o ano passado, na verdade, mexeu muito com as finanças dos municípios. Principalmente quem utiliza para poder pagar pessoal. Porque aí o município teve que arcar com a responsabilidade e aí a gente entende que pacto federativo se visto está cofinanciado, cada ente tem a sua responsabilidade. Mas nós tivemos um avanço extremamente significativo. Quando a gente, juntos, SEDESE, CEAS, Assembleia Legislativa, procuramos uma saída de passar o piso mineiro, as parcelas cheias através do FEM. Isso é extremamente significativo. Tem passivo? Tem. Nós não podemos esquecer que eles existem e que eles têm que ser repassados para os municípios. E eu tenho certeza que o CEAS não vai esquecer, quem está aqui e hoje se não conseguir pagar nessa gestão, tiver que pagar na próxima nós não vamos esquecer porque isso está registrado em ata. Tem documentos com isso daí. Os municípios também não vão esquecer, porque eles lidam diretamente com esses recursos na ponta. A SEDESE ela como gestora da assistência ela também não vai esquecer desse passivo. Nós ontem na Comissão de Orçamento, falávamos de uma emenda que foi a Assembleia que colocou essa emenda de 20 milhões e a Ivone ela, inclusive, disse: “Olha, o que vamos fazer com esse recurso se ele sair?” Ela sugeriu que ele fosse aplicado no passivo, que a gente pudesse então, caso a emenda seja liberada, eu acho que a gente tem que fazer gestão para que ela seja liberada de fato. Que esse recurso ele seja então para pagar esse passivo. Então é um olhar muito a partir da assistência. Não vou entrar aqui em discussão de aumento de servidor, de não aumento de servidor. Eu acho que toda luta ela é justa, de qualquer categoria que reivindicar é justo que reivindique. Não vou entrar nessa discussão. Mas eu quero olhar é para a assistência que para mim, o que eu sinto quando eu olho a conta do município e outros municípios, que estava, que recebia 2 mil, começaram a receber 800 reais, é como que esse dinheiro ele vai crescer na política de assistência social do município. Então assim, a gente, eu acho que a gente tem que olhar para a frente também. E aqui nós temos sinais de que a gente está fazendo a caminhada para a frente que a gente não está voltando. Eu acho que é nesse sentido que eu queria pontuar, porque senão a gente fica muito no negativismo e a gente não consegue sentir os avanços e a gente sai, a gente não avança, não consegue sentir o avanço, não leva esse avanço para os municípios, e a gente sai muito angustiada das reuniões e a gente tem avanços significativo. Muito obrigada. Janaína: Obrigada pelas considerações Sandra. A Conselheira Ivone pediu inscrição e na fala dela encerramos para que a gente consiga manter a pauta, tudo bem? Ivone: Foi isso mesmo. Só que também eu tive a conversa com o José Cruz a respeito dessa emenda para clarear mais porque isso aí, essa emenda ela foi de autoria mesmo lá da Assembleia e ela veio especificamente para a ampliação dos CREAS regionais. Então ela não veio assim, à toa. Então na verdade discutir o passivo com ela é ir contra a finalidade da emenda. Porque a emenda ela está para a ampliação dos CREAS regionais. Essas. Não. Falou que é essa dos 20 milhões mesmo. Acho que vai ter que clarear depois mais. Janaína: Então a fala final da Conselheira Sandra, só muito para esclarecimento. Sandra: Na verdade, é isso, isso, obrigada Consolação. É porque assim, esses 20 milhões eles estão aqui no piso, está lá, 4.1.3.2, plano de aplicação, vocês podem acompanhar aí. 4.1.3.2, piso mineiro de assistência social. Ela está lá e existe uma de 499

mil que é para... Desculpa, não. Implantação de CREAS, é implantação de CREAS, ela é a 4.1.29 que. Não, isso aqui é outra Consolidação. Ah tá, desculpa. Verdade, lá atrás, é só abertura da janela. Só abertura da janela que tem mil reais aí. Que é para, e aí eu lembro que a Comissão de Orçamento fez uma discussão aqui. Nós vamos implantar CREAS com emenda parlamentar e depois? Como é que esse serviço vai se garantir posteriormente? Que a gente tem que pensar na implantação e na manutenção, não é? Então e aí lembro que nós fizemos essa discussão aqui na Comissão de Orçamento. Mil reais aí é só para abrir a janela, viu gente? É só para estar guardadinho lá isso aí é reservado no orçamento, obrigada. Janaína: Obrigada Conselheira. Então abertura da votação em relação aos informes do piso mineiro que estão projetados na tela. Então Conselheiros a favor dos encaminhamentos em tela, por favor, votação a favor? Pedir para vocês manterem em pé. Obrigada, podem abaixar. Abstenções? Votos contrários? Aprovação por unanimidade. Podemos seguir então, ponto de pauta. Pode ser? Então seguindo os pontos previstos em pauta. Dando início às comissões então, as demais comissões temáticas, tá? Então a gente abrir agora para a Comissão de Política. Coordenador da Comissão de Política por favor. Cristiano: Oi, cheguei. Boa tarde a todas e todos de novo. Deixa eu só, espera aí rapidinho. Primeiro é agradecer principalmente os Conselheiros que estiveram ontem na Comissão de Política e a Adelmira que é da comissão da Secretaria Executiva de apoio lá, obrigado a todo mundo. E aí reforçar uma coisa que a gente já, a gente conversou isso ontem. Estávamos lá eu, representante do Governo, SEDESE, a Luanda, o Hugo e a Ariadna que é a Vice-Coordenadora ou Coordenadora-Adjunta, Coordenadora também. E aí a gente discutiu uma coisa que já no ano passado a gente tinha falado a respeito disso que a gente repensar também a composição das comissões. A nossa comissão ontem só estávamos nós três além da Adelmira. Então assim, é uma comissão muito importante e aí é importante que os Conselheiros também não sei se já definiram a sua participação nas comissões, mas é importante isso. A gente estava com uma comissão bem esvaziada. E aí tem alguns pontos aqui de pauta. O segundo ponto aqui é um ponto que diz respeito à Comissão de Monitoramento das liberações da conferência. Então ontem a gente discutindo, foi indicada a Conselheira Luanda para participar dessa Comissão de Monitoramento e aí o ponto três que era sobre o planejamento do CEAS, a gente fez uma leitura do planejamento que tinha sido proposto e aí uma das sugestões que a gente levantou lá, muito também fazendo essa discussão junto com o Conselheiro Hugo e tal, que propôs a necessidade de ao longo do ano o CEAS possa oferecer algum tipo de capacitação, ou de oficinas ou de diálogos em relação a determinados assuntos, temas envolvendo a assistência. E aí a gente fez algumas propostas. Uma delas já estava prevista que foi uma discussão desde o ano passado que é a criação de uma mesa de diálogo permanente sobre a relação entre o sistema de justiça e o Sistema Único de Assistência Social. Era uma deliberação... Oi? É, está vendo? É porque eu estou lendo aqui e a gente fez essa discussão ontem de que é necessário ampliar essa discussão e não só em relação ao sistema de justiça, mas em relação ao sistema de garantia de direitos, do qual o sistema de justiça é parte, mas como um todo porque a gente tem outros atores do sistema de garantia de direitos onde a gente tem uma tensão em relação ao Sistema Único de Assistência Social, lá na ponta, nos municípios, principalmente. Então a gente combinou algumas coisas. Uma delas é a SEDESE possui muito material a respeito dessa discussão. A gente já tem feito uma discussão com as diretorias regionais da SEDESE, a respeito disso e a gente combinou também de compilar todo o material que a gente tem produzido ou de biblioteca a respeito desse tema para disponibilizar para todos os Conselheiros também, seja no site do CEAS ou de outra forma, por meio de compartilhamento de arquivos sobre esse tema, que é a relação do SUAS com o sistema de garantia de direitos. Então ficou definido que a gente na próxima reunião do mês que vem, a gente se dedicaria a estruturar essa mesa de diálogo contando com a contribuição dos Conselheiros e lá nós lá na SEDESE também a gente se comprometeu também a fazer juntos essa construção para a gente consiga criar essa mesa permanente de diálogo e aí pensando já quais atores que iam participar dessa mesa e quais seriam os objetivos dessa

mesa de diálogo com o cronograma e alguns encaminhamentos a partir do mês que vem. A outra coisa que a gente discutiu. Claro. Luanda: Eu só queria fazer um complemento e talvez uma atualização para os Conselheiros que não estavam aqui no ano passado. Essa demanda de diálogo com o sistema de garantia de direitos, ela vem da conferência, ela é uma deliberação de conferência. É algo que é realidade no cotidiano do trabalho do SUAS. Nós somos demandados, equipamentos pelos vários órgãos do sistema de garantia de direito e a coisa precisa ter uma conversa, a gente precisa direcionar melhor fluxos, protocolos para que esse diálogo seja sempre saudável, não é? E aí esse movimento começou a nível nacional, então nacionalmente a gente já tem movimentos do CNAS, na secretaria de nível nacional e a gente está fazendo a mesma coisa aqui no Estado. Então no ano passado, a Comissão de Política recebeu essa demanda e a primeira ação que a gente fez foi uma roda de conversa aqui. Chamamos vários atores, estava presentes pessoas do judiciário, foram convidados, do judiciário, do Ministério Público para a gente poder iniciar isso e saiu como uma deliberação desse Conselho. Foi até o que eu pontuei na hora do planejamento financeiro para o ano, saiu como uma deliberação deste Conselho, que a gestão puxasse essa mesa de diálogo permanente com o sistema de garantia de direitos. Nós ficamos até em dúvida como que nós deliberamos, se foi sistema de garantia de direitos, se foi sistema de justiça, a gente precisa olhar, mas a sugestão da comissão é a gente ampliar para sistema de garantia de direito já que a gente não tem só a justiça envolvida e aí a gente conversou muito na comissão nessa coisa do CEAS propor a estrutura dessa mesa juntamente com a SEDESE, tá? Cristiano: Então é isso. E esse é um tema que é recorrente. A gente sabe das tensões. A gente tem também muito material produzido. Nesse caso também a gente tem alguns avanços que a gente precisa reconhecer porque a gente também não está partindo do nada e contar com a contabilidade e todo mundo. A outra coisa que a gente discutiu e aí sim, a partir das sugestões do Conselheiro Hugo lá na comissão, já estava previsto no planejamento do CEAS que a gente teve acesso, uma oficina em setembro sobre o serviço de acolhimento em família acolhedora. A ideia é fazer uma oficina para todos os Conselheiros, pegando um pouco dessa experiência do ano passado em relação ao sistema de justiça, propondo em setembro uma oficina sobre família acolhedora, sobre o serviço de acolhimento familiar. E aí a partir disso também a gente acabou sugerindo também a necessidade de a gente tentar propor outras oficinas ao longo do ano, sempre observando também aqueles meses em que a pauta da comissão não está tão pesada, não tem tantas discussões, tão pesadas para acontecer. Então a gente fez uma proposta aqui de fazer e aí para discussão também, mas a nossa proposta como encaminhamento que a gente trouxe era de fazer em junho uma oficina sobre a MIROSC, sobre o MIROSC, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, porque tem muita dúvida em relação a isso e em dezembro, uma oficina sobre violência contra a mulher. Então essa é a proposta que a gente fez de pensar ao longo do ano, nos meses em que a pauta está mais tranquila, algumas oficinas para a gente poder fazer essas discussões também e ao mesmo tempo capacitar e fazer esse debate junto com os Conselheiros a respeito desses temas. A gente discutiu alguns temas e esses dois temas, além da família acolhedora foram temas que foram sugeridos lá e a gente achou que seria interessante propor. Claro. Antônio Hugo: Então, aqui o correto seria a gente estar fazendo a programação anual junto com o CEAS, porque aí você pega toda a programação de todas as comissões e pode estar fazendo e nós, enquanto política, aqui, eu gostaria muito de ver aqui ser debatido, estar trazendo aqui entre nós, para a gente poder estar fazendo essas oficinas, é estar falando também sobre o racismo institucional. Sobre a questão da violência policial. São vários temas só que como a gente está chegando aqui agora, a gente para esta ano a gente está propondo isso, mas que para o ano que vem, que se já tem uma programação que aí fica definido, de dois em dois meses, a gente está discutindo, trazendo mais pessoas para poder estar trabalhando. Eu até coloquei entendeu, eu tenho certeza que dentro da SEDESE, dentro da administração do Estado tem pessoas capacitadas para poder estar falando, que é o mesmo que a gente discute até lá na nossa cidade que a gente, eu, enquanto presidente de um conselho, eu

chamo e tem pessoas para poder estar falando dentro do, que sem ter que gastar dinheiro para poder estar chamando alguém lá de fora. Era isso que a gente estava querendo fazer aqui, mesmo entre nós Conselheiros, pode ser até da sociedade civil, tem pessoas capacitadas que podem estar fazendo e estar trazendo essas temáticas, falando sobre LGBT, falando sobre tudo que é uma forma de estar capacitando a gente e até vai fazendo com que a gente repense que todos somos nós somos preconceituosos, não é? Porque eu falo sobre negro, eu não vou falar que não tenho. Todos nós temos os nossos preconceitos e todo dia a gente tem que estar levantando e estar pensando qual a forma de a gente estar combatendo esse preconceito que tem dentro de cada um de nós, entendeu? Cristiano: Bom, é isso. O ponto quatro da nossa comissão foi a discussão sobre um Projeto de Lei lá no Município de Pouso Alegre que fala sobre a extinção de cargos públicos no âmbito da administração pública municipal. E autoriza a execução indireta de serviços por meio da contratação. A Luanda vai poder falar melhor sobre isso porque esse ponto chegou nessa semana parece, não é? Foi uma coisa assim bem, não chegou com muita antecedência como outras denúncias ou outros pontos que a gente analisa na comissão. Esse ponto foi um ponto que chegou essa semana e aí a Luanda acho que pode falar melhor a respeito do desenvolvimento, do quê que é e qual que foi a proposta da comissão. Luanda: Então, a gente se surpreendeu aí no finalzinho do mês de janeiro, Conselheiros. A gente se surpreendeu no finalzinho do mês de janeiro com essa lei que foi aprovada e sancionada no Município de Pouso Alegre que extinguiu várias profissões, dentre elas a de Psicólogo e Assistente Social dos cargos públicos da Prefeitura Municipal. É um Projeto de Lei de autoria do poder executivo e a gente entende que as políticas públicas ofertadas por essas profissões ficam extremamente prejudicadas. A justificativa pela extinção do cargo é de que facilitaria a contratação via terceirização e aí tem toda uma discussão da terceirização. É uma atividade fim que não pode ser contratada via terceirização de serviços, dentre outras discussões. Diante disso, como a votação foi feita a toque de caixa, não deu tempo de nenhum conselho profissional, de nenhum conselho de direito se manifestar a tempo. A única coisa que nós demos tempo de fazer foi uma nota de repúdio e um envio de e-mail para todos os vereadores da câmara lá para eles tomarem consciência do quão horrível era essa lei. Mas ela foi aprovada e aí depois disso, no dia 07 de fevereiro, se reuniram CREAS, CRP, sindicato de várias profissões, Conselho Regional de Nutrição, Conselho dos Farmacêuticos que são outras profissões afetadas também. E aí a gente tirou esses coletivos dos conselhos e entidades profissionais. Tirou estratégias para poder tentar revogar essa lei e inclusive para a gente fazer um movimento para que isso não se alastre nos demais municípios do nosso Estado, porque a gente sabe o quão isso vai ser avassalador para as políticas públicas. Tiramos uma nota de repúdio, uma nota elucidando toda a situação e repudiando ela. Tiramos uma plenária que vai acontecer lá no dia 02 de março e aí esse convite a essa assinatura dessa nota e essa plenária, se estendeu aos conselhos de direito envolvidos. Então tanto ao Conselho Estadual de Assistência, quanto ao Conselho Estadual de Saúde, para que estejam presentes nessa plenária no dia 02. Importante que essa plenária vai ser junto com uma audiência pública dentro da Câmara de Vereadores e aí a proposta da comissão é assinar conjuntamente esta nota de repúdio. A Consolação, a Secretaria Executiva preparou uma nota de repúdio própria do CEAS que também ficou muito interessante e que a gente indica, o indicativo é de aprovar essa nota, que o CEAS também tem uma nota de repúdio própria e que a gente tenha uma representação do CEAS lá nesse dia 02 de março e aí a gente escolher aqui e eleger aqui um representante do CEAS para estar lá nesse momento, nessa plenária que vai ser muito importante. E aí só lembrando que a questão já foi para o Ministério Público local. O Ministério Público local acatou e, inclusive, já oficiou a Procuradoria aqui do Estado sinalizando que a lei é inclusive institucional. Então a gente já tem o apoio também do Ministério Público. Lá nesse dia dessa plenária vai estar presente uma Desembargadora que vai também tratar desse tema de inconstitucionalidade dessa lei, mas eu acho importante a gente estar todos juntos, os dois conselhos envolvidos, SES e CEAS e os conselhos profissionais. É isso. Cristiano: Tá. A gente está, então os encaminhamentos da

comissão são esses que a Luanda falou, são três, só repetindo, então é a assinatura de uma nota conjunta, assinar a nota conjunta que já foi produzida pelos vários conselhos. A gente tem ela aqui para poder passar para o pessoal. O outro encaminhamento é aprovar uma nota de repúdio do CEAS que também a Consolação elaborou um esboço também para a gente apresentar aqui e a terceira coisa é o CEAS participar no dia 02, enviar um representante para participar no dia 02 lá em Pouso Alegre nesse evento que vai acontecer lá junto com os conselhos e outros atores e acho que, acredito que o Ministério Público deve participar também lá em Pouso Alegre onde vai ser feita essa discussão. Então esses são os encaminhamentos da comissão. Primeiro a nota conjunta, porque é o primeiro encaminhamento. Aí a gente faz a leitura da nota para poder? Só rapidinho. Tá. Deixa eu ver se eu vou conseguir ler, não é? Só o cabo aqui. Então vamos. Nota conjunta a respeito da Lei Ordinária número 6205/2020 de Pouso Alegre. Com terceirizações na prefeitura, toda a população perde. A Constituição Federal prevê que os direitos sociais sejam garantidos a toda a população por meio do poder público. Entretanto, nos últimos anos, as políticas sociais vêm sofrendo ataques em diferentes âmbitos, que afetam diretamente a qualidade de vida das brasileiras e brasileiros. A terceirização dos serviços, até então públicos é uma das formas de desmonte que dificultam ou mesmo inviabiliza o acesso do povo aos seus direitos fundamentais. Em Pouso Alegre, Minas Gerais, no dia 31 de janeiro de 2020, entrou em vigor a Lei Ordinária Municipal número 6.205/2020, que dispõe sobre a extinção de cargos públicos no âmbito da Administração Pública Municipal, autoriza a execução indireta de serviços por meio de contratação e dá outras providências. Com a normativa, serão extintos cargos relacionados às profissões de Assistente Social, farmacêutico, farmacêutica, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, fonoaudióloga, nutricionista, Psicólogo, psicóloga e terapeuta ocupacional. Com a justificativa de baixo orçamento para a contratação de profissionais que atendam a demanda do município, a lei de autoria do próprio prefeito repassa ao setor privado o dever do Estado em garantir os serviços prestados por estes cargos relacionados a saúde e assistência psicossocial e, portanto, essenciais para o bem-estar do povo pousoalegrense. Sabe-se que a terceirização resulta em condições precárias de trabalho, uma vez que trabalhadores e trabalhadoras perdem o amparo garantido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como FGTS, 13º, férias remuneradas e licença maternidade. Ou seja, a precarização reflete na qualidade dos serviços prestados e novamente a população é a mais afetada. Diante deste cenário, sindicatos e conselhos de categorias profissionais, assim como demais entidades apoiadoras, se reuniram no dia 07 de janeiro em Belo Horizonte, a fim de pensar conjuntamente estratégias para dar viabilizar ao tema, dar visibilidade ao tema e contribuir para a revogação da lei em questão. Certos de que a extinção desses cargos da estrutura organizacional do município afronta o conceito de Estado Social. Ainda com o intuito de defender a população pousoalegrense e debater a possível inconstitucionalidade da normativa, o presente coletivo publiciza a realização de uma plenária a ser realizada na quarta-feira, 04 de março de 2020, em Pouso Alegre, com local e horário a serem definidos e convida a todas e todos a participarem deste importante e esclarecedor momento. Com a terceirização e conseqüente precarização desses cargos, a população é análise que mais perde. Informe-se. Assinam este documento, Conselho Regional de Nutrição de Minas Gerais, Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, Sindicato dos Psicólogos e Psicólogas de Minas Gerais. Luanda: A data aí está dia 04 porque inicialmente a plenária seria no dia 04. Então como o CEAS recebeu esse documento há mais tempo, e aí mudou a data justamente para garantir a presença da Desembargadora lá que era a agenda que ela tinha e aí fazer a coisa em consonância com a audiência pública que já tinha sido marcada lá na Câmara dos Vereadores. Então a data passou do dia 04 para o dia 02 para casar todas as agendas e não desmobilizar. 02 de março, é uma segunda-feira. Cristiano: Só lembrando isso que a Luanda já falou, todo esse processo está sendo acompanhado também pelo Ministério Público de Pouso Alegre, da Comarca de Pouso Alegre e também já judicializou a situação. Algum comentário sobre essa nota? Essa é a nota conjunta. Então. Márcio Caldeira: Eu

não posso deixar de comentar aqui que eu estava comentando com a Conselheira do lado sobre a palavra, a questão de terceirização que retira ali direitos, fundo de garantia, etc. Eu acho que é importante isso ficar bem claro. O processo de terceirização você tem responsabilidades para com garantia de direitos trabalhistas e etc. A terceirização do jeito que ela está sendo colocada ali ela não reduz diretamente a questão dos direitos trabalhistas ali. Então já é importante a gente ficar bem atento a isso para a gente não assinar uma nota que tenha uma situação que está meio equivocada, entendeu? Cristiano: Sim. A Luanda está lembrando aqui que o pessoal que elaborou a nota conjunta pediu sugestão de alteração que a gente pode fazer aqui e aí Márcio essa discussão ontem a gente fez. A Luanda fez a leitura da nota lá ontem durante a comissão e aí um dos pontos que eu coloquei que a gente precisa ter muito clara essa diferença, porque não necessariamente a terceirização envolve a perda de direitos como está descrito aqui, porque se foram trabalhadores por exemplo, no caso do Estado a gente tem trabalhadores da MGS. É um serviço terceirizado e são trabalhadores que são contratados de acordo com a CLT. Então eles têm todos os direitos deles previstos de acordo com a CLT, FGTS, 13º. Então é só para fazer essa distinção para a gente não correr o risco de também não levar isso em consideração. Janaína: Obrigada pelas considerações Cristiano, só então coordenador a gente está abrindo já para inscrições, só para a gente também organizar aqui o debate. Então a gente tem a primeira inscrição do Hugo e a segunda da Gabriele seguido de Márcio. Antônio Hugo: Eu não vejo nada benéfico com a terceirização não Conselheiro Márcio, você vai me desculpar. Até mesmo porque e foi isso que eu entendi, você me desculpe se eu entendi errado. Até mesmo porque o ano de 2017 que lá, aquele, o cara lá que tirou a Dilma, que entrou no lugar dela, que eu não gosto de falar nem o nome dele. Quando eles criaram a lei da precarização do trabalho, onde você coloca um trabalhador e isso eu estou falando dentro da assistência social porque eu trabalhava na ADRA lá dentro de Juiz de Fora e tem funcionários da ADRA lá que entra, que trabalha para poder estar recebendo R\$ 590,00 e chefe de família e isso não é precarização do trabalho? Você entendeu? Então eu fico muito, eu tenho muito medo quando fala. Eu sou radicalmente contra qualquer tipo de terceirização. Até mesmo porque isso nunca foi nem é benéfico para nós trabalhadores porque se você, a gente acompanha a SECOEM, eu que fui ferroviário, a gente vê a ferrovia acabar e terceirizou, enquanto o maquinista ganhava 4 mil reais dentro da Rede Ferroviária, na terceirização ele passou a ganhar 1500 reais e para pegar um trem aqui em cima em Saudade para poder levar lá no Rio de Janeiro sem família, longe da família e pior ainda, porque na época da ferrovia, ele poderia vir em casa para poder ficar com a família, e na terceirização ele é obrigado a ficar lá para poder ter hora para poder estar subindo. Essa que é a terceirização que a gente conhece, estou falando da ferrovia, porque é ali que eu convivi e que eu tenho conhecimento e que eu já estou cansado de ouvir, de várias pessoas que tem sido isso. Porque terceirizar é reduzir salário. Terceirizar é precarizar o trabalho. É colocar o trabalhador, um trabalhador trabalhar para três, quatro pessoas. É isso que a gente vê. Fica, eu acho que assim, entendi, quando o entendimento que eu tive, foi quando você fala desse terceirização foi nesse sentido, se for o contrário, eu te peço até desculpas de antemão, mas eu acho que está aqui a nota, está excelente. Eu acho que a gente tem que combater toda e qualquer tipo de terceirização sim, principalmente aqui dentro, na área da assistência social. Janaína: Obrigada pelos pontos Hugo. Gabriele: Só porque na hora que eu não tive acesso ao documento antes, aí vindo aqui agora e aí me chamou a atenção a gente falar só de CLT, mas depois eu vi que é uma nota conjunta. Mas aí se o CEAS for assinar enfim, talvez vale a pena destacar a questão do SUAS, dos trabalhadores do SUAS, a NOB-RH, porque a gente é estatutário e não celetista. Então falar do regime estatutário também, PAEF, por exemplo, é concurso público entendeu? Então não é só o regime de CLT. Então só abranger mais esses pontos focando no SUAS, eu acho importante. Janaína: Obrigada Gabriele, próxima inscrição Márcio. Márcio Caldeira: Eu acho que é importante a gente, que é uma coisa que eu tenho aprendido muito aqui no Conselho é a gente falar e a gente clarear mesmo para não deixar arestas a situação. Quando eu coloco a situação da

terceirização, eu estou falando da relação que obrigação de quem contrata tem de defesa de direito, ok? Eu não estou colocando aqui que a terceirização em relação a precarização, porque eu também sou contra terceirizar para precarizar a oferta de serviço. A questão que quando se coloca terceirização como uma ausência ou perda de direitos, isso não é uma verdade. Nesse sentido, a terceirização em si, a que eu conheço, que eu trabalho também com ela, ela garante direitos, que ela preserva direitos e garante a oferta. Então acho que é nesse sentido. A terceirização do jeito que ela foi colocada ali ela está com uma característica de que ela retira direitos. Não é dessa forma. Eu sou contra terceirização no aspecto de precarização de serviço, precarização da oferta, redução de qualidade. Eu sou terminantemente contra essa situação. Ok? Eu queria sugerir também como encaminhamento aí que a comissão colocou, de um Conselheiro para participar da audiência, que esse Conselheiro fosse do segmento de representação dos trabalhadores, para que realmente tenha essa consonância com o objeto da audiência proposta. Janaína: Obrigada. Próximo inscrição Sávio. Domingos Sávio: Sobre isso, inclusive, até uma das principais diretrizes da política é exatamente a descentralização administrativa. Ela propõe que você repasse a outro a atribuição de fazer. Assistência você tem duas formas de descentralização administrativa, não é? De repasse de recursos de Governo para Governo que seriam as descentralizações, os serviços descentralizados tipo CRAS e você passa de Governo para a sociedade civil, para as entidades para que elas façam. Então isso aí não tem nada demais, está previsto. Isso é uma diretriz da política de assistência social. Agora, essa questão de precarizar, não ter, é como o Márcio disse, não automaticamente. Então isso, é da nossa diretriz isso. É da nossa diretriz municipalizar, descentralização política. Você de recurso federal para o município com autonomia. Se não está privatizando, privatizando é quando você passa e dá autonomia, tipo Vale do Rio Doce, por exemplo. E não é o caso nosso também. Então do modelo de descentralização de repasse, de atribuições, um a gente não adota que é a privatização. Janaína: Obrigada pelas considerações Sávio. Como estamos com a pauta muito extensa, eu vou só sugerir. A gente tem as inscrições agora do Conselheiro Daniel e da Conselheira Denise e a gente encerrar essa rodada de considerações, de inscrições, tudo bem? Então Daniel por favor. Daniel: Então, acho interessante quando a gente fala em terceirização, a gente ter um pouquinho de bom senso. Por quê? Terceirização em caso de CLT, eu posso falar muito bem que eu sou trabalhador do SUAS e graças a essa terceirização que houve a possibilidade de eu estar abordando a abordagem social da prefeitura que atende pessoas em situações de rua. Foi graças a ela. Porque se não fosse a abertura de uma entidade terceirizada, assumir licitamente algo público, um serviço público, não haveria essa possibilidade, porque teria que abrir, constituir uma nova lei que adequasse as pessoas, assim que não são concursadas, a estar fazendo parte de um serviço público. Então eu defendo muito essa parte de terceirização, porque é onde eu tiro o meu ganha-pão, o meu sustento. É o que eu me sinto honrado em dizer que eu sou brasileiro e que atuo para a melhoria de um SUAS mais qualificado. Então assim, quando a gente fala que existe um desmonte, pode subir um pouquinho fazendo favor? Lá em cima, lá em cima. Sobe, aí olha. Espera aí, a terceirização de serviços até então públicos é uma das formas de desmonte. Eu não acho. Eu já discordo porque assim, se fosse um desmonte, não haveria um acréscimo significativo de pessoas que tem agora consciência política e de articulação política e que estão nos devidos conselhos municipais no âmbito estadual. Eu acho assim que existe a viabilidade de você efetuar a proposta de um serviço de uma forma mais qualificada, mais humana e quando a gente fala da terceirização ser um desmonte, eu acho que é um pouco assim, a gente não cuspir no prato que a gente come, porque sem elas, a assistência, a gente não estaria seguindo a tipificação do SUAS, e estaria vivendo ainda o assistencialismo que infelizmente em muitos municípios ainda existe. Então acho importante, sabe, essa questão da terceirização nos serviços públicos. Lógico que quando vê que há algo que está degradando um serviço, deve ser revisto sim. Deve se haver um auxílio fiscal justamente de vigilância para se apurar essas ocorrências, mas que a terceirização em si não é um fator negativo para você consolidar os direitos fundamentais

dos municípios não. Janaína: Obrigada Daniel. E então inscrição para a Conselheira Denise. Denise: Eu queria só fazer menção aqui à Conselheira Érica que levantou a discussão antes mesmo não é gente, Conselheira, ex-Conselheira Érica, ela que levantou essa discussão antes mesmo de vir à tona em grupos de whatsapp, isso já tinha sido publicizada a situação de Pouso Alegre, ela já tinha partilhado internamente no CRP mesmo, que ela é colaboradora da comissão estadual de psicologia e assistência social. A preocupação, a preocupação e colocou também no CEAS a preocupação com as categorias profissionais que compõem as equipes do SUAS. Então o que está em jogo aqui é a precarização dessa relação de trabalho, certo? Porque isso Daniel e até colocando aqui, isso rebate no usuário. Quando a gente precariza as relações de trabalho, a gente, isso rebate nos serviços de uma forma mais efetiva. E colocando também o que o Márcio falou, é uma bandeira de trabalhador e aqui eu diante das outras colegas que também representam trabalhador da área, me coloco disponível para estar lá, por estar acompanhando essa discussão de dentro do CRP e por estar bem atenta a essas questões e a gente trava essa luta também como trabalhador. Janaína: Obrigada pelas considerações Denise. Então encerramos as inscrições. Vamos dar seguimento então aos pontos. Então só para que a gente também consiga organizar o consolidado de todas as discussões, a Consolação vai trazer alguns pontos de atenção em relação a pontos de ordem, seguido pelo Cristiano para que a gente possa então concluir os trabalhos da Comissão de Política. Consolação: Não, estou falando assim, está uma confusão, nem todo mundo teve oportunidade da manifestação, porque é muita coisa, lógico, um tema importantíssimo, mas está tendo algumas que eu escutei de alguns assim, seria, isso aqui o CEAS vai aprovar para assinar? Então vou colocar os pontos. Se ele vai assinar, tem pontos aqui que ele tem que, ele poderia contribuir, porque na totalidade, já havia alguns Conselheiros, o Hermellis, o próprio Jaime falando que gostaria de contribuir com o conteúdo, porque não está com tudo. O Sávio já colocou alguma coisa. Então assim, eu acho que seria importante se for para uma aprovação, rever, talvez melhorar essa redação. É só isso, tá gente? Porque senão a gente aprova e é importante assinar, a secretaria discutiu, não está falando nada em relação a isso, mas ter esse aprimoramento e aí eu levo, estou pedindo a comissão, quem sabe, como que a gente pode fazer isso para fechar, poderia até encaminhar para aprovação da assinatura, mas com a revisão do texto e criar isso de uma forma mais rápida, até quando, talvez via Secretaria Executiva mesmo para consolidar, encaminhar essas colaborações. É só uma gestão, obrigada. Cristiano: Não, era mais, a preocupação é mais por uma questão prática porque é isso tudo que você falou, é o que eu ia falar realmente. A gente tem uma questão que é, a gente tem um documento e aí chegou essa semana. Então a gente não teve tempo para poder fazer as contribuições necessárias e aí assim, a gente já sabe que a gente vai ter que alterar o documento. Então assim, não sei se vai dar tempo e aí precisa saber assim, se esse é o melhor encaminhamento também, da gente fazer uma aprovação sem essas alterações, entendeu? Sem ter tempo para poder analisar essas alterações. Então assim, mas aí está em discussão, mas aí, eu avalio que depois dessa discussão aqui a gente não tem um consenso. A não ser que a gente vote pela assinatura do documento como ele está ou pela, ou por não assinar por enquanto e aí fazer outras ações como as que estão previstas lá que encaminhar um Conselheiro para participar da reunião e a partir dessa reunião, na próxima plenária. Ahn? Não ouvi desculpa. É, e tem a nota do Conselho, o segundo, que aí seria a gente fazer a leitura. Mas em relação a esse documento, por uma questão prática, eu acho que não dá tempo de a gente mexer, aprovar sem poder ter as alterações consolidadas assim. Aí é uma percepção. A gente, vamos, a gente pode. São dois documentos. Esse é o primeiro documento que é uma nota conjunta que foi feita por esses atores aqui, que é o Conselho de Nutrição, Psicologia e Serviço Social e o Sindicato de Psicólogos e Psicólogas que eles já tinham preparado esse documento ao longo da semana. Foi compartilhado aqui com a Conselheira Luanda. Ela trouxe ontem na comissão, a gente fez uma reunião ontem lá na comissão, fez uma análise rápida e é esse que foi apresentada agora. Uma segunda proposta que saiu lá da comissão ontem, é um outro

documento que seria aí sim, uma nota do CEAS. Então seriam dois, duas coisas. Uma coisa é assinar conjuntamente esta nota que a gente discutiu agora e a segunda, o segundo encaminhamento a gente assinar uma nota do CEAS que a gente não apresentou ainda, seria o segundo, seria a segunda nota que gente ia apresentar. É, a gente vota a assinatura ou não dessa ou? Consolação: Questão de encaminhamento, posso propor? Eu estava aqui conversando com a Presidente, seria, eu penso o seguinte, vota da assinatura. Uma coisa. Até sexta-feira as contribuições na nota. A gente repassa, a Secretaria Executiva consolida, encaminha no grupo de Conselheiros, e aí valida a nota, que todo mundo tem o acesso a ela. Que aí seria mais usando a rede de comunicação. Porque o que eu estou entendendo, é que é importante, eu ouvi a Luanda falando, de ter a assinatura do Conselho Estadual nos dois documentos, não é isso? Então a gente poderia fazer dessa forma. Cristiano: Só lembrando que tem carnaval no meio desse caminho aí, não é? Carnaval no meio dessa brincadeira. Janaína: Então Conselheiros, vamos então seguir com votação. Só antes perdão, o Lucas tinha feito uma inscrição. Lucas: Na verdade o encaminhamento que eu queria trazer seria de a gente só emitir a nossa nota própria, haja vista que essa nota ela é tão somente de conselho de profissão. Essa também vai assinar? Não, eu falo porque se a gente emitir uma nota própria, mais consolidada, com mais técnica mesmo dentro da nossa área, eu acho que seria mais interessante do que gente propor uma modificação tão mais profunda nessa. Porque a discussão vai ser bem mais ampla. Vai ter que passar por todos esses conselhos novamente, pelo sindicato, pelo conselho de saúde, por nós para a gente poder chegar em um consenso, eu acho que a discussão vai ser bem mais ampliada, bem maior e pode ser mais demorada. Ao invés da gente fazer a nossa nota técnica com mais força. Jaime: Eu também concordo com o Conselheiro Lucas porque eu acho que nós, a assinatura quando tem representações de conselhos regionais, obviamente que ele tem a sua visibilidade, a sua preocupação estritamente, só que nós estamos discutindo a política inteira. Inclusive quando, a nota, ela trata, tem alguns pontos, como o Conselheiro Márcio falou, que elas não são compatíveis, não são nem legais. Tem os aspectos legais que a gente não poderia estar endossando. Meu entendimento. Então eu concordaria em ver a nota do CEAS para poder ter uma autonomia da sua publicação. Janaína: Então temos duas. Eu ia apresentar os encaminhamentos, mas pode trazer considerações. Antônio Hugo: O que eu estou querendo entender, porque veio uma nota que são de vários órgãos de classe, da qual são trabalhadores e muitos deles compõem aqui o Conselho. Aí eu fico até temeroso quando coloca que a gente não tem de manifestar, a gente só pensar na nota que vai ser do CEAS. Neste caso, o que eu quero entender é como que vai se dar. Nós vamos encaminhar essa, vai suprimir essa nota e vai ficar só a do CEAS? Aí porque, aí eu também sou contrário, que é um desrespeito a essa categoria, desrespeito a todas essas pessoas que trabalharam a nota. Claro que infelizmente nós não temos tempo para poder debater, que eu concordo com ela na íntegra, do jeito que ela está. Inclusive lá em cima quando o Daniel coloca, ele que é, até poderia estar mostrando, quando fala na terceirização, que ele, eu mesmo tenho uma experiência de Juiz de Fora que é o CRAS, CREAS, Centro Pop, que é um equipamento que tem que ser público e que infelizmente está na mão da sociedade civil, você entendeu? Nós estamos brigando na justiça, eles têm até dia 31 de agosto para poder, assim que foi assinado o TAC, para poder passar para a mão da prefeitura, mas que depois ainda está passando até agosto do ano que vem para contratar os demais funcionários. E nós somos contrários que é equipamento público, quem tem que estar gerenciando aquilo ali é o poder público. Então eu acho que, eu concordo com a nota na íntegra do jeito que ela está e fico preocupado porque eu não entendo direito nas falas, como que vai se dar o encaminhamento. Nós vamos ficar só com uma nota só ou com as duas, tá? Consolação: Vou explicar o encaminhamento que vai ser dado para a votação, se também é de consenso, lógico. Então a gente tem uma proposta um, assinar as duas notas. Primeiro, porque a gente tem que votar isso, para depois ver forma se caso ganhe. Tá gente? Então só calma só para eu chegar até o finalzinho aí. Então primeiro, que tinha sido colocado, o CEAS assina duas notas. A nota que veio, que foi apresentada agora e

uma outra nota própria. Proposta dois, apresentada pelo Conselheiro Lucas que já fez inclusive a defesa dela. A nota só do CEAS, considerando o tempo, como é que vai ser aprovado. O CEAS sugere, passa para os outros. Então é questão de processo, é só da logística. Ninguém está discordando da situação. Está bom? Então aí a Presidente vai encaminhar a proposta um: duas notas. Proposta dois: uma nota que é a do CEAS. Ok? Está claro para todo mundo? Então. Janaína: Então encaminhamento para votação. Os Conselheiros que votam por assinar as duas notas técnicas, votos a favor? Podem abaixar. Votos contrários? Ah gente, não precisa. Tá bom. Então vamos lá, gente, simplificação da votação. Conselheiros que votam por uma nota técnica somente. Então aprovada a segunda proposta de uma nota técnica para encaminhamento. Pode dar continuidade então Conselheiro. Cristiano: Tá, e agora a gente vai ler a nota que foi produzida pela Secretaria Executiva com o apoio da comissão também que seria a nota do CEAS, a proposta de nota do CEAS. “O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, órgão deliberativo responsável pelo Controle Social da Política Social de Assistência Social no Estado, no uso de suas atribuições legais manifesta publicamente seu repúdio em relação ao Projeto de Lei número 1020”, aqui tem que mudar, porque aqui já é lei. Aí tem que mudar a lei lá, não é? “Aprovada pela Câmara Municipal de Pouso Alegre. O Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo de Pouso Alegre aprovado na Câmara Municipal em 29/01/2020 em sessão extraordinária e votação única extinguiu cargos, vários cargos profissionais, entre eles o de Psicólogo, de Assistente Social do quadro de servidores efetivos da Prefeitura de Pouso Alegre, autorizando assim a contratação indireta desses profissionais e o veto a abertura de concurso público no município para que esses cargos que integram as equipes de referência da gestão e dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A terceirização precariza o trabalho e não deve ser adotada pela Constituição Federal, pois a Constituição Federal determina que os cargos públicos devem ser providos mediante concursos públicos. A política pública de assistência social visa o enfrentamento às desigualdades socioterritoriais, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, devendo ser executada de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais. Sob essa perspectiva está entre os objetivos desta política a execução continuada de serviços, programas e benefícios socioassistenciais como forma de garantir as proteções sociais para as famílias e indivíduos que dela precisem. Os serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam a melhoria de vida da população, cujas ações voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos e princípios e diretriz estabelecidos nesta lei, conforme artigo 23 da Lei Federal 8742 de 07 de dezembro de 93, a LOAS. Assim, não deve haver interrupção da oferta dos serviços, exigindo que as equipes de referência para o atendimento continuado dos indivíduos e famílias atendidas pelo SUAS, através dos serviços dos equipamentos públicos como CRAS, CREAS, através dos serviços socioassistenciais de Proteção e Atendimento Integral à Família, PAIF, Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, PAEFI, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, sejam ocupados por trabalhadores efetivos por meio de concurso público. A LOAS em seu artigo 6º, inciso VI, estabelece que entre os objetivos da gestão do SUAS à implementação da gestão do trabalho e da educação permanente da assistência social. A qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados a sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS. Nesse sentido, a gestão do trabalho é compreendida como uma dimensão para efetivação do SUAS, devendo ser adotados mecanismos para a sua implantação. O artigo 109 da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social número 33/2012 estabelece que a gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas a valorização do trabalhador e a estruturação do processo de trabalho institucional no âmbito da União, dos Estado, do Distrito Federal e dos Municípios e para tanto é preciso adotar ações relativas a valorização do trabalhador, na perspectiva da desprecarização da relação das condições

de trabalho dentre outras. I, realização de concurso público, II, a instituição de avaliação de desempenho, III, a instituição e implementação do plano de capacitação e educação período como certificação, IV, a adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS. V, a instituição das mesas de negociação. VI, a instituição de planos de cargos, carreiras e salários. VII, a garantia de ambiente de trabalho saudável e seguro, em consonância com as normativas de segurança e saúde dos trabalhadores e VIII, a instituição de observatórios de práticas profissionais. Frente ao exposto, este Conselho entende que a terceirização, contratação indireta e temporária de trabalhadores na condição de prestadores de serviço, são formas de precarizar o trabalho, seja a nível federal, estadual ou municipal criando condições para a descontinuidade dos serviços socioassistenciais. Além disso, o vínculo temporário pode representar a má utilização dos recursos públicos, pois a rotatividade dos profissionais não permite a manutenção do saber adquirido nas capacitações. Ou seja, o saber e a experiência dos profissionais não eram mantidos nos serviços socioassistenciais. Dessa forma, o investimento público não permanece no SUAS. Assim, o CEAS repudia a lei de autoria do Poder Executivo de Pouso Alegre que excluiu da administração pública os cargos dos profissionais Psicólogos e Assistentes Sociais, profissões que integram o SUAS entre outros. Esta lei precariza a política de assistência social e suas ofertas, desvaloriza seus trabalhadores, desrespeita a Constituição Federal, desrespeita as normativas do SUAS e conseqüentemente impacta na qualidade do serviço prestado ao usuário.” Então essa foi a proposta que foi feita de nota. Janaína: Obrigada Cristiano. Em discussão. Inscrições, Hugo Bento, Márcio. E Jaime. Marcio Caldeira: Obrigada, Hugo. Gente, olha, eu não quero polemizar a questão, mas a forma como se descreve a terceirização na nota, eu sou uma entidade que sou terceirizada. Estou aqui dentro do Conselho defendendo garantia de direitos e ali parece que eu estou precarizando as minhas ofertas. Eu não posso contribuir com isso, é um contrassenso nesse sentido. Ok? Então eu acho que é importante a gente clarear e aprofundar um pouco mais essa discussão do que que significaria essa terminologia de terceirização dentro da lógica de precarização. Eu não posso afirmar diretamente que uma terceirização diretamente precariza, porque senão eu vou estar colocando todas as entidades da rede dentro do mesmo balaio e eu não posso fazer isso. Eu estou aqui representando um segmento de entidades que trabalha com a perspectiva da qualidade da oferta. Então eu tenho que trabalhar também na garantia da condição de trabalho do meu trabalhador que é um trabalhador do SUAS também. Então assim, a gente tem que tomar um cuidado muito grande, porque senão a gente inverte o papel de terceirização e simplesmente depõe contra o processo que o próprio SUAS estabelece que foi até levantado aqui pelo próprio Conselheiro Sávio que é administração indireta também. Ok? Então assim, eu acho que é importante a gente aprofundar nessa discussão. Eu também discordo categoricamente do Projeto de Lei, da lei instituída lá no Município de Pouso Alegre que extingue esses cargos. A gente tem que trabalhar na perspectiva da garantia da oferta e que esses cargos permaneçam assim dentro da lógica da administração pública e que os serviços sejam executados de acordo com o que está previsto na lei. Ou seja, eu não posso permitir ou entender que essas ofertas sejam terceirizadas no Município de Pouso Alegre nessa perspectiva que está sendo colocada no Projeto de Lei lá. Acho que isso é importante a gente aprofundar aqui, ok? Obrigada. Janaína: Obrigada pelas considerações Conselheiro. Próxima inscrição, Hugo. Antônio Hugo: Olha só, eu concordo até com o Márcio que a gente precisa até entender um pouco, o que vem a ser terceirização e o que vem a ser parceria, que aí quando você fala, eu vi até, eu ia até lhe perguntar, você é terceirizado ou é parceria pública privada? Que uma coisa é parceria. No caso você entra dentro da Lei 13019. aí a Lei 13019, o que a gente tem que estar trabalhando em cima dela, são os editais, como que faz para poder você ter uma melhor relação. Tanto é quando eu falei que eu trabalhava em uma empresa na ADRA, que eu fui demitido agora, e que lá dentro de Juiz de Fora, esse edital não foi bem formulado, onde está dando a precarização, isso aí é uma coisa. Quando se fala da terceirização propriamente dito, é uma outra coisa completamente diferente. Aí é eu tirar que aí tal qual,

porque quando você vê a nota que ele vem trazendo ali, o que ele está, o que se percebe, eu vou acabar com tudo. Ele está acabando com Psicólogo, ele acaba com o Assistente Social. O quê que ele vai estar colocando? Ele vai terceirizar esses serviços, aí nós somos contrários. Você está me entendendo? Porque eu não sou contra. Eu acho que o poder público, algumas coisas, embora a gente seja, embora sejamos muito reticentes em relação essa coisa da terceirização, você entendeu? Mas essa parceria como ela está dentro do objeto, isso é até contrário desse, esse esfacelamento que foi feito, que você tem a 13019, depois fizeram uma outra lei, poder em cima daquela ali, quando até atrapalhou um pouco a 13019. Aí eu não sou contrário. Os editais, aí cabe nós, enquanto controle social, estarmos atentos nesses editais. Daí a questão da parceria, por isso que eu fico muito chateado quando você vai para a administração, ela não encara o Conselho, enquanto um parceiro dela. Porque eles poderiam muito bem estar conversando com o controle social, para na hora de estar elaborando, eu não quero falar para ele o quê que ele vai fazer nesse edital, mas ele pode, a gente pode sinalizar para ele o quê que nós somos contrários e ele ter a sensibilidade de pegar isso e inserindo dentro do seu edital, porque foi uma luta grande nossa lá dentro de Juiz de Fora, foi justamente isso. Tanto é que você vê, por isso que eu trago aqui para vocês que eu venho falando. Você pegar uma entidade que contrata trabalhador para ganhar 590 reais. Aí esse trabalhador chega perto da gente e: "Olha, eu tenho mulher, eu tenho filho. Como é que vai ficar o meu INSS? Como é que eu vou aposentar depois?" Não é? Ele vai ter que trabalhar, o trabalho dele para ele poder contribuir com o INSS e ficar legal, ele tem que trabalhar três meses para valer um, que isso pelo menos foi o que o pessoal do INSS estava colocando, o quê que é essa coisa de você estar 590 reais. Aí, e está tudo certo lá e está com a carteira de trabalho dele assinada. Ele tem, o fundo de garantia dele está sendo depositado. Eu posso concordar com isso? E aí é que entra essa nota, está me entendendo e falando propriamente dito, aí Cristiano, você lembra muito bem, você, a Janaína que estava aqui, a Luanda que eu até fiz umas ponderações em relação a essa nota. Aí até pedi a Adelmira que era para poder estar transmitindo para a Consolação porque até então que chegou à informação que veio de lá, a Secretaria Executiva trouxe essa coisa, que era para poder estar fazendo um enxugamento que ela está muito longa. Foi isso que foi até colocado lá que eu até falei que o segundo artigo não via, se tirasse, suprimisse ele não iria atrapalhar, mas depois falou assim: "Não, não, não é uma coisa que foi eu que fiz." Aí foi onde que eu coloquei para ela que era para poder estar levando para você para você poder fazer. Sei que é coisa sua que fez coisa, aí sim a gente poder estar encaminhando. Porque eu concordo com a sua nota. Eu concordo com a sua nota também, só que eu acho. Eu concordo com essa nota. Não, eu sei. Eu concordo com essa nota, só que foi a Consolação que encaminhou para a gente. Só que eu concordo com essa nota, só que ela ficou muito longa, tá? Tem muita coisa ali e como é uma nota que você solta no público, tem que ser uma coisa mais enxuta. Só isso, obrigado aí. Janaína: Obrigada Conselheiro pelas considerações. São 15:30 e tivemos 11 inscrições. Então justamente isso. A minha sugestão então para a gente conseguir dar seguimento, porque esse também é um tema muito relevante, é a gente encerrar nas inscrições, a título de transparência, as inscrições são Jaime, Gabriele. Gabriele acabou de retirar. Então temos agora 10 inscrições. Sávio, Luanda, Gabriele. Quem que é esse aqui? Márcio. Cristiano, Daniel e Patrícia em quinto lugar. Tá. Eu vou seguir a ordem que está aqui e podemos consensuar Conselheiro, dois minutos de fala para cada um? Para que eu vou fazendo o cronômetro aqui? Só para a gente também ser, guardião do tempo, não é? Janaína: Então Jaime, por favor. Jaime: Bem rápido. Da mesma proposta como foi feito na anterior, eu proponho que abra um espaço novamente de uma semana para as contribuições, haja vista que nós estamos apropriando dela agora. Então eu acredito que seria um espaço suficiente para que a gente pudesse contribuir e poder construir uma nota de mais consenso. Janaína: Obrigada Conselheiro. Próxima inscrição, Patrícia. Patrícia: Primeiro eu queria parabenizar a Consolação pela nota. Achei muito bem escrita. A Secretaria Executiva como um todo, me desculpem. Eu concordo com o Conselheiro Hugo, porque assim particularmente acredito que as notas elas deveriam ter uma lauda só assim,

ser mais objetivas, mas achei excelente. E pela primeira vez eu vou ter que discordar do Conselheiro Márcio, porque essa nota ela é uma resposta a extinção dos cargos públicos no Município de Pouso Alegre. Então é uma situação muito específica que pode abrir brechas para muitos municípios. E com a extinção desses cargos, gradativamente, os Assistentes Sociais, os Psicólogos, eles vão exonerando, vão aposentando. Aí os serviços como o PAIF, que é o serviço de Proteção Social Básica e o PAEF da Proteção Especial, que de acordo com a Lei Orgânica da Assistência tem que ser executado no Centro de Referência da Assistência Social, o CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o CREAS, não é? Que são unidades públicas estatais. Então como que vai ficar? A unidade vai ser pública e todos os trabalhadores vão ser contratados? E isso fragiliza mesmo pensando em uma questão política porque quando a gente tem uma entidade, a gente não tem troca de políticos a cada 04 anos. Eu já fui concursada, eu já fui contratada em município, tem 09 anos que eu sou concursada, mas é já vi muitas colegas deixando de dizer algumas questões em função do receio e também já vi profissionais excelentes serem demitidos por uma questão política. Então a gente tem que pensar muito nesse sentido, porque é uma questão específica de extinção. Quando o Daniel coloca essa questão de abrir a possibilidade e tal nas entidades, acho super legal, mas isso daqui já é um serviço que já é executado por profissionais concursados. A questão é que ia demitir os funcionários, a gente, me desculpa porque é difícil de concluir a fala assim. Janaína: Para que a gente fique também, quando faltar 30 segundos, eu vou pedir para concluir tudo bem? Porque aí a gente consegue dimensionar a fala, tá bom? Então o próximo, Conselheiro Sávio. Domingos Sávio: Eu retiro a minha fala, já falei, obrigado. Janaina: Obrigada Sávio, próxima Conselheira então Luanda. Luanda:Então eu venho endossar a fala da Patrícia. Falar em nome de trabalhadores e trabalhadoras do SUAS e aí Márcio, muito respeitosamente também discordar um pouco da sua fala, porque a gente está dizendo, eu acho que nós estamos fazendo uma confusão aqui nessa discussão, que é em relação a execução do serviço e o vínculo de trabalho nos serviços que são essenciais e que devem ser de execução pública, de contratação pública direta. E aí eu acho que essa é uma diferenciação que a gente deve fazer. Em momento nenhum nós estamos falando aqui que os serviços não podem ser prestados pelas entidades, muito pelo contrário, as entidades são parceiras do SUAS, precisam estar conosco. Nós estamos falando de uma outra questão que é em relação ao vínculo trabalhista. E aí esse vínculo tem problemas. Quando a gente fala desse vínculo ele ser terceirizado em um serviço que deve ser prestado diretamente pela via pública, esse vínculo tem problemas e aí a gente fala de uma precarização em relação a essa terceirização porque ela sim tem problemas. A Patrícia já expôs alguns desses problemas que são no cotidiano do trabalho e são coisas que a gente recebe de denúncia no FET, de denúncia nos sindicatos porque se perdem garantias sim. Algumas garantias que estão ali quando se tem o vínculo concursado, vínculo que está previsto inclusive na legislação. Então eu acho que a gente precisa fazer essa diferenciação. Janaína: 30 segundos. Luanda: Nós não estamos aqui de maneira nenhuma dizendo e condenando o trabalho executado pelas entidades, muito pelo contrário, mas ressaltando que o vínculo terceirizado na execução direta ele é prejudicial para o trabalhador e em consequência para o serviço que está sendo prestado. Janaína: Obrigada Conselheira. Próxima inscrição, Gabriela. Gabriela. Gabriela: E eu venho também endossar a fala da Patrícia e da Luanda. Eu penso que nós vamos estar percorrendo uma trajetória diferente de toda que a gente veio desenvolvendo na construção do SUAS. Porque na consolidação do SUAS, um dos pontos de conferência era que os profissionais tivessem vínculo efetivo e eu penso que nós não podemos esquecer dessa trajetória. Porque aos profissionais estarem com a função pública, com o vínculo efetivo vai dizer também da capacidade deles de poder construir esse sistema único tão complexo lá na ponta. Então gente eu acredito que nós temos sim que aprovar na íntegra o que está previsto na nota que foi construída. Parabéns, porque eu acho que contempla o que diz respeito, não somente a defesa dos trabalhadores, mas de um sistema complexo que defende, inclusive, a assistência social aos usuários. Nós precisamos ficar atentos porque senão nós vamos

aliar aquilo que já vem sendo discutido justamente, que foi proposto aqui em outros momentos com relação à questão de orçamento e tudo mais. Então assim, eu sou completamente favorável a questão da nota. Janaína: Obrigada Conselheira. Próxima inscrição, Márcio. Márcio Caldeira: Eu acho que Conselheiros e Conselheiras, eu acho que a gente tem pouco tempo para discutir para eu colocar o meu ponto de vista com uma assertividade melhor. Em momento algum eu sou contrário a essa nota. Em momento algum eu sou contrário à perspectiva da defesa na manutenção dos cargos, em momento algum nesse sentido. A minha colocação é em relação à terminologia que está sendo utilizada. A forma de utilização dessa terminologia. Eu acho que a gente precisa talvez avançar mais. Eu acho que aqui a gente não vai ter uma situação de tempo para a gente fazer esse avanço. Eu não estou colocando aqui igual o Hugo trouxe a questão de parcerias. Se nessa situação ali futura, um projeto de lei desses da continuidade para que o gestor lá ele possa contratar profissionais de uma forma ou um processo seletivo simplificado que pode fazer essa recomposição de equipe lá, isso precariza o trabalho? Sim? Eu acho que existem várias situações de defesa que a gente está fazendo aqui, que é a defesa do concurso público a esses cargos efetivos dentro do setor público. Eu acho que essa é a defesa que eu me proponho a fazer. O que eu estou colocando aqui é a forma como está sendo colocado ali a questão dessa terceirização. A terceirização é uma coisa, o termo de parceria, ele tem as regras do termo de parceria, da prestação de contas, você tem uma série de situações que me colocam em uma situação extremamente de como... Márcio Caldeira: Como ofertar aquela parceria com qualidade. Então eu acho que é importante deixar isso claro. Eu estou aqui junto com esse Conselho para justamente defender esse sistema e é importante, os CREAS regionais eles têm contratação de profissionais da MGS. Eles são terceirizados. Acho que isso é importante gente. Janaína: 10 segundos. Márcio Caldeira: Eu estou colocando ali o termo, o termo. Eu não sou contra. Obrigado. Janaína: Conclua Conselheiro por favor. Muito obrigada. Próximo Conselheiro, próxima inscrição Cristiano, dois minutos por favor. Cristiano: Bom, eu concordo com tudo que foi discutido e aí vou reforça um pouco dessa fala do Márcio aqui que é o seguinte, essa discussão toda que nós estamos fazendo tem que estar escrito ali, senão não adianta. Porque o que a gente está aprovando é o documento escrito. Então assim, essa intenção que foi falada aqui de defesas, contrário, a favor e pontos de reflexão tem que estar espelhado na nota. Então se não tiver, a gente tem uma questão que a gente precisa repensar, porque a intenção é uma coisa, o que está escrito, se está diferente da intenção, então a gente precisa melhorar. E aí eu concordo com a sugestão do Jaime que, mas assim, também aprovar sem... um impasse eu acho que fica complicado, porque realmente, fazer a relação direta que é o que o Márcio chama a atenção entre precarização e terceirização, é uma fala comum. A gente precisa se debruçar a respeito disso para entender melhor o quê que é. Então assim, a primeira proposta seria fazer o que o Jaime propôs de ter mais uma semana para avaliar e eu faço uma segunda proposta e é a proposta que eu estou fazendo, que seria excluir algumas partes da nota, que são as partes talvez mais delicadas e na minha avaliação, não altera o teor da nota, porque o teor da nota, o principal da nota é, ela chama a atenção para a necessidade de que no SUAS é importante essa valorização do trabalhador e esse vínculo do trabalhador efetivo. Então eu proponho retirar essa parte, não sei se está dando para ler, deixa eu aumentar. Janaína: 30 segundos. Cristiano: Não, é uma proposta. É só uma proposta. Retirar as partes mais delicadas que tem essa... que não tem esse consenso. Essa parte aqui e esse parágrafo e essa parte que são as partes que relacionam terceirização com precarização. Janaína: 10 segundos. Cristiano: É, porque eu só sublinhei a parte que fala de precarização, onde tem precarização e terceirização. Janaína: Dois minutos, conclua Conselheiro por favor, obrigada. Márcio Caldeira: Presidente, uma questão de ordem, eu não estou fazendo nenhuma proposição nem de alteração. Eu estou retirando a minha indicação de a gente estar trabalhando nessa terminologia que está aí. Então para mim a questão é a aprovação da nota na íntegra, no jeito que ela está sendo apresentada. Janaína: Obrigada Conselheiro. Daniel. Dois minutos, por favor. Daniel: Sim senhora. Posso começar? Então,

eu acho interessante a capacidade humana de enxergar e de aprendizado. Aqui eu posso dizer particularmente, profissionalmente, militar e em caso de militância também que estou aprendendo muito com vocês. Só que assim, eu ainda defendo. Posso continuar a fala, por quê? Pode? Posso continuar a fala. Janaína: Pode, por favor, está correndo o seu tempo. Daniel: Então, eu fico um pouco preocupado porque o seguinte, quando a gente fala de precarização de serviços, impacta o usuário. Quando a gente fala de terceirização, impacta o profissional que atua ali naquela ponta, sabe? Aí entra, volta lá atrás aquela mesma coisa que eu falei. A fala acessível. Por quê? Essa nota, eu gostaria, para mim eu aprovaria ela. Só que ela tem informações que se você não basear devidamente ela, abre espaço para outros assuntos que não é o proposto. Janaína: 30 segundos. Daniel: O meu medo, o meu receio é justamente esse, não é mudar, tirar o que está nela, é só fechar qualquer brecha de possibilidade para que essa mesma carta de repúdio ela não entre para tirar algum outro, alguma outra sustentabilidade que a gente está defendendo. Entendeu? É só isso. Mas, contudo, agradeço. Janaína: Dois minutos. Conclua por favor. Obrigada Daniel. Escutando então todas as considerações dos Conselheiros, como ponto de encaminhamento, o quê que vocês acreditam da gente pacificar como uma alternativa da pacificação então, se a gente desse até sexta-feira para contribuições em relação a essa nota, para que a gente pudesse ter a participação de todos os Conselheiros, pacificar esses conceitos que são conceitos importantes para então a gente estar com a nota concluída para o dia 03. Faz sentido para vocês? Então discussão. Márcio, seguido de Hugo. Janaína: Só questão de ordem, a Conselheira Luanda está me falando que a plenária é dia 02. Não tem tempo, não é? Márcio Caldeira: Justamente sobre isso. A gente não teria tempo hábil para reconstruir essa nota. Então ela realmente tem que sair daqui hoje aprovada. Antônio Hugo: Então, a minha linha seria, é nessa mesma, e colocando, só estou preocupado com uma coisa, que se for votar a ponderação que o Cristiano fez, vai ter que ter um outro debate. Eu particularmente eu sou contrário à tudo que ele falou, até mesmo que ontem lá na nossa reunião na comissão, quando eu pedi até para suprimir, ele me convenceu para poder deixar do jeito que estava, aquela coisa toda e depois ele estar conversando com a Consolidação. Aí agora ele veio, veio trazer, assim não. Aí a gente vai voltar para debater está bom? Janaína: Obrigada Conselheiro Hugo. Eu agradeço Conselheiros a paixão na discussão, mas por uma questão de ordem, podemos seguir então? Então vamos abrir para votação então? Consolidação: Gente, pode ser a votação sim? Primeiro, quem aprova que seja encaminhada as contribuições até sexta? Porque tem a questão da contribuição. Em seguida, só um minutinho, por favor. É só assim, é votação. Aí não concorda, vai no voto. Ah, não, a gente não quer. Aí se não, aí a gente já passa para o segundo momento da votação, quem aprova a nota e quem não aprova. Entendeu? Então primeiro. Janaína: Qual encaminhamento então Conselheiros? Sandra? Sandra: Então, eu estou propondo o inverso da votação. O que está posto para nós aqui que foi apresentado foi a nota. Então que a gente vote primeiro a nota e se está de acordo com ela e depois se vai ter alteração. Antônio Hugo: Questão de ordem ainda. Janaína: Fique à vontade Conselheiro. Antônio Hugo: Olha só. Como que o que ia colocar o seguinte, a gente colocar a nota na íntegra do jeito que ela está, quem concorda, quem discorda. Nada de depois querer fazer alteração. Que aí está errado. A gente vai votar uma coisa e depois vai dar um cheque em branco para os outros fazerem para a gente? Aí não. Não tem essa lógica. Janaína: Fique tranquilo Conselheiro, inclusive, a sua proposta está em consonância com a proposta da Conselheira Sandra. Então estamos todos alinhados e como a gente costuma dizer, na mesma. A título mesmo de esclarecimento eu reforço, que estamos a mesma proposta, tanto a sua quanto da Conselheira Sandra, tudo bem? Então podemos seguir para a votação então? Está em votação a aprovação da nota na íntegra tal como está projetada em tela, para que fique claro para todos os Conselheiros, tudo bem? Então Conselheiros a favor da aprovação, tal como está na tela. Aberta a votação. Conselheiros a favor? Podem abaixar. Votos contrários? Sem votos contrários? Abstenções? Cristiano. Então aprovada a nota na íntegra. Próximo ponto de pauta então? Conselheiro Cristiano, concluímos então os pontos da Comissão de Política? Não, não é?

Você pode dar seguimento então, por favor? Cristiano: Vamos, eu acho que nós vamos ter que ficar aqui até a terça-feira de carnaval. Vamos lá então, podemos dar sequência? Consolação, ficou faltando. Pessoal, só para a gente dar sequência. Ficou faltando o terceiro ponto que é o encaminhamento de um Conselheiro para participar no dia 02, precisa votar isso também. Aí vocês vão fazer, só para a gente votar. Ela se propôs a ir. Janaína: Então em regime de votação, a participação da Conselheira Denise na reunião do dia 02. Conselheiros a favor? Podem abaixar. Votos contrários? Abstenções? Aprovação unânime. Mais algum ponto Conselheiro Cristiano? Cristiano: Não, sobre esse assunto não, mas tem vários outros aqui. Janaína: Siga adiante, por favor, então Conselheiro. Cristiano: Não, mas acho que os outros agora são mais tranquilos. Mais ou menos, bom, ponto 05, você quer sentar Aldemira, eu acho que é melhor, você vai. Então é o ponto 05. O ponto 05 é sobre uma câmara técnica que foi instituída no âmbito da CIBE para trabalhar o retorno protegido de crianças e adolescentes na convivência familiar e comunitária. O representante do CEAS que participa dessa Câmara é o Élerson. É, mas é o Élerson. Então ele que participa, é o representante do CEAS nessa Câmara. Essa câmara tem vários atores, Ministério Público, Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJ, a Coordenadoria da Criança e do Adolescente lá da Sub-DH da Direitos Humanos, a SUBAS, vários integrantes. Ontem a gente fez uma apresentação para a comissão sobre o histórico de discussão dessa comissão. Havia uma reunião prevista para acontecer em janeiro. A gente teve que adiar ela por causa da situação de emergência e calamidade pública. E aí como encaminhamento, a gente ficou de assim que tiver marcado a próxima reunião, a gente vão comunicar como sempre fez pro CEAS para o Conselheiro Élerson ou para quem for substituí-lo, caso ele não possa ir para participar e que é muito importante a participação do CEAS nessa comissão porque a gente tem alguns impasses relacionados principalmente ao Ministério Público. Há entendimentos sobre responsabilidades e competências nesse assunto. O ponto seis é sobre a Portaria número 06 do Instituto de Identificação que ela é uma Portaria que foi publicada em 2019 em julho e ela dispõe sobre hipóteses de gratuidade de emissão de carteira de identidade. Se bem que eu passei e não perguntei nada. Era só falar? Tá? Então o ponto seis é sobre essa portaria e ela fala sobre hipóteses de gratuidade de emissão de carteira de identidade no Estado de Minas Gerais e aí em conformidade com o Decreto Federal 93278/2018 e com o Decreto Estadual de 97 e aí a gente fez lá, a gente contou com a participação da Joana que deu um relato da última reunião. Essa é uma discussão que já está sendo feita desde o ano passado e aí tem um impacto na assistência que é uma previsão de considerar para emissão de 2ª via de documentos informações socioassistenciais. E aí isso gerou toda uma discussão que foi puxada principalmente, acho que por Belo Horizonte e aí foi feito, foram realizadas algumas reuniões no ano passado. E aí a Joana trouxe uma informação, uma atualização, aí posso pedir a Joana para ela dar só esse informe, por favor? Porque a Joana participou junto com a Ana lá da SUBAS da última reunião e aí é só para dar em relação a essa Portaria porque uma das discussões que foi feita seria para que essa Portaria do instituto fosse revogada porque ela fere essa relação, em relação aos usuários do SUS. Joana Lopes, SEDESE: Isso. Na verdade. Boa tarde a todos. Na verdade, a gente participou de uma reunião, de uma última reunião no Instituto de Identificação nesse mês e a conclusão foi o seguinte, o Instituto de Identificação falou que vai ser publicada essa Portaria de alteração da Portaria 03 que estava antes em vigor. A gente levou em consideração todas as denúncias, todas as violações que estavam ocorrendo com a publicação da Portaria anterior e a gente montou a redação conforme os encaminhamentos do CREAS, conforme o encaminhamento da Prefeitura de BH, conforme o encaminhamento do COGEMAS, então a gente montou a minuta de acordo com todas essas contribuições e ela está em vias de ser publicada. Só isso. Janaína: Obrigada Joana. Cristiano: Então o encaminhamento é esse porque assim, através dessas reuniões, a gente solicitou a revogação dessa Portaria. A Luanda quer falar. Sim. Ah tá. A Luanda está lembrando aqui que uma das discussões que a gente fez lá é que a SUBAS vai enviar a minuta que a gente fez, que foi encaminhada ao Instituto de Identificação substituindo a que a gente propôs de ser revogada e aí a gente vai dar ciência

ao Conselho também dessa minuta que foi feita. Então esse foi o encaminhamento da reunião. Pode passar para o próximo ponto? A Sandra quer falar. Janaína: Só um encaminhamento da Conselheira Sandra. Sandra: Então, é porque o CMAS Montes Claros ele oficializou ao Conselho. Eu só queria então solicitar que seja oficializado ao CMAS de Montes Claros sobre essas definições, tá? Adelmira: Está incluído aqui nesse ponto os dois denunciantes, foi o CREAS e o Conselho Municipal de Montes Claros, que a gente vai informar através de ofício. Janaína: Obrigada Adelmira. Cristiano? Cristiano: E aí a gente tem os outros pontos aqui. A partir do ponto 07, são algumas denúncias que chegaram aqui para o CEAS e aí essa, do ponto 07 é relacionado ao Município de Chácara e aí o que chegou aqui no CEAS é a informação de que o município realiza triagem lá na recepção do CRAS e aí os usuários são solicitados quando chegam ao CRAS de informar o nome e o motivo de estar procurando o CRAS. Que isso gera uma série de constrangimentos. Essa denúncia fere o código de ética profissional e uma série de normativas e aí o Conselho Regional de Serviço Social lá de Juiz de Fora solicitou que o CEAS para verificar a situação e adotar as medidas necessárias. A gente fez essa discussão lá, a Adelmira tem todos esses relatos em detalhamento de todo o processo que é montado um processo aí quando a gente chega com as denúncias e todos os encaminhamentos que são dados, tanto na comissão quanto pela Secretaria Executiva e as solicitações que são feitas também de apoio da SUBAS lá para poder entrar em contato com o município. E aí a discussão que foi feita na comissão, como encaminhamento é enviar, o CEAS e encaminhar para a SUBAS essa denúncia para que a equipe lá da proteção básica faça contato com o município, com a gestão municipal para levantar as informações de que como que isso se dá lá no município, como é que está isso, também fazer as orientações necessárias e encaminhar a resposta aqui para o CEAS. E também o CEAS de avaliar a partir disso a necessidade de tomar outras medidas. Como, por exemplo, também solicitar a visita. A gente tem uma diretoria regional que é próxima lá, que é da Diretoria Regional de Juiz de Fora, e aí solicitar também de repente a visita lá da diretoria regional no município para ver como é que está a situação. Sempre levando em consideração também toda essa questão do sigilo, que isso foi uma preocupação que a gente teve para não expor a profissional que fez a denúncia lá ao Conselho Regional. Precisa ir aprovando esses pontos? Não? Só porque eu não lembro, como encaminhamento, só informe, não é? O ponto 08 tem a ver com a retomada da revisão, da Resolução CET número 56. Alguns Conselheiros que estavam aqui no ano passado lembram que essa discussão já tem quase 10 anos que ela está acontecendo, que é uma resolução do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente que está diferente daquilo que está previsto nas orientações técnicas do serviço de acolhimento. Isso foi quase já judicializado. A gente tem o Ministério Público que está também nessa discussão. Só que a gente teve que suspender toda a tramitação que a gente estava fazendo em relação da Comissão de Política com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, porque houve eleição lá no Conselho ano passado, não é? A Conselheira Ariadna. Ariadna: Houve eleição, não houve a posse. Parece que vai haver outra eleição, eu recebi uma informação hoje. Então o Conselho, o CET está digamos parado até então. Cristiano: Então o que a gente discutiu é o que a gente precisa aguardar mais um pouco a definição no Conselho Estadual para retomar essa discussão lá sobre essa Resolução número 56. Mas é uma discussão já bastante prolongada. O ponto 09 é sobre uma nota técnica conjunta do Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, INSS que fala sobre orientações sobre os procedimentos de atendimento na rede socioassistencial relativo aos requerimentos de beneficiário previdenciários e de BPC frente as novas formas de acesso implementadas pelo INSS. A Luanda trouxe esse ponto ontem. A gente fez lá uma discussão sobre essa nota que é uma discussão bastante importante, super delicada que está aí. A gente precisa estar muito atento, porque essas notas em âmbito federal estão saindo com uma velocidade muito grande e a gente às vezes não consegue acompanhar como é que as coisas estão saindo e fazer a necessária discussão sobre os pontos. Então diante disso, como a gente recebeu a informação, a comissão recebeu a informação dessa nota e fez uma discussão inicial,

como encaminhamento a gente discutiu de enviar essa nota para todos os Conselheiros por e-mail, convidar especialistas sobre o assunto, alguém lá da diretoria de proteção básica lá de serviços e benefícios lá da SUBAS, SEDESE. Convidar a Sandra que é Conselheira nacional, é daqui de Minas Gerais e sabe bem desse assunto para ela também ajudar na discussão e incluir essa discussão sobre essa nota técnica como ponto de pauta na próxima reunião do CEAS em março. Esses foram os encaminhamentos. Janaína: Obrigada Cristiano. A abertura então para inscrições. Primeira inscrição da Gabriela. Gabriela: Gente, minha posição é com relação a nota técnica de CMAS-INSS. É pelo seguinte, a gente percebe que essa nota ela traz algumas questões que parece deixar em ameaça a política pública também do SUAS, uma vez que alguns municípios tem adotado a postura de assumir uma responsabilidade do INSS nos CRAS. Então a gente precisa fazer essa reflexão. Salinas eu vou relatar brevemente uma experiência que nós tivemos. No momento em que os vereadores chamaram o INSS para conversar, eles apresentaram uma nota como algo sedutor, como a venda perfeita de um produto. Felizmente nós estávamos munidos de informação e imediatamente nos posicionamos contra. Então essa foi uma realidade de Salinas, mas eu fico me perguntando como que vai ser a realidade dos outros municípios. E, também, porque diversas vezes a gente se manifesta contra, mas aí a resistência é muito maior e às vezes acaba recuando. Então eu penso que é uma discussão fundamental, que a gente precisa realmente alinhar aqui junto do Conselho, para não prejuízo dar ainda mais o Sistema Único de Assistência Social. Então essa é a minha pontuação. Janaína: Obrigada Gabriela. Próxima inscrição, Conselheira Ivone. Ivone: Aqui, sobre a questão da nota técnica também que eu também gostaria de dirimir posicionar. Na verdade, essa questão do INSS já é de longo prazo, de descentralizar, mas era um viés da assistência de facilitar o envio de documento dos idosos para requerer só o Benefício da Prestação Continuada. Era um acordo para que os municípios realmente assumissem, só que agora veio como se fechou o INSS e todos os serviços do INSS para os CRAS. E eu acho que tanto o COGEMAS, o Colegiado também está acumulando muita discussão a respeito dessa situação, através da CIT lá também. Eu acho que poderia também convidar o José Cruz como Presidente do COGEMAS, do COGEMAS Nacional para estar compondo também nessa discussão aqui no CEAS. Janaína: Obrigada Conselheira. Alguma consideração? Não? Podemos então dar encaminhamento? Então Não, não precisa não. Então Conselheiros. Então para que a gente consiga consolidar e encaminhamento para a votação, a proposta então é fazer o aprofundamento da, estão todos aqui? Fazer o aprofundamento da nota técnica do INSS, convidar Sandra do CMAS, convidar José Cruz, COGEMAS e também um representante da Subsecretaria de Assistência para compor e a gente aprofundar essa discussão, tá? E podemos colocar 'demais atores' também? Porque aí a gente compõe a mesa também conforme for a necessidade, tudo bem? Isso, Defensoria Pública, todos os atores, Ministério Público, todos os atores que são afetos e necessários para compor a mesa, tudo bem? Daniel. Abrir rapidamente, porque são 16 horas e eu vou trazer também um ponto de encaminhamento para vocês, tá bom? Daniela: Então, eu gostaria até de suplementar aí essa atribuição dessa informação para que ter representação dos usuários também. Porque uma vez que embate no serviço que é destinado ao usuário do SUAS, impacta ao SUAS, é necessário a participação do usuário nessa mesa de reunião, entendeu? Aí se for possível até gostaria de sugerir um nome que seria muito assim proposto pelos usuários, que representa bem os usuários para apreciação na plenária se é possível essa aprovação. Janaína: Qual o nome Conselheiro? Daniel: Que seria o Samuel Rodrigues. Presidente: Samuel Rodrigues. Então sugestão incluída como encaminhamento. Então vamos seguir para votação Conselheiros? Conselheiros que estão a favor desses pontos de encaminhamento, votos favoráveis? Podem abaixar obrigada. Votos contrários? Abstenções? Aprovado. Vou falar do horário. Conselheiros, são 16 horas, vocês estão notando também um aumento da movimentação. A gente está mesmo na... a cidade já está se preparando para o carnaval e o trânsito responde nessa medida. A nossa proposta é, são 16:10, a gente concluir até as 17:10. Estão todos de acordo? Porque aí a gente dá seguimento nos pontos de comissão, prioriza

isso para finalizar o dia. O que for informe não precisa apresentar, a gente encaminha para vocês também por e-mail, para que a gente consiga otimizar o tempo aqui precioso de todos os Conselheiros, tá bom? Então concluímos com... Qual que é a próxima comissão? Concluímos com política então, Cristiano? Cristiano: Só para finalizar então, a gente tem aqui na sequência dos pontos que foram discutidos ontem, várias denúncias que tem chegado para o CEAS, como é de costume, a gente é comissão e faz isso muito, analisa denúncias que chegam. A gente em cerca de 10 atualmente mais ou menos que estão em análise e aí como informe geral, a gente tomou, um dos encaminhamentos é retomar os contatos com os conselhos municipais e aí a gente tem um ponto de atenção importante que a gente discutiu ontem lá que é o fato de que muitos ofícios encaminhados pelo CEAS a determinados conselhos municipais, a gente não obtém resposta. Então é preciso que a Secretaria Executiva fique ligando para o município para ver se o município vai responder o ofício, ou se não vai responder, como é que está a situação. Então esse é um ponto de atenção e uma das coisas que a gente discutiu lá também é fazer um levantamento de quais municípios tem essa prática recorrente, que é não responder aos ofícios que são encaminhados pelo CEAS aos conselhos municipais. Até para a gente também pensar outras medidas, o quê que pode ser feito também. Então no geral em relação às denúncias, a gente fez essa discussão e os encaminhamentos são contatos com os municípios, solicitações de apoio técnico para a SEDESE, para também contato com o município, no caso de denúncias. Então no geral é isso, obrigado. Ah tá. A gente tem três ofícios aqui que precisam ser encaminhados para municípios, para reiterar a necessidade de resposta dos municípios, você consegue identificar quais são os três aí Aldemira? Oi. Fala. Ariadna: E entre essas denúncias também algumas a gente pede a Comissão de Apoio que dê uma força, um apoio maior aos municípios, que está sendo preciso. Foi um ponto que nós levantamos, vamos precisar muito da Comissão de Apoio para estar ali reforçando com os municípios. Cristiano: E aí a gente tem como ponto então final de encaminhamento o envio de alguns ofícios que é um ofício para o Município de Itabirito solicitando ao conselho municipal lá informações a respeito do caso que chegou até a comissão de uma denúncia, um ofício à SUBAS em relação ao Município de São Gonçalo de Minas que é também em relação a alguns dados socioassistenciais do RMA e do censo SUAS e ofício também ao Conselho Municipal lá do Município de São Gonçalo de Minas e ofício ao Conselho Municipal de Ubá, também solicitando informações com base também e também um ofício para a SUBAS solicitando informações sobre a oferta dos serviços lá em Ubá. Então são esses. Uberlândia também, um envio de ofício também para a SUBAS, solicitando informações a respeito da média complexidade no Município de Uberlândia. Ofício a Guanhães, solicitando ao Conselho Municipal informações sobre proteção básica e CADÚNICO. Ofício a Fortaleza de Minas reiterando a necessidade de resposta de ofício que já foi enviado e não teve resposta. E Coromandel, sobre benefícios eventuais que é uma denúncia também solicitando informações a respeito disso. Então são esses. E Carangola, envio de ofício também. Eu não vou ler todas as denúncias, estou indo aqui bem no geral porque são 10 denúncias e cada uma daria 03 dias aqui de discussão. Então está, é isso, obrigado. Janaína: Obrigada Conselheiro. Então Conselheira. Gabriela: Gente, eu só queria oficializar e manifestar que a minha decisão de trocar de comissão, deixar os meninos lá da Comissão de Normas e para a Comissão de Política. Eu gostaria de deixar registrado. Janaína: Bem vindos, exato. Conselheiro, pensa assim, nós do Conselho e aí a gente pensa junto, tá bom? Conselho é uno. Então só retomando a questão de ordem. Vamos então dar seguimento aos pontos trazidos pelo Conselheiro Cristiano pela Comissão de Política que é encaminhamento dos ofícios, então todos os Conselheiros, então a gente abre para votação. Os Conselheiros que estão a favor dos ofícios serem encaminhados? Podem abaixar. Votos contrários. Abstenções. Aprovado com unanimidade. Então próxima comissão, podemos seguir então, Comissão de Apoio? Perfeito. Então seguindo então o ponto dos novos coordenadores, Haiandra como coordenadora da Comissão de Apoio, Haiandra, muito bem vinda e a palavra está com você. Haiandra: Apresentação da nossa Comissão de Apoio, Damião Braz. Os componentes da nossa

comissão é o Damião Braz que é o Irajá, não esteve presente. O Daniel Santos da Cruz, a Denise Vilela Silva, o Domingos Sávio de Araújo, Haiandra Pereira de Oliveira, a Isaura dos Santos Lopes, Márcio Alves Evangelista e a Rosália Aparecida Martins que também não esteve presente. O primeiro ponto que nós conversamos foi sobre a eleição da coordenação da Comissão de Apoio e ficou Haiandra Pereira de Oliveira como coordenadora e o Daniel Santos da Cruz como adjunto. O segundo ponto da comissão foi sobre o acórdão do TCU, o 2404/2017 que faz algumas observâncias aos Conselhos. Uma das observâncias é a paridade na composição dos conselhos, sociedade civil e governo. A outra é com relação a instituição e o funcionamento do Conselho que é o famoso CPF, Conselho, Plano e Fundo e também que avalie a proporcionalidade da composição dos conselhos que é entidade, sociedade civil e trabalhadores. Nós tivemos a apresentação de uma representante da SEDESE, ela fez algumas explanações com relação a alguns dados e dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, apenas 09 municípios já está em andamento também esses 09 que ainda falta apresentar o Plano Municipal de Assistência Social. Então nós temos uma parcela aí muito pequenininha com relação ao déficit de apresentar o plano municipal. E com relação a paridade entre Governo e sociedade civil, o censo também apresentou que o número de conselhos municipais que não são paritários deram 70 conselhos e 30 não preencheram o censo SUAS 2019. Então a gente fez uma somatória, uma base que talvez 100 municípios dos 853 municípios ainda não apresentam essa paridade. Então o quê que nós fizemos assim e conversamos sobre o encaminhamento acerca dessa situação? Utilizar as reuniões das URCMAS para orientar e conscientizar sobre o acórdão e outras legislações pertinentes. Identificar as regiões de maior dificuldade e trabalhar por grupos com videoconferências, Conselheiros de referência da região, diretorias regionais e uma força-tarefa para atingir os municípios com pendências nos conselhos. Solicitar apoio ao COGEMAS para divulgar a informação. Oficiar o Conselho Nacional de Assistência Social questionando quanto a orientação de 10 membros para a composição do CMAS que dificulta a proporcionalidade e solicitar parecer quanto à questão específica do CEAS que possui em sua composição os representantes do Conselho Municipal de Assistência Social. Só uma observação que esse acórdão ele coloca que se não houver o cumprimento dessas observâncias, haverá suspensão de recursos. Então por isso que a gente vai tentar fazer essa força-tarefa para reduzir, considerar que a gente consegue chegar até o zero de municípios que dos 853 nós já tivemos um bom andamento nessas duas questões. O ponto 03. Oi? Alguém? Pode passar para o ponto 03, fazer uma observação. A diretora do IDG-SUAS, a Rose. Janaína: Só para a gente otimizar o tempo. Conselheiros, perdão Haiandra. Só para a gente otimizar o tempo, a proposta fazer a relatoria completa e depois a gente abre para discussão, tudo bem? Haiandra: E a Paula fez uma observação importante, que o cumprimento dessas exigências já está valendo, então na verdade já tem municípios que já houve a suspensão desde janeiro dos recursos. Isso. Pode passar para o ponto 03? Nós recebemos uma denúncia sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Município de Pavão e aí tem alguns pontos que fala da falta de regularidade nas reuniões, a quantidade de reuniões em 2017 que foram apenas três reuniões. Que não houve a apreciação do Conselho de matérias de sua competência como demonstrativo físico financeiro, plano de serviço e prestação de contas e plano de ação de assistência social, informa outras irregularidades no preenchimento do SUAS WEB. E também a lei da criação do Conselho é datada de 1995 e encontra-se desatualizada. Diante desse ponto, a comissão realiza fazer os seguintes encaminhamentos: Oficiar ao município solicitando as atas que seria cópia digitalizada do livro de ata em sequência cronológica e numérica e o Regimento Interno do Conselho. Oficiar a SEDESE para as devidas orientações, a gestão quanto aos papéis de cada representação e convidar para atendimento no CEAS, se possível junto com outro município. O ponto 04 que vem colocar sobre a questão do planejamento da Comissão de Apoio. Nós tivemos outras pautas inseridas nessa comissão, mas diante do espaço de tempo, nós achamos que elas devem ser novamente conversadas. Então o tempo para planejamento da comissão ficou um pouco curto. Nós vamos colocar aqui, mas pode sofrer

algumas alterações. Dar continuidade aos atendimentos presenciais no CEAS em dia anterior às reuniões de comissões. Então por enquanto só esses pontos. Consolação: É só uma proposta porque a gente está pensando em fazer o consolidado do planejamento de todas as comissões e passar porque o planejamento vai ter que somar as comissões e passar pela plenária, por causa do avançado da hora, todo mundo viu o planejamento e a gente consolida e já aprova na próxima do CEAS pode ser? Haiandra: Ok. Consolação: É orçamento, é política, todos eles juntos. Haiandra: Último ponto aqui é o ponto 05 que vai tratar de algumas solicitações de capacitações. O Município de Diamantina solicitou uma capacitação *in loco* porque eles estão executando, planejando um evento então conta com a participação de um Conselheiro. E o Município de Araçuaí solicita capacitação para Conselheiros. Esse último município a gente propõe que a capacitação pode ser por videoconferência ou talvez a presença do Conselheiro Sávio nesse município e o Município de Diamantina como sugestão de disponibilidade será o Daniel, Márcio a Isaura ou o Sávio, mas essa data que o Conselho solicitou, ela vai ser revista porque não dá tempo, está muito para o mês de março, então não tem como isso acontecer no momento. É isso, muito obrigada. Janaína: Obrigada Conselheira. Então aberto para discussão. A gente tem a primeira inscrição da Gabriela. Gabriela: A proposta no ponto 02 que vai ser discutido a questão da proporcionalidade dos conselhos, para que essa também seja uma discussão junto com a Comissão de Normas. Olha eu levando problema para a Normas, olha. Mas é porque já está no planejamento de normas a discussão da Lei 12262/96. Então aí fica como sugestão de fazer essa discussão de forma conjunta. Janaína: Obrigada Gabriela. Agora Gabriele. Gabriele Silva, SEDESE: É só complementando o relato da Haiandra. Eu não participei da comissão, mas a Rose que é diretora de gestão do SUAS lá da SEDESE participou. E aí só para trazer que as recomendações do TCU, do acórdão do TCU já se materializaram em normativa. Então a gente tem a Portaria 109 de 22 de janeiro de 2020 que já condicionou os repasses ao Conselho Plani-fundo, os municípios sem plano já foram notificados desde o ano passado, já foram, já tiveram os recursos de janeiro bloqueados. Então são 09 municípios. No caso do Conselho, a questão da paridade, são 100 municípios em Minas Gerais pendentes e aí o bloqueio para o Conselho e para o fundo passa a valer a partir de agosto. Então a gente teria até agosto para fazer essas ações. Só lembrar mesmo a questão da portaria. João Crisóstomo: Assim, eu queria só propor também aqui para a Comissão de Apoio é que se tivesse como fazer um levantamento dos municípios que estão ainda em situação de irregularidade, porque até hoje a gente fez denúncia do nosso próprio município para fazer uma correção e a briga e aí não resolve. Aí acaba prejudicando o usuário do serviço porque depois a perda de recursos vai desaguar é nas costas dos coitados e, principalmente, da própria gestão. O que eu não entendo é porque que não muda o trem em tempo hábil. Aí a gente está propondo para a comissão tomar providências. Janaína: Obrigada Conselheiro. Próxima inscrição, Daniel. Daniel: Então a respeito disso, Senhor Conselheiro Crisóstomo, não é? É Crisóstomo. Então, nós da comissão a gente já tem já as cidades que ainda faltam que são acredito que são 10 municípios, 09? Já estão relacionados ali onde que Santa Luzia, por ser metrópole, é o caso que está dando mais dor de cabeça para a gente de querer entender essa demora na viabilização dessa documentação do censo, certo? Mas que a gente já está atento a esses municípios, tanto que a gente está como iniciou a parte do nosso trabalho de comissão ontem, é um pouco que exigir muito até mesmo para que a gente possa entender, a gente vai demandar de um pouco mais de tempo. Mas que a gente já está com esses nomes dessas cidades. A gente já vai estar fazendo os encaminhamentos devidos e mostrar para eles que é necessário sim para seja zerado esse déficit, desculpa, de municípios que ainda estão faltando esta documentação. Janaína: Obrigada Daniel. Vamos seguir então ao encaminhamento, não é? Então Sávio. Domingos Sávio: A gente tratou de mais algumas coisas também. Por exemplo, tem, a gente pediu a relação de todas as cidades às sub-regiões do Estado, que são 22. 22 possibilidades de formação de estruturas de Conselhos Municipais de Assistência social. É lógico, a gente tem que trabalhar grande. Isso é uma deliberação importante, não da última conferência, mas da penúltima que dizia

que é para a estruturação das uniões de conselhos, assim como estruturação dos fóruns de entidades, fóruns de trabalhadores e fóruns de usuários de cada município. A empreitada é grande, mas a gente tem que pelo menos começar. Então a ideia seria que seja sinalizado para o grupo nosso uma cidade chave de cada sub-região dessas. E a gente tentaria no primeiro ano, pelo menos umas 08 reuniões, mas já ir para a reunião. A gente articularia daqui mesmo, que as pessoas articulassem com os municípios para uma primeira reunião da união dos conselhos. Aí a gente teria uma pauta naturalmente, um de nós iria e a gente ia desenvolver uma pauta e ia convencê-los aqui a importância daquela reunião ser realizada em um mês, todo mês. A gente sabe como convencê-los, essa união de conselhos é fundamental para fortalecer os Conselhos Municipais de Assistência social. É fundamental. E para a nossa organização, que ela se dá dessa forma, criando núcleos de discussões, fóruns dos trabalhadores, fóruns de usuários, fóruns de entidades, é só assim que a gente vai estar garantindo na verdade, complementando o que o José Cruz disse aqui do ponto de vista da materialização e do fortalecimento do SUAS tem que passar por isso aí. Então e também, por exemplo, analisando algumas denúncias que coube a essa comissão, tipo responsabilidades que o conselho teria que assumir, as denúncias nossas são mais ou menos desse tipo. É de mal funcionamento de conselho ou então alguma atribuição que conselho teria que estar assumindo. A gente aproveitaria também essas cidades e não iria ir lá à toa para resolver esse tipo de problema? Também. Mas já insinuando a formação da união dos conselhos lá também. Ia ficar caro para o município que fizer alguma denúncia aqui, vai ficar caro para ele, porque vai ter que fazer um monte de coisas que a gente vai querer que ela faça, inclusive, participar dessa organização da união dos conselhos. Então a gente quer transformar um trabalho e não esquecer de forma alguma desse intuito principal dessa comissão que é fazer com que funcione a união dos conselhos das diversas regiões do Estado. Janaína: Excelentes pontos, obrigada pelas considerações Conselheiro. Próxima inscrição, Hermellis. Hermellis, me perdoe. Hermellis: Pode ser Hermellis também, não tem, mas é Hérmellis. É até de encontro a isso que o Sávio falou, quando eu assumi aqui com os demais Conselheiros em dezembro como Conselheiro estadual e como participei muito na Comissão de Apoio aos conselhos na outra gestão dessa articulação da URCMAS em janeiro, eu comecei a articular a minha microrregional. Eu pertencço a URCMAS da Centro Oeste de Divinópolis que é a 07 e lá é dividido em 04 micros. Campo Belo é a sede da Micro da URCMAS da Região de Divinópolis. Então em janeiro eu já comecei a fazer essa articulação junto aos presidentes dos conselhos dos 07 municípios que pertencem a micro, me propondo inclusive a ir nas reuniões da região lá, do CMAS para mobilizar os conselhos para daqui a uns 04, 05 meses até o meio do ano, fazer esse encontro da micro lá em Campo Belo. Aí das 07 cidades eu coloquei, me responderam só 04 até agora mesmo porque foi em janeiro, eles estavam voltando, muitos conselhos não tinham reunião e aí a partir agora de março eu continuo fazendo isso. Então é só uma atitude de contribuição que eu já estou indo de encontro a isso aí mesmo, tá? Então contribuindo já com o que vocês estão planejando também. Janaína: Obrigada Conselheiro. A Haiandra e aí a gente conclui na Haiandra para dar seguimento. Haiandra: Apesar que vai ter assim um aumento do planejamento para expor em outro momento, que eu acho que uma informação muito importante que eu tentei sugerir e a comissão acatou, é com relação da gente priorizar, organizar ou verificar se já tem essa URCMAS no setor, nos municípios onde está sendo contemplado com o projeto, o programa Percursos Gerais, Trajetórias para a Autonomia, que são 70 municípios que tem o IDH abaixo da média. Então eu acho que se a gente também tentar priorizar esses municípios e fomentar que esses conselhos voltem a se articular e se unir em URCMAS eu acho que vai ser muito positivo para essas regiões. Janaína: Perfeito Haiandra, obrigada. Podemos então seguir com a votação Conselheiros? João Crisóstomo: Haiandra, o que eu perguntei é se vocês já têm uma relação desses municípios que não estão com os conselhos compostos da forma que a lei determina. Se tem, com a paridade, só isso, tem? Haiandra: Sim, nós temos inclusive é o censo que eu esqueci o nome, Rose, passou para a gente dá um quantitativo de 100 município, mas a gente acredita que é menos. Mas a

gente tem a relação desses municípios e essa força-tarefa que a gente propôs em parceria como COGEMAS, justamente para gente fazer esse contato com esses municípios, Conselheiros e o CEAS para poder começar a conversar e orientar. Janaína: Perfeito Haiandra. Obrigada. Podemos seguir então com a votação Conselheiros? Então está aberta a votação. Conselheiros a favor dos encaminhamentos apresentados pela Comissão de Apoio, por favor levantem. Conselheiros a favor. Obrigada, podem abaixar. Votos contrários. Abstenções. Aprovado com unanimidade. Então próximo ponto de pauta, Comissão de Normas, coordenador e Conselheiro Márcio, por favor. Márcio Caldeira: Boa tarde a todos. Nós vamos ser bem objetivos para a gente ficar dentro do teto que foi proposto, OK. Eu acredito que a gente vai conseguir alcançar essa discussão. Então a Comissão de Normas se reuniu ontem, tivemos a presença dos Conselheiros, das Conselheiras Cynthia de Oliveira, da SEAPA, da Gabriela de Almeida do FORTSUAS, Regional Salinas, do Jaime Alvino da SEDESE, do Lucas Ribeiro da Sociedade São Vicente de Paula e eu da ASSPROM e informo também que a Cynthia de Oliveira por uma questão de agenda não está presente neste momento no Conselho. Bom, dando seguimento aos pontos de pauta da Comissão de Normas, nós temos o ponto 01 aqui que é a gente deve remeter para a próxima plenária uma vez que ele se refere ao planejamento do CEAS. Como já foi colocado aqui vai haver um consolidado de todo o planejamento para apresentar na próxima plenária, ok? Então a gente já avança já para o ponto número 02. Bom. O ponto número 02 trata da avaliação de relatório final de pós-geração de energia da PCH-Jacaré. Bom, a PCH-Jacaré, que é Pequena Central Hidrelétrica Jacaré, instalada entre os Municípios de Dores de Guanhões e Senhora do Porto, o PAS/Barragem foi aprovado por meio da Resolução do CEAS 136 de 09 de fevereiro de 2007, instalado desde 14 de março de 2012 na sede urbana do Município de Dores de Guanhões em posto de atendimento social que é o posto inicia suas atividades operacionais imediatamente após o recebimento do alvará de funcionamento fornecido pela municipalidade local, que é o artigo 6º da Resolução do CEAS 498/2014. E a comprovação da implantação do PAS/Barragem pelo CEAS ocorreu por meio da Resolução número 514/2015 de 05 de maio de 2015. Então há o relato apresentado. De acordo com os documentos avaliados pelo CEAS durante a análise dos relatório de implementação do PAS/Barragem de 2015, com vistas a obtenção da Licença de Operação junto ao órgão ambiental, todas as ações propostas do PAS/Barragem da PCH-Jacaré foram cumpridas pelo empreendedor, quais sejam: garantia da disponibilização do processo de negociação; a escritura da propriedade no nome do atingido, a proposta de instalação do posto de atendimento social do Município de Dores de Guanhões composto de equipe multidisciplinar, programa de comunicação social, programa de negociação de terras e benfeitorias, programa de mobilização e desmobilização de mão de obra e projeto de monitoramento socioeconômico conforme determinava à época a Resolução 131/2007 que dispunha sobre a elaboração de planos de assistência social – PAS para áreas atingidas por construções de barragem. Houve visita local aos atingidos pelo técnico e emissão de Parecer positivo também pelo Conselheiro Relator avaliou positivamente a implantação do PAS/Barragem conforme relatoria apresentada na 199ª plenária ordinária do CEAS, ocorrida em 17 de abril de 2015. Bem, conforme determina a Resolução do CEAS 681/2019 no artigo 7º que dispõe sobre o Conselho Municipal como órgão de controle social local deverá acompanhar e fiscalizar sem qualquer tipo de negociação, intermediação, implantação de PAS-Barragem. O CEAS solicitou aos Conselhos municipais de Dores de Guanhões e de Senhora do Porto a emissão de Parecer relativo à comprovação da implantação do PAS/Barragem pós geração de energia. As respostas do Conselho de Dores de Guanhões, conforme o e-mail datado em 06 de dezembro de 2019 anexo ao processo, o Conselho municipal de Dores de Guanhões aprovaram as ações relacionadas no relatório e informaram que houveram atividades conjuntas com o CRAS com o Conselho Municipal de Assistência Social, Secretaria de Saúde, escolas do município. Que não houve nenhuma intercorrência a ser destacada, sendo considerada satisfatória as ações desenvolvidas pelo posto de atendimento social do PAS da PCH-Jacaré. O Conselho Municipal de Senhora do Porto,

conforme a ata da 100ª reunião do Conselho de Senhora do Porto ocorrida no dia 11 de dezembro de 2019, foi aprovado o encerramento das atividades do posto de atendimento social após leitura do relatório consolidado após geração de energia. Bom. A partir dessas leituras dos relatórios apresentados pelos conselhos municipais, a comissão ao ler todo o Parecer e o encaminhamento apresenta o encaminhamento aqui para a plenária, que: A partir do analisado no relatório, os Pareceres dos Conselhos Municipais de Assistência Social de Dores de Guanhães e Senhora do Porto constatou-se que as ações desenvolvidas pós geração de energia foram concluídas, não havendo impactos na comunidade ou pendências, podendo assim encerrar as atividades do posto de atendimento social. Este é o encaminhamento da comissão para este ponto. Janaína: Podemos dar seguimento. Assim como a gente fez com o Apoio e depois a gente abre para discussão, tá bom? Márcio Caldeira: Perfeito. Ponto número 03, seria o monitoramento dos encaminhamentos referentes a um processo de denúncia sobre a gestão de serviços em Juiz de Fora. Bom, é importante colocar um histórico aqui para os demais Conselheiros, que é importante a gente fazer essa retrospectiva, principalmente os Conselheiros que estão chegando agora no Conselho. O histórico do processo de avaliação do CEAS sobre a denúncia de serviços do PAIF E PAEF que estavam sendo desenvolvidos por entidades não governamentais do Município de Belo Horizonte, desculpe, do Município de Juiz de Fora. A Comissão de Normas apresentou encaminhamento sobre a denúncia de Juiz de Fora na 240ª plenária do CEAS que foi em 14 de dezembro de 2018, que considerou todo o exposto no processo, principalmente o arcabouço legal que dispõe sobre a oferta dos saudações constantes da Política Nacional de Assistência Social e orientações da assistência social que estabelece que a implementação do PAIF e do PAEF são de responsabilidade exclusiva da esfera estatal, serviços ofertados pelos equipamentos públicos respectivamente no CRAS e no CREAS. Ainda que a gestão e o Conselho Municipal do Município de Juiz de Fora se mostravam durante as reuniões interessados na adequação dos serviços em consonância com a legislação vigente. No entanto, que precisavam de tempo para o processo de correção. Buscando uma maneira para minimizar o risco da desassistência dos usuários já existentes noutros serviços que estão sendo terceirizados, foi aprovado no CEAS que o CEAS orientasse o Conselho Municipal de Juiz de Fora que deliberasse por uma Resolução que aprovaria critério, prazos e procedimentos para a transição entre ações da entidade, AMAC para a Secretaria de Assistência Social, sobre a supervisão do Ministério Público e que a mesma Resolução revogasse a Resolução 57/2017 do Conselho Municipal de Juiz de Fora que dispunha, que dispõe sobre o deferimento das ofertas socioassistenciais da entidade Associação Municipal de Apoio Comunitário – AMAC. Ainda orientou o Conselho Municipal que enviasse ao Ministério Público solicitação para apurar as irregularidades e as responsabilidades da situação de Juiz de Fora e no ofício a ser encaminhado colocasse o CEAS à disposição para acompanhar ainda o processo de transição em Juiz de Fora. O CEAS encaminhou ofício ao Conselho de Juiz de Fora orientando o município e solicitando informações sobre a resolução do processo. Em 30 de dezembro o Conselho de Juiz de Fora respondeu ao CEAS informando por meio de ofício número 399/2019 sobre as providências tomadas no Município de Juiz de Fora para execução direta dos serviços nos equipamentos públicos estaduais. Ainda informa que o deferimento das ofertas socioassistenciais da Associação Municipal de Apoio Comunitário – AMAC em sua plenária de 19 de dezembro, conforme Resolução 75, anexo ao ofício também revogou a Resolução número 57/2017. Nesse mesmo ofício, no mesmo ofício o Conselho Municipal de Juiz de Fora informa sobre a publicação da Resolução número 76/2019 em 24 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o reconhecimento da execução indireta dos serviços dos equipamentos públicos estaduais do Município de Juiz de Fora e delibera a necessidade de transição para a execução direta da Secretaria de Desenvolvimento Social conforme Termo de Ajustamento de Conduta – TAC do Ministério Público de Minas Gerais. Dado todo esse histórico, foi apresentada a Resolução do Conselho de Juiz de Fora, que é a número 76 e o encaminhamento da comissão é que a gente solicite um Parecer jurídico da SEDESE em relação a essa

Resolução número 75/2019 para que a comissão possa ter uma condição mais efetiva de estar dando um encaminhamento mais preciso sobre esse processo. É 76, aqui na Resolução está 75, é 76/2019. O encaminhamento solicitado a SEDESE, Parecer jurídico sobre a Resolução número 75/2019. Ok. Bom. Ponto número 04. Seria apresentação da Resolução conjunta do SEGOV e da Secretaria Geral e da Advocacia Geral do Estado número 01 de 30 de janeiro de 2020 que trata das normas eleitorais aplicáveis aos agentes públicos da administração pública direta e indireta. O Conselho, o CEAS já encaminhou para todos os Conselheiros a cópia dessa Resolução e que seria importante nesse momento aqui a gente estar explicitando as nossas, as vedações que essa Resolução conjunta impõe a nós Conselheiros como agentes públicos nesse momento do nosso mandato. Então seria importante que isso fosse clareado aqui para vocês. Eu peço ajuda até aqui ao nosso companheiro da Comissão de Normas que é o Lucas, se ele puder também contribuir nesse aspecto. Os Conselheiros gostariam que a gente exibisse a Resolução Conjunta? Lucas: Não precisa ler ela toda não. Na verdade, a minha sugestão é só mesmo fazer a leitura, porque são pontos muito específicos que vão ser adequados ao nosso cargo, que a gente, esse cargo que a gente ocupa, enquanto Conselheiro Estadual, que diz respeito ao artigo 3º que trata das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Isso é mais específico para a gente pelo seguinte, o nosso cargo ele equipara-se ao cargo de servidor público. Então a gente tem que estar sempre atento a esses quatro incisos que são muito específicos, que diz: Configura-se condutas proibidas nos termos dos incisos de I a IV do artigo 73 da Lei Federal 9504/97 que é o Código Eleitoral, ceder, usar em benefício de candidato, partido político ou coligação bens móveis ou imóveis pertencentes a administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal, dos territórios e dos Municípios ressalvada a realização de convenção partidária. 2º: Usar materiais ou serviços custeados pelos governos ou casas legislativas que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que os integram. 3º: Ceder servidor público ou empregado da administração pública direta ou indireta, federal estadual ou municipal do Poder Executivo ou usar de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação durante o horário do expediente norma, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado. Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público e o que mais especificamente eu quero chamar atenção para esse 4º inciso que é o que diz respeito mais diretamente a todos nós. E aí eu quero deixar claro que todas essas regras e todas essas previsões de vedações de ações de agentes públicos e que indiretamente nos atinge, ela é especificamente quando a gente faz uso do nosso cargo. Então fora do uso do cargo de Conselheiro Estadual essas ações, a gente tem que vislumbrar outra legislação e não essa. Mas, enquanto agentes públicos, indiretamente e agindo em nome do cargo, a gente tem que ter bastante cuidado e ressalva com relação a essas vedações, essas condutas vedadas e, principalmente, fazer permitir o uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação da distribuição gratuita de favores, distribuição de bens, serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público, principalmente isso que querendo ou não, é mais direcionado para a nossa atuação. Ah, a questão do prazo se alguém for se candidatar. Aí já entra a questão do Código Eleitoral que tem que ser vislumbrada a questão de desincompatibilização. E quando a gente trata de desincompatibilização, a gente tem que verificar jurisprudência consolidada dentro de cada tribunal de cada Estado. Aqui em Minas Gerais, o TRE de Minas já tem consolidado que o prazo mínimo de afastamento e de desincompatibilização é de 03 meses, não é? Principalmente para aquele que ocupa cargo de Conselheiro e o exemplo que a gente tem, que a jurisprudência foi consolidada foi com base ao Conselheiro Tutelar. Claro que está vinculado à outra coisa, mas a jurisprudência consolidada é um parâmetro a ser seguido pelos demais órgãos julgadores. 03 meses antes das eleições. A pergunta. A pessoa pode ser candidata e voltar para o cargo. Vai ser muito específico. O entendimento, a consolidação que se tem é do Conselheiro Tutelar que

ele é considerado diretamente servidor público. O nosso caso é diferente porque a gente não tem remuneração. Então o Conselheiro Tutelar ele é afastado e ele recebe seus proventos. Agora o nosso caso, deve ser feita uma consulta ao Tribunal para poder saber. Então quem tem a ideia de vislumbrar cargo eletivo nas eleições desse ano, é preciso se resguardar quanto a isso. Então eu aconselho que seja feita uma consulta ao TRE de Minas para poder saber o quê que é, pode ser feito se o afastamento e depois retorno o cargo ou a exoneração mesmo, abrir mão da cadeira. Márcio Caldeira: O próximo ponto Presidente, seria uma capacitação do PAS/Barragem e como a gente precisaria no mínimo aí de mais 40 minutos, a gente não tem um teto para. Então a gente vai remeter para a próxima plenária. Então a Comissão de Normas encerra a apresentação. Janaína: Obrigada pelas considerações Conselheiro Márcio, Conselheiro Lucas. Muito bem colocadas. Abrimos então para discussão. Temos a primeira inscrição da Joana, seguido da Ivone. Joana: Márcio, só em relação à questão do Parecer jurídico, não é? À procuradoria jurídica da SEDESE, o quê que acontece? Essa Resolução 75/2019 edital é uma resolução do CMAS de Juiz de Fora. Então a SEDESE como é um órgão, é um ente federativo diferente do município, ele não consegue sobre a legalidade ou ilegalidade de uma resolução deles. Então a procuradoria provavelmente não vai ter uma... conseguir exarar um Parecer de uma resolução que é de um outro ente federativo tendo em vista a autonomia dele de fazer as resoluções da forma que eles entendam, ou revogar, ou criar. Só que aí eu acho que, eu aconselho o seguinte, o CEAS mandar às vezes um ofício ou algum questionamento ou um ofício consecutórios dessa Resolução sobre alguma ilegalidade caso tenha ou não tenha, a Procuradoria Municipal de Juiz de Fora faz um Parecer jurídico sobre a Resolução do Conselho Municipal vinculada a ela e nos remete novamente. Só isso. Janaína: Obrigada. Obrigada Joana. Próxima Conselheira inscrita. Ivone: Também eu queria destacar dois pontos sobre o primeiro que é a questão das barragens. É assim, eu acho que a comissão trabalhou muito bem, fez toda essa interlocução, mas eu queria fazer uma reflexão e queria assim, ter uma pergunta. Eu sei que a lei trata mais das barragens, desses empreendimentos de barragem. Nós estamos vivendo no Estado de Minas Gerais agora a questão das torres, das implantações das torres da energia eólica. Que está atingindo 29 municípios. Que também Cordisburgo está dentro desses 29. Se a gente não consegue trazer para dentro dessa lei essa discussão, entendeu? Porque uma coisa é a lei que ampara implantação de barragens. Agora com essa discussão da energia, das antenas, nós somos 29 municípios de Minas que estamos sendo, que está impactando no trabalho social nas cidades. Por exemplo, meu município vai receber 600 trabalhadores. E não é só trabalhadores de Cordisburgo. Então a gente tem um galpão que vai, lá já não tem já nem uma casa mais. Já alugaram todas. Se precisar de uma casa lá não tem. Então o impacto social que isso vai trazer para o município e não é o meu. Já tem 29, 28 municípios aí que estão vivendo o mesmo impacto. Se isso não seria também um ponto de pauta para a gente discutir aqui. Porque nós estamos tentando via município discutir com a empresa. Mas o nosso eco é muito pequeno, diante do tamanho projeto de 29 cidades de uma mesma empresa. Então a gente sabe, nós fomos informados assim o que pode vir de legado para o município. O aumento de gravidez de adolescência, o aumento de doenças contagiosas. Então assim, muitos filhos vão ficar sem pai, muito complicado. Nós sabemos o quanto que isso vai custar para o município, apesar que abriu um grande leque de mão de obra que incluiu no município. Mas também vai trazer várias consequências sociais. Então se nessa brecha da lei não tem como a gente estudar uma forma e identificar esses 29 municípios para a gente estar fazendo uma discussão mais específica. Se outros municípios também estão preocupados com isso ou não porque lá em Cordisburgo a gente está preocupado sim, sabe? Talvez de ter um plano também, sabe? Igual tem o plano que a empresa tem que apresentar um plano de intervenção social e tal. Então essa seria a minha questão com relação a esse ponto. O segundo ponto é relacionado também as candidaturas. Eu acho que cada situação é uma situação dentro da lei eleitoral. Por exemplo, eu sei que como ordenador de despesa, a pessoa no caso de Secretário tem que afastar 06 meses antes, ordenador de despesa. O prefeito por exemplo tem que afastar 04,

porque ele não é ordenador de despesa. Então a Secretária, o Secretário, tem que afastar 06 meses. Então seria abril. Janaína: Obrigada Ivone. Próxima inscrição Hugo. Antônio Hugo: Olha só, em relação lá ao município, eu fico até satisfeito porque a Associação Municipal de Apoio Comunitário, a AMAC ela está fazendo todo o serviço lá dentro no município desde antes da Constituição de 88. E sempre houve muitas denúncias em relação a essa entidade, muitas tentativas de tirar o serviço. Estava conversando sobre serviço que ela presta para o município e quando chega agora quando a gente assume, vai lá para dentro do Conselho, uma das coisas que a gente, a nossa bandeira foi de estar revendo essa parceria da AMAC com o poder público do município e o nosso plano que como vocês viram, foi até comunicado aqui que a gente não tinha um plano, o CMAS lá do município. E eu fico até satisfeito. Claro que tem as imperfeições da gente ter conseguido levar isso a cabo, porque foram duas vezes que nós estivemos em Brasília, enquanto Conselho Municipal, e já tinha sido levantado isso para a gente e da segunda vez foi até o pessoal de Brasília. Me parece que teve até gente aqui do Conselho Estadual que esteve lá em Juiz de Fora. E a gente ainda colocou para eles, nós vamos trabalhar para que realmente a lei seja cumprida. Eu fico satisfeito, porque gente está conseguindo fazer isso, porque foi assinado esse TAC dia 31 de agosto. A coordenação dos CRAS, CREAS, aquela coisa toda, fica tudo na mão da administração e eles pediram mais um tempo, porque eles estão seguindo a 13 e a 19, para poder não atrapalhar os serviços. E os demais profissionais eles pedem até 05 anos que vai dar 2022 para que 100% do serviço lá no município ele passe a ser administrado pelo poder público do município. Aí eu só gostaria de saber quando você fala da Resolução 75, eu queria ter acesso, porque eu não vi ali apontando ela não, por isso que eu te falei aqui, você até me desculpa. O quê que vocês estão apontando de irregularidade, porque de repente a gente pode chegar lá, estar comunicando, conversando, poder estar tentando sanar alguma coisa. Janaína: Obrigada Hugo. Márcio Caldeira: Conselheiro Hugo, não se trata de observar alguma irregularidade na Resolução. O que a Comissão sentiu foi uma grande dificuldade de fazer uma interpretação da forma como a Resolução está detalhando e descrevendo os serviços que são deferidos lá. Por isso que a gente solicitaria um Parecer em relação a isso, dessa adequação. A gente aqui não apontou nenhum processo de que está irregular ou não. Justamente por essa dificuldade da interpretação do instrumento. Por isso que a gente pediu um Parecer nesse sentido, ok? Janaína: Obrigada Márcio. Márcio Caldeira: Com relação a um posicionamento da Conselheira Ivone, a Comissão de Normas também está debruçando na lei de barragens que está em tramitação na Assembleia Legislativa. E nós temos lá um Substitutivo II de todo esse processo, que ele é muito denso nesse aspecto. Que ele amplia bastante a discussão e talvez seja o momento oportuno da gente tentar influenciar nessa discussão, a inclusão de situações como essa e não só apenas a situação da exploração da energia eólica, mas a gente também tem situações específicas relacionadas a canaviais, a plantação de eucaliptos, que a grande tem grande monta de trabalhadores, fluxos migratórios e etc. Então do ponto de vista da segurança de direitos, são questões que a gente poderia estar influenciando, mas eu acho que a gente precisa fazer um recorte bem claro para a gente não misturar legislações e misturar matérias para esse enfrentamento, ok? Janaína: Obrigada Conselheiro. Próxima inscrição Consolação. Consolação: Querendo complementar um pouco Márcio, Ivone. A lei ela fala assim, essa nossa lei específica, o Márcio já falou um caminho, mas a gente também tem uma outra via que a lei fala não, sem prejudicar as outras, vou falar na linguagem bem, sem prejudicar as outras competências do Conselho. A gente já discutiu isso aqui dentro no sentido de que como órgão de controle social aonde houver violação de direitos, é dever do Conselho manifestar, pedir esclarecimento, mandar a prefeitura, mandar, entendeu? Até para a empresa e pedir olha, você, nós somos o órgão de controle social do Estado, e a gente identifica que essas ações estão levando a isso. Então o quê que a gente? Então tem que definir a forma da atuação. Esse, inclusive, é o meu entendimento como a gente já discutiu, não é Márcio? Vezes isso aqui eu acho que a gente pode já adiantar, por exemplo, para esses municípios, que o que você traz é muito sério e falar nessa perspectiva do controle

social, como órgão de controle social nós queremos saber isso e orientar inclusive o quê que eles têm que fazer. E fala, a exemplo da lei que a Conselheira apresenta, isso é uma sugestão para fazer para que não deixe nenhum tipo de mazela. O Conselho está à disposição inclusive para ajudar aqui para que não haja violação, de explicar a forma, nós temos a experiência, falar da expertise dele entendeu? Então a gente pode fazer essas provocações que pode acatar ou não, mas ele vai, todo mundo vai estar percebendo também que o Conselho está acompanhando e em último caso, o acionador do Ministério Público, caso haja uma violação de direitos, ok? Ivone: Porque assim, a empresa tem todo o *know-how* de ir para lá para fazer isso com os trabalhadores. Eles têm todo um, faz uma formação, explica como que o trabalhador deve comportar na cidade e tal e tal. O que eu acho que falha é a prevenção com os nossos usuários, entendeu? Que não tem, a empresa não vai preocupar com os nossos usuários e acarretar isso em cima da equipe técnica que é mínima dentro do CRAS, é muito porque você tem que fazer, tipo assim, é um ano e meio que a empresa vai ficar, quer dizer, você tem que fazer isso uns 06 meses antes. Para prevenir, para não chegar lá no final e ter a situação mais complicada, não é? Janaína: Então a última inscrição, Márcio. Márcio: Para ser bem objetivo. Eu acho que a gente pode implementar uma ação específica nos 29 municípios no formato que foi feito para os municípios atingidos em Brumadinho. A gente trabalhou a perspectiva de garantia e defesa de direitos na ação do controle social. Seria ação do controle social. Então a gente já tem uma expertise aqui que a gente deveria fazer essa adaptação a essa realidade. 'O que o controle social deve observar em situações de:' Então e porque a construção que foi feita aqui no Conselho é justamente implicar o controle social, a gestão e o empreendedor nesses impactos no município. Eu acho que a gente tem a expertise e a gente pode levar para esses 29 municípios aí. A gente precisa, quem são esses 29 municípios? A gente ter essa informação para a gente começar a mapear. Janaína: Obrigada Márcio. Podemos então Conselheiros seguir com a votação, abrir para a votação em relação aos pontos encaminhados pela Comissão de Normas? Então Conselheiros que estão, votam favoráveis aos pontos trazidos pela Comissão de Normas, votação a favor? Podem abaixar, obrigada. Votos contrários? Abstenções? Aprovado por unanimidade. Então são agora, isso. São agora 17:08. Então para que a gente possa concluir a pauta tem dois pontos solicitados pelos Conselheiros como adesão de ponto de pauta que são os encaminhamentos do FETSUAS e a proposta da Comissão de Orçamento para a composição de apoio da ex-Conselheira Juanita. E um terceiro, em uma terceira inclusão de pontos de pauta, a do Daniel. Tudo bem? Podemos consensuar então esses três pontos para a gente concluir a plenária de hoje? Então eu passo a palavra para a Luanda. Luanda: Eu vou aproveitar e fazer a defesa dos dois pontos de inclusão que o Lucas fez e do FET. Bom, do FET a gente já falou aqui que a gente tem esses problemas de financiamento, por ser um fórum e a gente tem a previsão regimental do FET de fazer duas plenárias anuais. E a gente esbarra no problema de, somos 853 municípios, como que a gente tem a representatividade de uma plenária do FET para poder garantir e dar credibilidade a essa plenária. Pensando nisso, a gente faz uma proposta aqui para o Conselho da gente fazer uma plenária e aí com o subsídio e ajuda da SEDESE via Uai Tech e aí a gente, a gente tem a previsão de duas, então uma plenária via Uai Tech muito em função também de que a gente está precisando renovar as representações do NEEP, do Núcleo de Educação Permanente, a gente precisa votar isso em plenária do Fetaemg. Então a gente precisa já fazer essa plenária já mais rapidamente e aí ela, a gente propõe fazer via Uai Tech com esse apoio técnico administrativo lá das questões digitais do Uai Tech. E a segunda plenária a gente solicita esse subsídio financeiro mesmo, para as representações dos FORTSUAS estarem presentes nessa plenária presencial que pode ser aí no segundo semestre do ano. Essa é a primeira solicitação. A segunda que a gente esbarra em uma questão de por ser descentralizado, os documentos do FET se perdem. A gente vai mudando a Secretária Executiva do FET, as pessoas vão levando junto as atas. As listas de presença e a gente vai ficando sem acesso, a gente que está chegando vai ficando sem acesso a esses documentos. Então a gente deliberou que esse documento precisa ficar em

local público de fácil acesso também para os outros trabalhadores e nada melhor de solicitar ao CEAS para guardar esses documentos para nós. Então nós temos aí um compilado de atas, de listas de presença, das nossas plenárias, das nossas reuniões de coordenação e a gente gostaria de poder guardá-los, arquivá-los aqui no CEAS. Se isso for possível, essas são as duas solicitações do FET. Ah sim, Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS. E aí o FET ele é composto por todos os trabalhadores do SUAS do Estado. A coordenação do FET, a gente elege em plenária. A gente renovou a coordenação na última conferência, então a gente está com uma coordenação nova no FET composta pelos FORTSUAS que são os Fóruns Regionais de Trabalhadores do SUAS e pelos FMTs que são os fóruns municipais de trabalhadores do SUAS. Então a gente tem um movimento aí articulado de trabalhadores, mas que se desarticula em função do financiamento. É isso. vai votar isso e aí depois? Pode, esse ponto ele vai entrar em votação agora? Então tá, joia, discussão então. Janaína: Vamos então fazer esse esforço de abrir para discussão breve, considerações rápidas para então a gente já seguir para a votação, tudo bem? Então primeira inscrição Haiandra, seguida de Hugo, Ivone. Podemos fechar nessas três? Tudo bem? Haiandra: A minha colocação é para pedir apoio do FET e do CEAS porque a regional de Teófilo Otoni, nós estamos desprovidos de um Uai Tech em funcionamento. Então a gente acredita que essas capacitações, essas conferências via videoconferências são extremamente importantes. Nós moramos muito distantes de Belo Horizonte, a viagem custa um valor muito alto presente recurso gente, diária, alimentação, transporte. É um pouco cansativo. Então as videoconferências via Uai Tech são importantíssimas e a gente consegue participar, consegue em tempo real ali esclarecer as nossas dúvidas. Então pedir o apoio do CEAS para que, do CEAS e do FET para que isso seja colocado em discussão, porque, por exemplo, Novo Oriente de Minas se desloca a Malacacheta para participar que é o polo mais próximo, mas a gente tem que sair 04 horas da manhã e retornar para casa quase 08 horas da noite para chegar em casa. Então é distante e eu acho excelente as videoconferências pela Uai Tech. Então é isso, o apoio do CEAS e do FET para a gente regularizar a situação do Uai Tech da regional do polo de Teófilo Otoni. Janaína: Obrigada Haiandra. Antônio Hugo: Quando se fala nessas reuniões da coisa, aí vem aqui na mente como eu havia colocado, falei até em relação a plenária do CEAS em relação a plenária do CEAS dela ser, pelo menos a gente ter um número de plenárias itinerante, a gente podia estar caminhando. Eu pensei que fosse ser contemplado, até aqui hoje está falando, se alguma comissão já falou, uma vez que eu falei isso lá no ano passado. A gente já está na primeira plenária nossa, já era para poder estar apresentando, se tem condições, se não tem, eu havia até colocado para estar dividindo o Estado em quatro regionais. Poderia estar fazendo nesse sentido e levar o CEAS para o interior. Para que as pessoas, o CMAS na região pudesse ter conhecimento e saber o quê que é a Política Estadual de Conselho de Assistência Social e aí não fui contemplado. Não sei se eu estou falando besteira, se eu estou fora do contexto. Como ela está falando de estar fazendo por FET, aí me veio aqui a mente a da nossa, enquanto Conselho Estadual de Assistência Social. Aí eu gostaria até que me falasse aqui se pode, aquilo que deu, se vai fazer alguma coisa. Janaína: Obrigada Hugo. Ivone:

Também já fui contemplada, um pouco que a Haiandra colocou. Nós também em Curvelo temos dificuldade. A nossa não funciona. Não sei se está funcionando e você não pode se inscrever em outra. Você tem que inscrever só naquela. Mas eu achei a ideia brilhante. Eu acho que para a gente conseguir fazer alguma articulação e sem recurso, usar as Uai Tech seria excelente, não só talvez para o FETSUAS, mas também para os usuários, para as entidades, eu acho que a gente tinha que criar essa lógica sabe? De melhorar as Uai Tech's em todas regionais, tentar ver se e fazer uma lógica aí de fortalecer os fóruns de usuários, fortalecer os fóruns de trabalhadores, das entidades, via Uai Tech que realmente funciona, é perto e eu acho que vale a pena assim nesse momento que a gente não tem recurso para fazer presencial, pelo menos apelar para esse lado aí das Uai Tech's. Acrescentar aí essa questão do usuário, trabalhadores, entidades, até as URCMAS também. Janaína: Obrigada Ivone, Gabriele. Só para a gente, a gente recebeu quatro

inscrições, vamos fechar em cinco com a inscrição do Daniel e a gente já segue? Pode ser? Gabriele: Eu não sei ainda qual vai ser o encaminhamento dado, mas só assim a título de alguns esclarecimentos. As Uai Tech's são estruturas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, a SEDESE não tem nenhuma ingerência sobre, mas a gente tem uma boa parceria. Então se validado esse encaminhamento, por exemplo, a gente já precisaria o quanto antes das datas possíveis, porque a gente não tem. Alguém gente não tem governabilidade sobre o calendário, a gente tem que pleitear antes. E aí é isso, a gente encontra alguns problemas, é uma estrutura fantástica, tem mais de 90 polos, mas muitos inativados. Então realmente é uma estrutura ótima, mas tem desafios. Com relação ao custeio do presencial também a gente precisaria ver isso em quantos, fazer uma análise orçamentária e financeira disso e aí até conversando, a gente teve uma reunião com as diretorias regionais da SEDESE assim em outra situação, colocando no papel com URCMAS, fóruns e aí com relação às URCMAS a gente tem resolução que fala um pouco das competências e fala do papel. Com relação aos fóruns e aí é uma dúvida, conversei com a Consolação, a gente não tem isso disciplinado. Então assim em tese, a gente tem a deliberação de conferência, mas a gente não tem uma resolução. Então não sei se a Comissão de Normas, o quê que a gente tem que caminhar para conseguir por exemplo custear esse tipo de ação, entendeu? Eu não sei se talvez para a Comissão de Normas, a gente começar a pensar nisso, sabe? Janaína: Obrigada Gabriele. Daniel: Então, eu só gostaria de retratar aqui a questão do Conselheiro Hugo quando ele fala que o CEAS se faça mais presente nos municípios, existe até uma proposta que a gente, enquanto Comissão de Apoio, vamos estar atuando no decorrer desse ano que é sobre a caravana do CEAS, entendeu? Já está em um ponto de pauta nossa para trabalho, já deixar, não é que o senhor falou alguma coisa que o senhor não tenha ciência, porque a gente já está nesse processo mesmo de viabilização disso. Lógico que a gente vai ter que nos organizar, entrar em contato até mesmo para uma reunião ampliada com a Comissão de Orçamento para ver como ficaria essa questão da caravana, mas que a gente vai estar fazendo tudo a nosso, o que foi possível para que seja tramitada essa ação. Consolação: Em relação da Uai Tech a Gabriele já falou. A guarda de volumes com certeza, guardar os documentos, com certeza e a gente até vai pensar até para as outras, o quê que a gente pode fazer. Eu acho que as instâncias estaduais elas têm que ter uma referência e apoio realmente do Conselho Estadual. Sem problema nenhum. Em relação a esse subsídio, eu comentei só aqui com Janaína, com a Sandra que perguntou. A questão do recurso que a gente fez mais ou menos o mapeamento, inclusive, ele não dá nem para a descentralizada, porque o Conselho para sair daqui, 28 mil reais. Uma plenária ela fica aí... é como se fosse plenária gasta a metade disso, a plenária aqui. Eu acredito que a caravana, o que está sendo proposto, é muito na linha do que o Sávio falou, o Conselheiro, é um Conselheiro, vai deslocar, então a gente tem que pensar isso. É um Conselheiro, dois, deslocou para aquele local. É diferente do que você levar o conselho inteiro, aí tem toda uma estrutura, entendeu? São... entendeu? São, é questão de orçamento. Se a gente tiver o recurso, a liberação da emenda que a gente também vai fazer gestão, foi discutido isso na comissão, não é Natália de orçamento? Tem 100 mil, tem, que é uma emenda parlamentar e a gente vai estar correndo atrás dela. Tendo ela com certeza, a Comissão de Apoio, inclusive, vai pensar em outras questões, porque esse recurso de 100 mil que foi a emenda, é pensado para isso, URCMAS e fóruns, tá bom? Então isso aí pode melhorar bastante esse indicativo. Então e outra coisa que é interessante, já por exemplo, nas propostas Luanda, é levantar o custo também, entendeu? Porque a gente fala assim, a gente não tem noção. Então o quê que é esse apoio em financeiro? O quê que é isso? Eu acho que isso também é uma coisa importante e aí levar junto à Comissão de Apoio que ela é a responsável por apoio a URCMAS e fóruns e ver o quê que de repente com criatividade, às vezes, com um pouco menos de recurso, não trazendo todo mundo, mas dá para fazer isso em um outro momento. Aí a Comissão de Apoio, eu acho que poderia trabalhar essa questão, tá bom? É isso e de Teófilo Otoni, com certeza, nós vamos fazer também a solicitação que eu acho que também não custa de falar da importância delas e reforçar e solicitar o funcionamento

das Uai Tech's. Janaína: Então dentro, então só para a gente dar seguimento aos mesmos processos, a gente abrir então para votação em relação aos encaminhamentos que a Consolação acabou de trazer para nós, tá? Então Conselheiros a favor dos encaminhamentos propostos pela Consolação e Luanda? Podem abaixar, obrigada. Votos contrários? Abstenções? Aprovação unânime. Próximo ponto de pauta então é sobre a comissão, solicitação de pauta para a Comissão de Orçamento para que tenhamos apoio de membros e representantes da sociedade civil. Luanda novamente, Luanda a palavra está com você. Luanda: Então seguindo um pouco do que a gente já conversou mais cedo da necessidade de a gente ter um apoio, uma capacitação. A gente pensou muito em fazer o convite para a Juanita, ex-Conselheira nos acompanhar na reunião da Comissão de Orçamento. Esse convite foi feito, esse convite não, esse alinhamento foi feito na reunião de dezembro do ano passado e aí a gente pacificou ele na reunião da sociedade civil desse mês de fevereiro que foi ontem entendendo que a gente é legal isso, não é? A gente ter a permissão de ter um convidado, uma pessoa que pode estar ali conosco e que a sociedade, é um pedido. Então falo aqui em nome da sociedade civil também, se sentiria confortável em tê-la próxima pelas análises que ela apresentava junto da gente e aí a gente, inclusive, ter essa questão de apropriar mais do tema e tudo mais. Então é uma proposta e, inclusive, também da gente entender que a gente está vivendo esse momento, que a gente precisa ampliar o diálogo, nos aproximar mesmo e que trazer convidados para as comissões é algo muito legal, muito positivo. Então fica aí a demanda em nome da sociedade civil de trazê-la como convidada. Aí seria uma convidada perene, de sempre na Comissão de Orçamento, tá? Janaína: Então abertura para inscrições. Eu me inscrevi também. Seguido de Hugo, Geraldo, Sandra, Natália. Cinco inscrições, seis inscrições. Consolação. Sete. Haiandra. Oito, Lucas. Podemos fechar em oito? Maravilha, Então perfeito. Então me atendo também ao meu tempo, dois minutos. Então um dos pontos então, seguindo aqui o que a Luanda trouxe, no dia 18 a gente fez uma reunião de alinhamento entre a Presidência e a Vice-Presidência onde essa demanda e essa inovação, a gente vê como uma inovação, foi trazida para nós e aí um dos pontos que eu trouxe foi justamente isso. Como que a gente também faz com que todas as partes se sintam confortáveis com isso. Então todas as equipes técnicas que estão também envolvidas e a gente também reconhecendo o papel fundamental que tem a Secretária Executiva com esse apoio técnico. Quão fundamental da equipe do Fundo Nacional de Assistência Social também para esse apoio técnico e principalmente o papel deles enquanto fortalecedores do Sistema Único de Assistência Social. Então esse reconhecimento é bastante importante. A gente fez esse exercício então de conversar com todos e de trabalhar o acolhimento. Muito importante, o acolhimento tem que ser uma palavra que dá o tom para a nossa atuação em 2020. E a gente viu que é uma excelente ideia. A gente acolhe essa ideia e reforça essa ideia então da gente ter por um ponto, capacitações. Então a gente já começa já em março tendo uma capacitação na quarta-feira. Então todos os Conselheiros vão ser convocados com um dia de antecedência para a gente falar sobre educação fiscal, inclusive, em parceria com a Secretaria da Fazenda, Geraldo está aqui com a gente. E a participação da nossa representante Juanita para também compor. Então a gente também acolhe isso e está de acordo. Então eu queria só deixar isso para que a gente de fato possa conduzir juntos, a gente precisa fortalecer a assistência social. A gente precisa fortalecer o controle social e contem com a gente para isso está bom? 1 minuto e 57. Próximo, Conselheiro Hugo. Antônio Hugo: Olha só, não posso deixar de voltar aqui. Infelizmente, não é? As coisas que estão acontecendo, eu não estou conseguindo, falam e eu não estou conseguindo remeter. Você falou Consolação que é 28 mil reais para poder deslocar o Conselho e fazer reunião fora? É muito dinheiro, você acha? Fica a pergunta até mesmo, porque eu acho muito pouco, até mesmo que eu vou estar capacitando aquelas pessoas que estão no interior, o usuário que a gente tanto fala que a política é para ele, e a gente não ter 28 mil reais. Eu acho até que se fizesse uma vaquinha entre nós, a gente conseguiria esse dinheiro já que o Estado não tem, podia estar fazendo, podia estar fazendo. É, uai. Porque dia 27 pelo Estado de Minas vão pedir tudo

quanto é Conselho. Vamos fazer vaquinha, fazer reunião na sua regional. É poder conseguir que um Estado não tem dinheiro para poder estar bancando a política que se ele arrecada. O imposto é para isso. Se você não tem, acho que poderia, se a gente está conversando nessas regionais, e a gente fazer vaquinha para poder falar assim, olha, o Estado não tem 28 mil reais para poder bancar uma conferência aqui na nossa regional. É triste. Olha só, a gente que está dentro da política e a gente vê o quanto que é precarizado. Em relação ao ponto em epígrafe, eu quero só colocar o seguinte, que nós, primeiro que a gente também citamos o nome do Conselheiro ali, não é? O Hérmellis, nós citamos, Hérmellis, foi citado o nome dele também para estar junto com a Juanita e que passou aí despercebido. É só poder estar lembrando. Ele é Conselheiro, não, para poder mostrar para as pessoas, porque para ninguém ficar melindrado que acha que nós da sociedade civil estamos querendo pegar pessoas, para poder estar. Não é isso. É para poder estar aqui entre nós, uma coisa que nós já havíamos conversado. Que isso aí é bom para poder a gente estar até se empoderando. Mas eu saio daqui com essa tristeza de não poder ver, eu gostaria que a Beth estivesse aqui que eu ia cobrar dela, que ela ainda falou, não, a gente vai olhar com carinho, lá no ano passado quando eu falei. Aí quando você fala, 28 mil reais aí é triste, é triste. Janaína: Obrigada Conselheiro pelas suas considerações. Então de fato só um adendo. É reconhecer mesmo e agradecer a participação do Hérmellis também para compor e eu também queria fazer também um ponto de reconhecer também a equipe de vigilância. Como essa equipe também técnica que tem feito um excelente trabalho. Está bom? Então é importante a gente reconhecer os bons frutos. Então perfeito. Então o próximo ponto, próximo Conselheiro, Geraldo. Geraldo: Apenas complementando o que a Janaína colocou e da questão da parceria com a secretaria, na semana passada eu estive lá no gabinete dela, acompanhado da equipe de educação fiscal da SEF que tem um trabalho já bastante reconhecido premiado nacionalmente, é o trabalho de educação fiscal que começou na Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais e se transformou recentemente em um programa de Governo. O Governador Zema aderiu plenamente ao trabalho e ele tem feito parceria com municípios oportunamente a Janaína vai trazer para vocês uma questão que está para ser lançada que é a nota fiscal mineira, que vai gerar recursos para as entidades nos municípios, nos 853 municípios, o projeto que está sendo desenhado é para não ficar nenhum município sem receber essa verba, mas vai ser tratado em um outro momento e eu acabei de alinhar aqui com o Zanon que esteve lá com ela e a Bernadete. Eu perguntei para ele em relação, senti que a tônica aqui hoje, já a questão da capacitação e como ele já tem um projeto que chama Projeto Diálogos, Reflexões e tem o ciclo de palestras que tem parceria em várias secretarias, educação, saúde, a parte de orçamento, a parte de prestação de contas, e havendo um tema específico, a gente tem os parceiros também que pode ser agregado. Então assim, é uma questão que o Zanon vai fazer o contato oportunamente com você para ver o tipo de capacitação que você quer e a o Programa de Educação Fiscal traria para a comissão e ele abriu inclusive para a possibilidade dos municípios que tiverem o interesse também a gente ter um e-mail para fazer esse contato. O Prêmio Nacional de Educação Fiscal que é da ESAF da Receita Federal, a gente está no 8º ano. Em todos os 08, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais e Minas Gerais em si, já que ela envolve municípios também, ela foi finalista e nós somos vencedores de seis prêmios desses oito. Barroso, me parece que por duas vezes, Curvelo já ganhou um prêmio de educação fiscal, viu me parece o ano passado. Então assim, é um trabalho bastante legal. Tem equipes previamente programadas, palestras sobre ética, sobre a prestação de contas que eu já falei, a questão do orçamento que a gente sentiu que é uma dificuldade da maioria, que pode ser negociado com eles. O grupo de educação fiscal tem recurso para trazer isso também, eu acho que está. Janaína: Obrigada Conselheiro, excelente notícia. Muito boa notícia e muito obrigada pela parceria de sempre. Próxima inscrição, Saulo. Sávio. É o horário, não. gente, eu não entendi minha letra. Sandra, perdão. Sandra: Damos um desconto, carnaval. Eu queria só assim, eu tenho clareza com o que está posto na mesa. A mesa então está posta a questão da capacitação que já foi consumado isso daí, apesar de alguns já terem retomado essa questão da

capacitação. E a colega Juanita será convidada para a capacitação, não é isso Márcio? E uma outra questão que eu entendi e me desculpa se eu estou equivocada, que seria convidá-la para a Comissão de Orçamento e seria perene, não é? Estaria constantemente com a equipe de orçamento, não é isso? Bom. Aí eu gostaria assim. Nada contra a pessoa, pelo contrário, admiro e foi colega minha de Conselho aqui. Mas aí eu gostaria só de fazer uma reflexão no sentido de que para mim isso é novidade no Conselho. Apesar da fala de Juanita, de Janaína de acolhimento, para eu trazer uma pessoa de fora para a comissão, é para mim é novidade isso diante de uma situação que nós temos no Conselho, uma Secretaria Executiva que tem prestado todo o apoio técnico para a gente. Nós temos a equipe do Fundo Estadual que tem prestado todo o apoio técnico para a gente e tem estado nas reuniões e prestado apoio. A Claudinha antes de ser Conselheira, ela vinha aqui, estava sempre junto na Comissão de Orçamento e na plenária do CEAS. E considerando também a formação que aí a equipe de vigilância também, e considerando também a formação que cada um traz. Aí assim então, eu, então assim, quem está propondo, não confia na equipe de orçamento? A minha pergunta é essa. Por quê? Ah, poderia falar, não, é porque a gente não tem formação. Eu tenho formação. Minha formação é Administração, com especialização em Gestão Pública, tenho a especialização em orçamento público, fui consultora do Instituto Telemig Celular, quando existia Telemig Celular no norte de Minas, para conselhos em orçamento público. Então assim, qual é a questão? É porque isso, então, eu estou na Comissão de Orçamento. Então estou falando que eu estou na Comissão de Orçamento. E qual é a questão para nós da Comissão de Orçamento? É por que não acreditam nessa comissão que está? As pessoas que estão não teriam essa capacidade de analisar o que vem, proposto, as planilhas propostas? E a gente não teria capacidade de analisar? Então teria que trazer outra pessoa para poder estar analisando para a gente? Qual que é a questão? Para mim não ficou claro sabe Luanda? Eu tenho muita abertura e você sabe disso para discutir essas questões. Mas eu, eu estou em uma condição que eu estou já na Comissão de Orçamento. Então eu preciso entender diante da proposta qual é a questão. E não é por falta de acolhida não. Gosto demais, sei que ela entende de orçamento, entendeu? Mas aí eu queria entender o motivo do convite e que seria praticamente ter uma cadeira na Comissão de Orçamento, sabe? Isso aí mexeu comigo, eu fiquei assim uai, como assim? E aí? Os Conselheiros que estão aqui que foram eleitos na conferência, então eu estou aqui representando legitimamente, porque eu fui eleita na conferência. Então eu entendo que aqui no CEAS eu tenho esse respaldo da conferência. E eu vim para uma Comissão de Orçamento com esse respaldo. E eu escolhi a Comissão de Orçamento, porque eu sei que eu posso contribuir, como eu tive na Comissão de Apoio, depois me solicitaram socorro na Comissão de Política e eu fui. E obviamente se continuar solicitando eu posso ir. Mas eu tenho que ter essa clareza gente. O quê que é? Qual é a desconfiança? Qual que é a questão? Na verdade, é essa. Eu sou muito franca. Eu vou para a mesa e jogo na mesa. Qual é a questão? Tá? É só isso, não é? Não, ela está anotando o tempo sim e eu estou dentro do meu tempo, por isso que eu estou falando. Janaína: Deu 03 minutos e 18 e foi um erro meu, me desculpe, tá bom? Mas eu acho que isso, eu acho que todos os Conselheiros, eu também estou fazendo esse exercício de respeitar a conclusão. Tá, porque acho que isso também é bastante importante, respeitar a pessoa, tá? Então próximo ponto, próxima, obrigada pelas considerações Sandra, muito pertinentes. Próxima inscrição Natália. Natália: Primeiramente eu queria agradecer a fala da Janaína, achei uma fala bastante sensata, muito coerente. Eu falo aqui também, enquanto Coordenadora da Comissão de Orçamento, essa solicitação ela vem de uma demanda da sociedade civil. Pensando muito na importância de que a gente tenha mais instrumentos ou que a gente sinta cada vez mais apropriada em relação as análises. Então dos pontos foi justamente a capacitação e como a gente sabe da possibilidade dos convidados, a gente sente que é uma possibilidade de a gente ter uma outra análise também que vai nos subsidiar em termos qualitativos da análise. Isso eu queria deixar bem claro aqui que de forma alguma desqualifica as pessoas que compõem a comissão. Uma vez que se eu convidar alguém, e isso está previsto, eu não estou

desqualificando as pessoas que estão compondo li aquela comissão. É uma pessoa que vai contribuir também. Então eu acho que a abertura para essa contribuição é um ponto importante para essa comissão. A gente pensar que a sociedade civil, tem também Conselheiros novos e talvez dá pouca apropriação em relação aos temas. Então outro ponto que eu gostaria de deixar muito claro. Não trata de desconfiança por parte de ninguém, é uma coisa que eu gostaria de deixar bem claro aqui. Mas, enquanto Conselheiros, a gente tem uma atuação no sentido do voto, da aprovação, do entendimento. Então para que a gente se sinta mais subsidiado é uma solicitação que nós estamos fazendo aqui. Estamos colocando para que todos os Conselheiros se coloquem em relação a isso. Eu acho que é muito válido todas as colocações que estão sendo postas aqui. Deixar muito claro que não há uma questão de desconfiança. Eu não gostaria que isso fosse interpretado dessa maneira de forma alguma, mas é uma demanda, mas eu preciso também de colocar isso enquanto demanda da sociedade civil, para que a gente consiga ter mais subsídios para as análises. Eu também não acho que isso vá ferir de alguma forma o que está sendo colocado naquela comissão. É uma demanda de estar mais subsidiado em relação às análises. Agora, isso está sendo colocado para votação, de forma nenhuma é uma imposição e está sendo apurado aqui em relação aos Conselheiros. É uma demanda que a gente está trazendo, enquanto sociedade civil, e cabe aos Conselheiros então fazer a análise. Só deixo aqui bastante claro que não se trata de uma desconfiança nem de forma alguma de desqualificar qualquer membro dessa comissão. Na verdade, a gente reconhece, agora o que nós estamos trazendo é uma dificuldade nossa, enquanto sociedade civil, em termos de análise. E a gente gostaria de ter uma outra condição que vá nos subsidiar. É muito nesse sentido e eu gostaria de deixar muito claro e a vai passar pela aprovação de vocês. Caso isso não seja aprovado, a gente entende e aceita. Janaína: Obrigada Natália. Consolação: Eu aprendi na minha vida, ao longo que a gente sempre deve se colocar no lugar do outro. Em todos os momentos. Às vezes a gente atinge sem ver que atingiu, a gente ofende sem ver que que a gente ofendeu, porque a gente está tão reta no objetivo que a gente está querendo alcançar, que a gente desconsidera o ser humano que está do outro lado. Mas eu questiono e questionei já, inclusive, porque essa matéria não foi pautada na comissão realmente de orçamento. Geralmente escolher uma pessoa vem pela comissão e não por conselho dividido, sociedade civil quer isso. A Comissão de Orçamento que trata da matéria sente a necessidade disso. Me causou estranheza. Me causou estranheza não ter passado nenhuma prestação de contas ainda e sem para saber o quê que a gente está trazendo, se vai ser suficiente ou não, e já é necessário ter necessário uma pessoa aqui presente. Me causou estranheza, porque no foi construído o processo. Processo democrático ele também é construído. Não tenho como falei, a Juanita formou comigo. Tenho uma relação muito boa com ela. Agora o processo, a forma, isso me assusta. Então eu queria só deixar registrado, a Secretaria Executiva como está na lei, na NOB, ela é responsável para o apoio técnico em relação ao Conselho e construir instrumentos e ver melhorar, é o papel, a gente fortalece junto de novo, a gente fala de união, a gente fala que tem que ser uno o Conselho. E a Secretaria Executiva ela também faz parte nesse processo, nesse apoio, obrigada. Janaína: Obrigada Consolação. Próxima inscrição, Haiandra aqui? Haiandra: Na verdade, eu vou retomar, eu vou fazer uma proposta, não é nem exatamente essa discussão agora, não é? Eu esqueci o nome da moça que fez uma explanação anteriormente sobre as Uai Tech's que iria ver, isso, a Gabriele. Eu até confirmei aqui com ela que assim, como a gente está na Comissão de Apoio planejando as ações, uma das ações que eu acho que encaixaria, seria importante seria uma capacitação para os Conselhos Municipais de Assistência social via Uai Tech. Então quando ela fez um ponto de que é necessário conversar, viabilizar e agendar isso, eu gostaria de colocar, porque talvez esse agendamento tem que ser feito o quanto antes presente recurso gente conseguir um espaço na videoconferência para efetivar essa capacitação aos Conselhos Municipais de Assistência social via videoconferência. É só isso que eu queria colocar a proposta, realizada pela Comissão de Apoio. Janaína: Lucas: bEu vou ser bastante sucinto

e o mais pontual possível para, por causa de otimizar o tempo. Na verdade, a nossa sugestão mesmo de subsidiar a sociedade civil com esse apoio de Juanita é justamente pela expertise que ela já tem, da experiência de como Conselheira também que ela já tinha e justamente para poder servir como um apoio a mais para nós Conselheiros, enquanto sociedade civil. E quando Consolidação traz para a gente que é novidade e a sugestão não partir de dentro da comissão, e vir direto da mesa do plenário, a gente vê essa consolidação no artigo 29 do Regimento Interno em que diz que: “O CEAS poderá convidar colaboradores para estudos específicos ou par participarem de comissões temáticas e grupos de trabalho mediante avaliação da plenária.” Aqui o artigo ele é bem claro e fala que o órgão competente para poder fazer essa convocação é o próprio plenário do Conselho Social de Assistência Social e não comissão. Então independente da solicitação da comissão e de qualquer comissão que seja, somos nós plenário que somos responsáveis e competentes para poder trazer, emitir esse convite ou para as pessoas que a gente tenha como referência de expertise. E quando fala que o CEAS-MG poderá convidar, aí vem pode surgir a interpretação de que, ah, o CEAS, mas na figura da comissão. Não. O artigo ele é bem claro e fala que o CEAS e quem que fala, quem qualifica, quem é a figura do CEAS? O artigo 1º do próprio Regimento. Quem que é a figura do CEAS? É um órgão autônomo de deliberação colegiada de composição paritária entre Governo e sociedade civil. Aqui ele não menciona a questão das comissões. E aqui eu estou trazendo um artigo que é dentro da seção que trata das comissões temáticas. Ou seja, o artigo não dá autorização para a comissão emitir esse convite direto para essa pessoa. É claro que, a comissão sentiu a necessidade de apresentar um nome para que seja auxílio e aporte dentro da comissão, ela tem que submeter a esse plenário. Mas somente com autorização desse plenário que pode ser feito esse convite e também partir também esses convites para as demais pessoas que a gente entende e compreende que tem expertise para poder nos auxiliar. E com relação à questão do tempo, meu tempo também, do tempo de assessoria, o artigo ele é excluído quanto a isso. Então eu compreendo e não sei qual que é a interpretação que cada um dá que é de acordo com a necessidade que esse Conselho sentir necessidade. E é isto.

Hermellis: Pegando quando foi tratado isso na reunião da sociedade civil, eu entendi que foi colocado pela Patrícia que era nessa necessidade que os novos Conselheiros estavam tendo dificuldade e a gente não fez a prestação de contas. Mas a gente recebeu aquele arquivo imenso lá alguns dias antes que pode ter assustado alguns Conselheiros novos. Então foi no meu entendimento que foi decorrente a isso que já veio lá de dezembro mesmo afinando isso e que gente falou isso na reunião de ontem. Mas aí a Patrícia falou bem nessas palavras que eu me lembre, me corrijam se eu estiver errado: “Vamos trazer ela até para ela mostrar para a gente como é o jeito dela fazer a análise, para a gente ainda..” eu falei assim “...Para a gente ainda não depender dela.”, porque senão vai estar desconsiderando eu como Conselheiro. Então assim, essa questão do tempo apesar como o Lucas bem colocou, muito bem, que o Regimento não trata especificamente, mas eu acho importante tratar por quanto tempo. Se vai trazer? Não como, não sei se foi assim de modo equivocado que a Luanda trouxe a palavra perene, que a hora que você falou eu assustei, porque perene eu não, assim, no meu entendimento, eu acho que não deva ser, porque senão é desconsiderar o nosso aprendizado. Aqui eu acho, quando eu entrei pela primeira vez no CEAS, foi nesse sentido de a gente aqui, o CEAS é uma instância de toda essa contribuição, mas é uma escola, que a gente está aprendendo diariamente de cada discussão, de cada conversa, de cada tema. Então assim, se a gente não tem essa capacidade de estar evoluindo, de ir construindo novos conceitos, de ir aprendendo novas palavras, que eu concordo com o Daniel, gente tem que materializar as palavras para ficar mais fácil para a gente, mas é uma forma também da gente aprender uma palavra nova e acrescentar no nosso vocabulário. Então isso a gente não, se apropriar desse espaço como essa escola. Então acho que fica também um pouco desconsiderar essa instância tão importante. Então eu quero esclarecer se realmente é esse perene, ou se a gente já coloca assim uma data, três meses é suficiente? Se ela vai vir, três meses consecutivos?

Mesmo porque além desses três meses, por exemplo, ela já vai dar a capacitação e aí só finalizando que houve entendimento até do que o Hugo falou, quando me convidaram, na verdade, que na verdade é outro tema, porque assim na reunião da comissão, até por eu já conhecer também, assim como companheira aqui, a Ivone que são atualmente gestoras, eu fui gestor. Então lá em dezembro quando eu me apresentei para a sociedade civil, eu estava até afinado para ir para a Comissão de Normas. A sociedade civil achou importante eu estar na Comissão de Orçamento por causa dessa minha experiência como gestor, vice-presidente do COGEMAS, para somar. E aí quando eu vim para a Comissão de Orçamento, encontro aqui duas companheiras também que são gestoras, que mexem com orçamento na prática e aqui a Sandra falando, inclusive, tem especialização em orçamento. Então assim, é uma equipe muito boa para estar embasando isso. Então é isso aí, é só essa questão se a gente for. Eu acho importante mesmo até para trazer para os novos Conselheiros e eu também ver como que é essa forma que ela está fazendo essa análise para aprender mais essa e a gente partir também para caminhar com as pernas, como que fala? Por si só, com as próprias pernas. Obrigada. Cláudia: Bom gente, eu concordo com o Hérmellis, eu acho que a gente poderia olhar para a quórum de capacitação porque o que eu entendi, a dificuldade da sociedade civil que era o nosso pensamento, tanto que a gente já saiu da secretaria propondo capacitação, são os novos Conselheiros mesmo, que a gente sabe da dificuldade que é quando a gente vem falar sobre orçamento e finanças, entendeu? Então eu penso assim, a Juanita é uma pessoa que sabe de orçamento, ela já foi minha subsecretária, inclusive, mas eu acho que ela pode, a minha sugestão assim, para decisão, ela está nas capacitações. Nós vamos fazer quarta-feira, ela vem, ela orienta como é que ela faz análise dela, o quê que é importante, não só a sociedade civil, porque todos nós somos Conselheiros. A gente é Estado, é sociedade civil, mas qualquer análise positiva com relação a prestação de contas é importante até para a gente, não é? Eu penso que ela viria nas capacitações. Agora, os Conselheiros foram eleitos, eu entendo que todo mundo, se não sabe, com o tempo vai saber, vai aprender. Então não acho que seja necessário, mas eu não decido uma pessoa em todas as reuniões de comissão fazendo análise de prestação de contas. Para isso tem a gente eleito, vocês eleitos. Então aí é uma decisão mesmo, eu concordo assim: “Ah, nós temos dificuldade em algum tema, em alguma coisa, vai ter uma pauta que a gente acha importante que a Juanita esteja presente.” Eu acho ótimo. Agora como membro de comissão, toda vez que tiver plenária, eu acho meio complicado, porque os Conselheiros foram eleitos não é gente? Todo mundo que está aqui foi eleito e eu penso isso. Janaína: Próxima inscrição Patrícia. Patrícia: Eu não tinha me inscrito na fala, mas aí eu pedi inscrição porque eu fui citada pelo Hérmellis, não é? Eu acho que é importante a gente tomar cuidado para não trazer falas da reunião simultânea do Governo, da sociedade civil para cá, porque pode trazer alguma dificuldade de interpretação, dado o contexto. Eu Patrícia, trabalho na Secretária Executiva, trabalhei na Secretaria Executiva de um Conselho Municipal por três anos, já fui Conselheira municipal representando o Governo e a sociedade civil. Então eu tenho uma trajetória de 9 anos de controle social. Fiz minha especialização respeito, não de administração pública, e cheguei a dar capacitação no Capacita SUAS de 2016 para os gestores da Regional Juiz de Fora, cuja temática era orçamento e financiamento. Só que eu lido muito com a prestação de contas do município. Ela é muito diferente do Estado. Então eu tive dificuldade quando eu li aquelas 379 planilhas lá que foram muito bem feitas e aí eu tenho que registrar o bom trabalho realizado pela Secretária Executiva, em especial a Consolação, que sempre nos orienta bastante. E também a Claudinha e a Gabriela que são ótimas, que me deram uma capacitação gigantesca ontem, mas é importante eu registrar que, às vezes, eu Patrícia, com uma reunião que a Juanita participar e mostrar como que ela faz análise, pode ser que eu pegue, mas às vezes pode ter algum Conselheiro da sociedade civil que não entende, que não vai pegar em uma, que vai pegar em duas, três. E aí eu acho que o tempo teria que ser avaliado. Quando a gente pensa em um mês assim, não sei se é viável, um, dois, três meses. Porque são prestações de contas. Será que eu preciso de um apoio para me ajudar a analisar duas prestações de contas? Ou será que eu

vou precisar desse apoio em três prestações? Eu acho que é interessante a gente ir avaliando isso com o tempo. Até porque a gente também sempre conta com a participação de convidados da SEDESE em todas as comissões, o que é muito bacana, dá um apoio muito grande. E aí só um pouquinho em relação a fala da Sandra, que isso nunca foi uma prática no CEAS, em 2015 eu participei da fundação do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS e aí em 2016 eu participei de várias reuniões da comissão, entendeu? Eu devo ter participado aí de pelo menos umas dez, tem, até registros da minha assinatura lá. Então é isso assim, é uma prática que já ocorria no CEAS, mas na época que eu fui convidada, não passou por plenária não. Ivone: Eu só queria dizer assim que o primeiro ano de Conselho, eu também fui pega para ser Coordenadora da Comissão de Orçamento. Confesso para vocês que eu não sabia quase nada, de orçamento de Estado. Às vezes, a gente sabe um pouquinho assim do orçamento de um município, mas do Estado, quase nada. E eu posso dizer para vocês que foi um aprendizado para mim. Eu, foi nesta prática que eu fui conhecendo o quê que é o orçamento do Estado. Foi nessas dificuldades. Agora eu acho assim, nós temos a dificuldade de fazer a análise, temos dificuldade de entender orçamento e financiamento, como que isso funciona e dificuldade de relacionar o orçamento com a política pública, que é a política, que é o fazer da política, que está ali naquele orçamento. Então assim, eu acho que a gente pode estar trabalhando no aspecto mais amplo da capacitação. Quer dizer, a gente vai querer que o Conselho tenha uma visão mais ampla dessa capacitação, talvez entender mais, igual eu como falei com a Janaína, eu conheci um rapaz que é da Assembleia Legislativa, ele vai nos municípios, da Escola do Legislativo. Ele faz uma produção do orçamento, do ciclo orçamentário muito importante. Então assim, para a gente compreender também e relacionar. Está na LOA, a LOA está no orçamento, está na prestação de contas que eu acho que tudo isso o Conselheiro tem que compreender. Quando é gestor, às vezes, a gente é forçado mais a entender sobre isso. Mas quando não é gestor, não força muito entender isso, mas é Conselheiro e tem que entender agora. Então eu estou defendendo assim, enquanto pontual de capacitação. Momentos que essa plenária entende que tem que ter os momentos pontuais, porque eu acho que assessoria técnica nós temos aqui e muito bem dada e eu quero parabenizar a Claudinha pelo que ela faz, que ela esclarece para a gente, a SEDESE em todos os momentos. Não me sentir assim, de não ter compreendido coisas que, às vezes, eu era leiga, não sabia e eu aprendi com a assessoria técnica aqui da SEDESE. Então eu acho que a gente tinha que entender isso é o momento de capacitação que esse Conselho está precisando, que nós estamos querendo? Pontuais? Não é uma sistemática que não vai complicar. Não foi eleito e está aqui constantemente. Eu acho que em termos de uma capacitação pontual que nós vamos estar deliberando. Vai ser duas vezes, três vezes durante esse ano? Quatro vezes? Mas a gente deliberar e ir com pautas definidas para essa capacitação. Talvez uma seja mais de análise, outra mais de orçamento, outra mais, sabe? Janaína: Obrigada Ivone. Hugo? Antônio Hugo: Olha só, aqui embora estamos aqui no Estado, eu acho que aqui ninguém é imaturo, ninguém aqui não tem o conhecimento da sua participação dentro do controle social. Eu acho que todos nós que estamos aqui, nós já conhecemos, nós já participamos, de um Conselho você pode ser até a primeira vez que está participando aqui no Conselho de Assistência Social em nosso município. Nós temos entendimento que existe em todos os conselhos uma lei que disciplina esse Conselho. Essa lei tal ela traz até qual é a função, inclusive, ela fala da Secretaria Executiva e qual é o papel da Secretaria Executiva. Nós, tá? Se fosse, vou dar um exemplo, se fosse lá dentro do Conselho Municipal na minha cidade, onde a Secretaria ela traz para a gente uma coisa pronta para que nós fôssemos deliberar, isso daria maior quebra pau. Por quê? Eu estou quebrando a paridade aí, só para vocês poderem ter o entendimento e aonde que eu quero chegar. Eu acho que a gente tem que ter cuidado, a gente tem que ter respeito. Por isso que eu até falei que a forma e como que nós estamos solicitando não vai melindrar ninguém. Tanto é que eu até pedi para que e eu até coloquei quando eu falo que a gente tem que ter pessoas para poder estar falando para a gente sobre racismo institucional na capacitação, eu coloquei muito bem, tem gente do Governo

que fala, tem uma professora aqui da educação do Estado, que ela já foi até cargo de confiança, que a gente via nas redes sociais ela falando de racismo institucional e muito bem. Eu não estou, ninguém aqui quando nós, enquanto sociedade civil, a gente vem pleitear o ponto, nós não estamos aqui querendo melindrar ninguém. Aí Hérmellis, você me desculpa, eu acho que a gente tem que ter cuidado quando a gente fala, porque tem duas reuniões, uma reunião participa somente o Governo. Nas comissões, naquela reunião, participou sociedade civil. Porque senão a gente fica até, vai para uma reunião nossa, a gente fica até com medo de falar, porque eu vou chegar lá, você vai querer colocar palavra na minha boca? Eu acho que você foi infeliz quando você trouxe um ponto que aconteceu lá dentro da reunião e trouxe aqui para dentro, porque eu acho que isso aí, você me desculpa a minha franqueza, eu acho que a gente tem que ter cuidado. Tudo isso a gente está aprendendo. Todos nós que estamos aqui, a gente erra e aprende. Eu no meu pensamento, eu jamais ia colocar. Você viu que eu até brinquei quando eu falei com o companheiro aqui, por quê? Olha, ontem você falou isso. Vê se eu cheguei? Eu jamais ia colocar, você falou, isso, isso e isso. Falei assim, ontem você teve um entendimento, e segui o seu entendimento e aqui você veio. A gente tem que ter esse cuidado. Aqui nós estamos fazendo política de controle social para o Estado e aqui tem sociedade civil e Governo. Todos nós aqui, a gente tem que estar, a Presidente coloca muito bem todos nós temos que estarmos aqui imbuídos do mesmo sentimento, mas nós não podemos deixar de ter isso na nossa mente que nós somos, tem aqui, sociedade civil e Governo. Eu concordo quando você coloca que ninguém está pedindo para poder ser *ad aeternum*. Mas essas capacitações, assim, mas quem vai estar colocando vai ser a Juanita quando ela vier aqui, isso que nós estamos pedindo, tá bom? Muito obrigado e me desculpe aí.

Cristiano: Bom, eu queria só reforçar rapidamente aqui esse ponto que é o seguinte, eu acho que se a gente quer de fato um Conselho forte, a gente precisa dar protagonismo para quem é de fato Conselheiro. Isso está claro, concordo demais com que o Hugo falou aí. Isso eu acho que é uma mensagem clara para todo mundo aqui. Todos os Conselheiros, representantes governamentais de Conselho, sociedade civil que estão aqui foram eleitos na conferência estadual. Então esse é um primeiro ponto que eu acho que assim, é preciso a gente assumir esse protagonismo. E nesse ponto eu concordo com a sugestão que a Claudinha deu de que, tudo bem, a gente não é nada também reforço, que não tenho nada contra Juanita. Juanita foi a minha chefe também. Estive na SEDESE quando ela era subsecretária, respeito demais o conhecimento que a Juanita tem. Mas entendo também que a gente precisa dar protagonismo para os Conselheiros, e também reconhecer o trabalho da Secretária Executiva. Então assim, isso para mim assim é bem claro. Sei que os entendimentos são diferentes, houve esse debate todo aqui em relação a isso. Mas eu acredito que nesse sentido que a Claudinha apontou, eu acho que é interessante. Chamar a ex-Conselheira Juanita para participar, mas sobre a forma de capacitação, com prazo, só para não ficar parecendo e para ficar bem claro que isso não vai ser uma coisa que vai durar o tempo inteiro e que vai ficar também essa decisão vai ficar a cargo da ex-Conselheira de querer participar sempre ou não. Eu acho que os Conselheiros tem que ter esse protagonismo de pensar assim: Ok, a gente acha muito importante, vir, ter essa capacitação, lógico com outros parceiros também ajudando, mas com, delimitando que isso seja durante um período, porque senão fica muito solto, eu acho. Janaína: Obrigada Cristiano. A última inscrição. Daniel: Acho que é marcação, sempre sou eu que sou o último, eu sou o último de tudo. Então, vou ser bem objetivo e direto. Primeiro, uma coisa que eu venho aprendendo nessa escola chamada CEAS, é que a gente deve tomar cuidado com as palavras que, às vezes, usamos em algumas certas frases, porque mesmo que não seja do nosso intuito, indiretamente a gente passa por cima, às vezes, do que compete a outros setores, certo? Às vezes a gente desacredita, não desconfia desconfiando. Entendeu? Então automaticamente a gente ter um pouquinho de cuidado, de zelo. Porque acima de tudo, não tem nenhum robô aqui graças a Deus. Somos todos humanos e humanos temos sentimentos. Infelizmente, oh Hérmellis, eu sei que por mais que não foi a sua intenção, a intenção, eu entendo que foi a melhor de todas que foi trazer

um ponto positivo para a gente em toda a nossa conscientização. Só que aí, infelizmente, eu tenho que concordar com muitos colegas Conselheiros. Existem, eu vou citar um exemplo, eu tenho uma amizade com alguém do Governo. Se ele está na reunião deles, não me diz respeito, porque o momento deles. A mesma coisa a gente da sociedade civil, é um momento nosso. Então que fica entre, naquela, em uma sala e naquelas quatro paredes, diz respeito àquelas quatro paredes. E quando se trata, traz para uma plenária onde a abrangência é maior, por mais que sabemos que temos pessoas de gloriosas mentes, não vamos saber entender da mesma maneira entende o quê que a gente quis dizer naquele dado momento. Daniel: E só para eu completar, acho que é interessante a gente ir direto para essa votação, porque essa é uma pauta importante para o orçamento e para o CEAS em si que até eu estou com umas dúvidas e quero perguntar a Juanita também de orçamento. Só que é interessante porque quanto mais a gente debate, vira a demagogia, aí não é uma construção política. Janaína: Muito obrigada Conselheiro. A última inscrição então. João Crisóstomo: Bem gente, eu queria trazer aqui só uma reflexão. É coisa rápida. Primeiro, as discussões que tem na sociedade civil no Governo elas acabam vindo para mesa sim. Então a gente tem que respeitar isso porque se não vier para aqui a gente não vai saber o quê que é que vai ser proposto. Então esse negócio vira uma confusão, senão a gente não pode falar o que a gente pensa lá. Então a gente tem que respeitar, tem que respeitar. Nossa, espera aí, eu respeitei o tempo de todo mundo, você respeita o meu também. Ah, então está desculpado. E aí quando a gente traz alguma reivindicação, algum ponto para incluir na pauta gente, a gente tem que pensar duas coisas, primeiro, o que a gente decide na comissão não é bem verdade que não vai ser votado e aprovado aqui, porque toda aprovação passa pelo plenário do Conselho e não pela comissão. Então se a gente traz alguma coisa que veio como ponto de pauta ou como indicativo, seja da comissão ou seja da sociedade civil ou seja do Governo, a gente acaba tendo que aprovar é aqui no plenário. Então quando a gente propôs o nome da companheira, eu já tinha o conhecimento de muita coisa que ela me ensinou, porque eu fiquei dois anos com ela, inclusive, sou muito grato a Juanita, porque ela me ensinou até como olhava planilha que eu não sabia nem por onde começava. E não foram técnicos da comissão que me ensinou isso. Mas não quer dizer que a vida inteira eu vou precisar dela para fazer a mesma coisa, senão o quê que eu estou fazendo aqui no Conselho que eu não evolui. Mas isso não reflete a todos, porque eu sou remanescente de um grupo que ficou, mas chegaram aqui outros Conselheiros que precisam. Agora precisam analisar que a gente tem que respeitar o trabalho. Por exemplo, vai ser eterno? Não. Primeiro que nós temos que fazer avaliação de prestação de contas praticamente só três vezes ao ano dentro da proposta. Então se for partir dessa premissa, a gente vai ter que convidar a companheira apenas em três ocasiões. Ou então a gente vai trazer aqui, porque tudo está culminando aqui para capacitação dos Conselheiros. Então em duas ou três capacitações, a gente fecha. Eu acho que o conhecimento a gente vai adquirir mesmo é na prática como eu adquiri lá na comissão, era isso. Janaína: Obrigada João pelas suas considerações. Então a gente está vendo nesse encaminhamento. O encaminhamento que Auditoria de Admissão gente está vendo aqui que está surgindo é e seguindo a proposta também da Conselheira Cláudia, a Conselheira Juanita no lugar de capacitações. Ok? Aprovação disso. Aprovação do nome da Conselheira nesse papel das capacitações? Natália: Então gente, eu acho que a gente está caminhando aí para pacificar também os combinados e eu imagino que a gente tenha duas propostas diferentes pelo andar da carruagem das discussões. Uma que é a participação na comissão e aí talvez eu também não me fiz entender quando eu falei perene, mas eu falei mais perene, eu não falei perene. Não é para todo o sempre, amém e isso. Não foi. É. Mas nós já estamos aqui em uma questão de ordem mesmo. Então seria a participação dela na comissão, não é pela questão de prestação de contas, só isso, como convidada. E aí essa é uma proposta. É uma proposta e a segunda proposta. Isso, e aí como o Lucas está falando ali, quando houver necessidade e aí a gente, isso. Isso. E a segunda proposta é a da capacitação que já foi até proposto aqui, já foi aprovado. Então, isso, isso. É porque a questão colocada e aí eu

acho que é só uma questão de entendimento para ver o quê que a gente vai votar. Isso. Cláudia Falabella: Então. Oh gente, que quero dizer uma coisa que eu vou ser muito franca igual eu nunca fui. Eu estou achando que essa questão de Juanita está dividindo o estado e sociedade civil, a gente está ficando dividido, tá? A sensação que eu estou tendo é a sociedade civil precisa de uma pessoa para fazer um trabalho que nós podemos fazer. Estou sendo franca e isso eu no meu entendimento, não existe para mim necessidade de a Juanita estar fazendo análise com vocês de prestação de contas, entendeu? Mas para isso tem a gente. A gente chega lá, vem todo mundo aqui explicar para vocês sobre prestação de contas. Eu sei gente, eu sei, eu não estou dizendo isso, eu estou dizendo que a gente, enquanto Conselho, a gente é que tem que resolver essa questão. A gente não precisa de um terceiro para ajudar e fazer prestação de contas e análise de prestação de contas toda vez, entendeu? A gente, quando fala, a equipe da SEDESE vem? Vem. Porque nós estamos aqui para esclarecer todas as dúvidas porque a gente que faz a prestação de contas entendeu? Então aí eu acho para a gente ter um cuidado nisso sabe. Janaína: Conselheiros, eu peço calma e ponderação de todos. Todos nós estamos aqui, em uma sexta-feira juntos, o desafio é conjunto. Então a gente está junto na alegria e na tristeza mesmo. Então só por uma questão de ordem, vamos então seguir com a votação? Vamos dar encaminhamento na votação. Então só para que fique claro são dois pontos aqui. A gente vai seguir com duas votações para que fique claro para todos. Na primeira votação é a participação da Conselheira Juanita no papel das capacitações. Ok? Está claro? A segunda votação é a participação da Conselheira como convidada na Comissão de Orçamento quando houver necessidade. Está pacificado? São esses dois pontos? Patrícia: Esclarecimentos. Esclarecimento porque no meu entendimento uma questão no exclui a outra e a gente já tratou da capacitação em outros pontos anteriores. E a minha sugestão é que a primeira proposta seja votada em primeiro lugar, porque eu voto nos dois. Janaína: Algum ponto adicional de ordem? Ivone: Eu estava pensando talvez para bagunçar mais ainda, uma proposta assim, da gente como a prestação de contas já vai entrar na pauta do próximo mês que é o mesmo de março, que a gente convidasse a companheira Juanita para estar fazendo essa capacitação de análise nessa reunião de março. De março. De março. Aí a gente votaria a participação da Conselheira Juanita na reunião de março. Em março, nós vamos dar continuidade na votação. Nós estamos votando para março. Janaína: Conselheiro por favor, questão de ordem, a palavra está com o senhor. Por favor, a palavra está com o senhor. A palavra está com o senhor, por favor respeite o decoro Conselheiro. Antônio Hugo: Não, eu estou respeitando, eu só não estou me sentindo respeitado diante da plenária, porque foi dada a fala a todos, seria oito pessoas, ultrapassou. Agora quando a Presidente encaminha já para questão para poder estar votando, uma pessoa que não pede questão de ordem, vem aqui querer fazer outra proposta. Aí dentro do Regimento, nós estamos ferindo o Regimento. Antônio Hugo: O que eu pediria é que encaminhasse para votação imediatamente. Janaína: Ponto acatado. Vamos encaminhar então para votação? Só para a gente esclarecer, já trouxe essa questão e quero reforçar. São então as duas votações. Então participação da Conselheira quando houver a necessidade como convidada e segunda votação, ela no papel de capacitação, ok? Podemos seguir com a votação então? Só para que fique claro. É importante que a gente faça um processo em que todos se sintam contemplados. Então acatando, inclusive, a colocação da Conselheira Patrícia, tá bom? Então. Não é outra proposta Conselheiro, é a mesma. No microfone por favor para registro em ata. Antônio Hugo: Desculpa. Olha só, a proposta que a Presidente encaminhou foi capacitação com a Juanita. A segunda proposta que eu entendi, se eu estiver errado que me corrijam por favor. A segunda proposta que a Presidente encaminhou foi por convidar Juanita nas reuniões de comissão. Então essas são as proposta. Quando a Conselheira coloca para poder convidar, ela no mês de março, aí já é outra proposta. É isso que eu estou colocando. Janaína: Perfeito. Então novamente para reforçar, para que todos estejam na mesma página. A gente vai seguir com duas votações, tá bom? A pedido dos Conselheiros, na primeira votação é a participação da ex-Conselheira Juanita quando como convidada quando houver necessidade. Combinado?

Está pacificado. Seguiremos, dada essa votação, seguiremos para uma segunda votação que é a participação da Conselheira nas capacitações. Ex-Conselheira também, nas capacitações. Nas capacitações. Antônio Hugo: Como isso vai se dar (Áudio não identificado – fora do microfone). Janaína: Não é uma ou outra, são votações, tá? Para que a gente fique com esse processo pacificado e contemple minimamente e tenha empatia minimamente por todos os pleitos trazidos aqui nesse plenário, tudo bem? Vamos então dar seguimento? Participação da Conselheira Juanita quando houver necessidade como convidada. Conselheiros a favor? Contou? Abstenções? Conselheiros contrários? Aprovado, não é? Segunda votação. Participação da Conselheira nas capacitações. Conselheiros favoráveis? Conselheiros contrários? Abstenções? Aprovado. Os dois pontos estão aprovados. Eu encerro então, algum Conselheiro tem mais alguma consideração? Então declaramos encerrada a primeira plenária de 2020, desejo um bom carnaval a todos.

<b>CONSELHEIRO</b>	<b>REPRESENTATIVIDADE</b>	<b>ASSINATURA</b>
Antônio Hugo Bento	CMAS de Juiz de Fora	
Ariadna de Almeida Silva	Federação de Associações sem fins lucrativos de MG - FASEMIG	
Cláudia Hermínia de Lima e Silva	Sec. Est. Saúde	
Cláudia Maria Bortot Falabella	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Cristiano de Andrade	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Daniel Santos da Cruz	Movimento Nacional de População de Rua	
Denise Vilela Silva	Conselho Regional de Psicologia - CRP	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS/BH	
Elerson da Silva	Cáritas Brasileira - Regional MG	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS/Salinas	
Geraldo Amarildo da Silva	Secretaria de Estado de Fazenda - SEF	
Haiandra Pereira de Oliveira	CMAS/Novo Oriente de Minas	
Hermellis Messias Tirado Campos	CMAS/Campo Belo	
Isaura dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	

Ivone Pereira Castro Silva	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS	
Jaime Alvino Starke	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Janaína Reis do Nascimento	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
João Alves Crisóstomo	União das Associações de Pirapora - UNAPIR	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Lucas Estevão Riberio da Silva	Conselho Central de Curvelo - SSVF	
Márcio Alves Evangelista	CMAS/Itabira	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/MG	
Rosália Aparecida Martins Diniz	SEE Secretaria de Estado de Educação - SEE	
Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo	CMAS de Montes Claros	
Silvia Gracia Oliveira de Souza	SEE Secretaria de Estado de Educação - SEE	